

LETÍCIA CARINA CRUZ

ELITES PARLAMENTARES E NTICs: UM ESTUDO SOBRE O USO DA
INTERNET PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS DA 16ª
LEGISLATURA (2007-2011)

CURITIBA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA CARINA CRUZ

ELITES PARLAMENTARES E NTICS: UM ESTUDO SOBRE O USO DA INTERNET PELOS
DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS DA 16ª LEGISLATURA (2007-2011)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2011

LETÍCIA CARINA CRUZ

ELITES PARLAMENTARES E NTICS: UM ESTUDO SOBRE O USO DA INTERNET PELOS
DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS DA 16ª LEGISLATURA (2007-2011)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Ciência Política, da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Braga (DECISO/UFPR, Orientador)

Prof. Dr. Marcus Abílio Pereira (FAFICH/UFMG)

Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi (DECISO/UFPR)

Curitiba, junho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço minha família, que pacientemente presenciou meus rompantes de desespero durante a execução dessa presente dissertação, mas nem por isso deixou de me apoiar: minha mãe Walência, minha irmã Isadora, meu avô João e minha avó Edi.

Minha companheira Priscila, que chegou com o processo já em andamento, mas nem por isso sofreu menos com tudo: quantas noites deixamos de sair por eu ter que terminar a coleta de dados, revisar os textos?

Aos membros do *Grupo de Pesquisa Democracia, Instituições Políticas e Novas Tecnologias* da UFPR e aos integrantes do projeto *Vigilantes da Democracia*, que auxiliaram no processo de coleta dos dados e discussão da metodologia durante os anos de 2010 e 2011, sem o auxílio dos quais a organização dos dados para a confecção da presente dissertação não teria sido concluída.

Mas diversas pessoas dentro da Universidade Federal do Paraná me fizeram acreditar que todo o esforço não seria em vão: meu orientador Sérgio Soares Braga, em especial, que guiou meus passos desde o início de minha caminhada na graduação, até este fim planejado, incluindo-me em grupos de pesquisa, auxiliando-me em diversos eventos científicos e elaborações de artigos. Tudo isto foi fundamental para meu desenvolvimento como a cientista política que hoje acredito ser.

Todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica certamente deixaram suas marcas. Não posso citar nomes, já que possivelmente me esqueceria de alguém, e não posso ser injusta nesse momento pois, mesmo que eu não tenha tido freqüentado o curso de determinado professor, isso não significa que ele não tenha influenciado, de alguma maneira, a pessoa que sou hoje, seja em uma simples conversa informal, seja tirando alguma dúvida referente à minha dissertação ou monografia. Meu muito obrigado a todos os profissionais envolvidos nos diversos cursos relacionados às Ciências Sociais (incluindo a Licenciatura) e à Pós Graduação em Ciência Política.

Meus colegas de graduação e mestrado, que caminharam ora junto, ora separado, mas que em todos os momentos fizeram parte dessa longa jornada até a edificação de nossa área, a Ciência Política, no nível da Pós Graduação na Universidade Federal do Paraná.

Enfim, meus mais sinceros agradecimentos a todos que tornaram possível essa conquista.

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução.....	11
1. Internet, representação política e elites parlamentares.....	16
1.1. Representação política e internet.....	17
1.2. Elites parlamentares, representação política e novas mídias.....	22
1.3. Metodologia de pesquisa.....	29
2. Perfil sociopolítico e accountability virtual das elites parlamentares brasileiras (2007-2011).....	32
2.1. O universo empírico de pesquisa e a metodologia empregada: os deputados estaduais brasileiros e a internet.....	33
2.2. Informação e accountability nos portais legislativos e websites parlamentares.....	38
2.2.1. Perfil social e biográfico dos parlamentares.....	38
2.2.2. Trajetória política dos deputados estaduais brasileiros.....	42
2.2.3. Comportamento político e uso da Web pelos deputados estaduais brasileiros....	46
2.3. Uso da web pelos parlamentares.....	49
2.4. Conclusão: um índice de transparência dos parlamentares.....	52
3. Perfis de recrutamento e padrões de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura (2007-2011)	56
3.1. O perfil regional do uso da internet pelos deputados estaduais	57
3.2. Perfil partidário do uso da internet pelos deputados estaduais	63
3.3. Perfil sociopolítico do uso da internet pelos deputados estaduais.....	69
3.4 Conclusões.....	73
4. Representantes Web 2.0? Estratégias de ação político on-line pelos deputados estaduais brasileiros.....	75
4.1. Metodologia de análise.....	75
4.2. Análise dos resultados.....	79
4.2.1. Navegabilidade/acessibilidade	79

4.2.2. Informação e accountability	81
4.2.3. Comunicação e mídia	83
4.2.4. Mobilização e integração em rede	84
4.2.5. Participação e mídias sociais	85
4.3. Análise de boas práticas: experiências de participação e interação on-line e de “representação web 2.0” dos deputados estaduais	87
5. Conclusão Geral	102
Referências bibliográficas	104
Anexo 1	110
Anexo 2	111

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1: Distribuição partidária dos deputados estaduais brasileiros (segundo semestre de 2010)
 Tabela 2: Informações disponíveis na web sobre os deputados estaduais brasileiros (2º sem 2010)
 Tabela 3: Uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros
 Tabela 4: Uso da internet pelos deputados estaduais: um mapeamento preliminar
 Tabela 5: Tipo predominante de website dos deputados estaduais
 Tabela 6: Uso de mídias sociais pelos deputados estaduais
 Tabela 7: Intensidade do uso das mídias pelos deputados estaduais
 Tabela 8: Uso da web pelos deputados estaduais
 Tabela 9: Tipo predominante de website dos deputados estaduais
 Tabela 10: Uso de mídias sociais pelos deputados estaduais
 Tabela 11: Intensidade do uso de mídias sociais
 Tabela 12: Perfil sociopolítico dos deputados e uso da internet
 Tabela 13: Trajetória e recursos políticos X uso da internet pelos deputados estaduais
 Tabela 14: uso da internet por partidos políticos e ideologia
 Tabela 15: Navegabilidade nos websites dos deputados estaduais
 Tabela 16: Informação e Accountability (2 sem. 2010)
 Tabela 17: Comunicação e Mídia (2 sem. 2010)
 Tabela 18: Mobilização e integração em rede (2 sem. 2010)
 Tabela 19: Participação e mídias sociais (2 sem. 2010)

Gráfico 1) Informações sobre o perfil social nos websites das casas legislativas
 Gráfico 2) Informações sobre a trajetória política dos parlamentares
 Gráfico 3) Informações sobre o comportamento político dos parlamentares
 Gráfico 4 : Uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros (2º sem. 2010).
 Gráfico 5: Índice de transparência das casas legislativas brasileiras (2º sem. 2010).

Figura 1: Informações sobre perfil social do website da ALEBA
 Figura 2: Informações sobre perfil social do website da ALEGO
 Figura 3: Informações sobre trajetória política do website da ALEMG
 Figura 4: Informações sobre trajetória política de deputado da ALERS
 Figura 5: Página inicial do Portal da Transparência da ALERS
 Figura 6: Modelo das modalidades de interação de Ferber et. al. (2007)
 Figura 6a: Boa prática de navegabilidade
 Figura 7: Boas práticas de comunicação e mídia
 Figura 8: Website Elton Welter – PT/PR
 Figura 9: Orkut Elton Welter – PT/PR
 Figura 10: Twitter Elton Welter – PT/PR
 Figura 11: Twitter Roberto Carlos Leal – PDT/BA
 Figura 12: Site Roberto Carlos – PDT/BA
 Figura 13: Twitter Patrício – PT/DF
 Figura 14: Website Patrício – PT/DF
 Figura 15: Twitter Chico Leite – PT/DF
 Figura 16: Twitter Pedro Kemp – PT/MS
 Figura 17: Twitter Ruy Muniz – DEM/MG
 Figura 18: Website Ruy Muniz – DEM/MG

Figura 19: Twitter Valdir Rossoni – PSDB/PR

Figura 20: Website Valdir Rossoni – PSDB/PR

Figura 21: Twitter Marcelo Freixo – PSOL/RJ

Figura 22: Website Marcelo Freixo – PSOL/RJ

Figura 23: Twitter Jailson Lima – PT/SC

Figura 24: Twitter Bruno Covas – PSDB/SP

Figura 25: Website Bruno Covas – PSDB/SP

Figura 26: Twitter Maria Lúcia Prandi – PT/SP

Figura 27: Twitter Ênio Tatto – PT/SP

Figura 28: Website Ênio Tatto – PT/SP

Quadro 1: Pontos fracos e fortes dos legislativos estaduais brasileiros

Quadro 2: Contextos de interação, mídias específicas e problemas de gestão de informação das experiências de interação nos websites legislativos

CRUZ, Letícia Carina. ELITES PARLAMENTARES E NTICS: UM ESTUDO SOBRE O USO DA INTERNET PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS DA 16ª LEGISLATURA (2007-2011) 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é empreender uma avaliação do uso da internet pelas elites parlamentares de todos os estados brasileiros nos vários níveis e dimensões em que se dá esse uso. A partir das idéias de modos de concretização da democracia e de “graus de representação” buscaremos avaliar as várias dimensões da utilização das novas tecnologias pelas elites parlamentares brasileiras. Inicialmente, efetuamos um exame do grau de informação sobre o perfil social, a trajetória política, o comportamento parlamentar e a “inclusão digital” de tais elites, e elaboramos um indicador para avaliar o “grau de accountability” sobre os deputados estaduais apresentados em cada casa legislativa. Em seguida, faremos uma análise da relação entre os diferentes padrões de recrutamento dos deputados estaduais e de sua relação como o tipo de uso da web pelos deputados. Em terceiro lugar, uma análise de conteúdo dos websites dos deputados usuários da internet, a fim de mapear algumas experiências mais avançadas de participação e deliberação online. As principais hipóteses ou proposições que norteiam o presente enfoque são as seguintes: (i) há uma acentuada desigualdade no grau de disponibilização de informações e ferramentas que possibilitem uma maior responsabilização (accountability) dos deputados nas diferentes casas legislativas; (ii) embora possamos detectar uma “fratura digital”(digital divide) no uso da internet pelos diferentes grupos de deputados na última legislatura, as variáveis políticas também devem ser levadas em conta para explicar os diferentes padrões de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros; (iii) apesar de mídias sociais tais como twitter, facebook e Orkut terem se difundido com relativa intensidade entre os deputados estaduais na última legislatura, ainda são raros casos bem sucedidos de processos participativos e deliberativos mais profundos a partir dos usos das ferramentas digitais.

Palavras-chave: Internet e Política; elites parlamentares brasileiras; deputados estaduais da 16ª legislatura; representação política; modelos de democracia eletrônica.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to undertake an evaluation of Internet use by elite parliamentarians from all Brazilian states in the various levels and dimensions in which it gives such use. The ideas of ways of achieving democracy and "degrees of representation" will seek to assess the various dimensions of the use of new technologies by Brazilian parliamentary elites. Initially, we carried out an examination of the degree of information about the social profile, the trajectory of politics, voting behavior and the "digital inclusion" of such elites, and elaborate an indicator to assess the "degree of accountability on state lawmakers submitted in each house legislation. Then we will analyze the relationship between different patterns of recruitment of state legislators and their relation to the type of web use by Members. Third, a content analysis of websites of Members of Internet users in order to map some more advanced experiences of participation and deliberation online. The main hypotheses or propositions that guide this approach are: (i) there is a marked degree of inequality in the provision of information and tools that allow greater accountability (accountability) Members of the various legislative houses, (ii) although we can detect a "digital divide" (digital divide) in Internet use by different groups of deputies in the last Parliament, the political variables should also be taken into account to explain the different patterns of Internet use by Brazilian state representatives, (iii) despite Social media such as twitter, facebook and Orkut have been spread with relative intensity between the state representatives in the last Parliament there are few successful cases of participatory and deliberative deeper obtained from the use of digital tools.

Keywords: Internet and Politics; Brazilian parliamentary elites, state legislators of the 16th Legislature, political representation, models of electronic democracy.

Introdução¹

O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação do uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), especialmente da internet, pelos deputados estaduais brasileiros da legislatura compreendida entre os anos de 2007 e 2011 (que corresponde à 16ª legislatura na maior parte das Assembleias Legislativas brasileiras) e examinar as várias dimensões do uso da internet por estes segmentos das elites parlamentares, dando continuidade ao trabalho iniciado em nossa monografia de graduação (CRUZ, 2008). Nosso interesse pela temática adveio na redação deste trabalho, onde procuramos efetuar um mapeamento preliminar do uso das ferramentas disponíveis na internet pelos deputados estaduais no início da legislatura. Nesse sentido, esta dissertação pode-ser considerada uma continuidade deste trabalho e de outros empreendidos no âmbito de nosso grupo de pesquisa, embora não seja uma mera reprodução deles, pois difere dos mesmos em vários aspectos².

Com efeito, embora já exista um corpo razoável de estudos sobre o recrutamento e o perfil sociopolítico dos deputados estaduais brasileiros, geralmente estes estudos não buscam avaliar o uso que tais atores fazem da web para interagir e se comunicar com o eleitor. Por outro lado, os poucos estudos existentes em língua portuguesa sobre a relação entre internet e elites parlamentares (CARDOSO, 2003; CUNHA, 2005; MARQUES, 2007), geralmente relegam a segundo plano as questões relacionadas aos perfis sociais e às características do “recrutamento” de tais elites, centrando seu foco no problema da interação ou dos “graus de participação” do eleitor em relação a seu representante e aos processos decisórios nos quais ele está inserido. A partir da verificação de tais lacunas, procuramos articular estes dois níveis de análise buscando integrar duas áreas de pesquisa geralmente separadas nos estudos sobre as elites políticas, especialmente as elites parlamentares: (i) por um lado, os estudos sociológicos

¹ A presente investigação foi desenvolvida no Grupo de Estudos: “Democracia, Instituições Políticas e Novas Tecnologias”, do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, e no contexto da pesquisa intitulada *Representação política, elites parlamentares brasileiras e as TICs: perfil sociopolítico, uso da internet e percepções do processo de modernização dos órgãos parlamentares pelos senadores, deputados federais e deputados estaduais brasileiros (2007-2010)* coordenada pelo nosso orientador no programa de mestrado em Ciência Política da UFPR, Prof. Sérgio Braga, e financiada pelo CNPq (Edital Humanas/Sociais Aplicadas).

² A principal diferença consiste na tentativa de incorporar de maneira mais sistemática a análise do uso das chamadas mídias sociais pelos parlamentares, tais como twitter, facebook etc., dentre outros recursos digitais da chamada “Web 2.0”.

sobre recrutamento e/ou perfil socioeconômico das elites parlamentares; (ii) por outro, as pesquisas empreendidas no âmbito da comunicação política e como tais elites parlamentares interagem com a opinião pública e com os cidadãos através dos recursos da mídia. Nesse sentido, embora nos inspirando diretamente em estudos anteriores que procuraram trabalhar nessa direção (CRUZ, 2008; BRAGA & NICÓLAS, 2008; NICÓLAS, 2009), fizemos um esforço para não apenas produzir uma versão “atualizada” destes trabalhos, mas agregar novas dimensões ao tipo de análise e à metodologia desenvolvidos no âmbito de nosso grupo, mesmo porque a natureza dinâmica e volátil de nosso próprio objeto de estudo impõe este tipo de procedimento metodológico³.

Inicialmente devemos chamar a atenção para o fato de que desde pelo menos meados dos anos 1990 os impactos da internet nas várias dimensões dos sistemas políticos contemporâneos, particularmente nos democráticos, tem sido objeto de uma literatura relativamente ampla. Especialmente nos países de democracia consolidada, onde a reflexão sobre o tema está avançada, há um grande e crescente campo de estudos e pesquisas sobre os impactos das NTICs em geral e a Internet em particular, nestes sistemas políticos⁴. Com efeito, nos países mais desenvolvidos os impactos da Internet nos mais variados tipos de atores e instituições participantes dos “sistemas políticos virtuais” já foram objeto de estudos sistemáticos e “empiricamente orientados”, especialmente nos países anglo-saxões (NORRIS, 2001; CHAWDWICK, 2009).

Deve-se destacar também o grande interesse provocado pelo uso da internet na política e o aumento de estudos mais sistemáticos sobre o tema após as eleições estadunidenses de 2008, especialmente após a campanha de Barack Obama para a presidência dos EUA. Como colocam alguns estudiosos, tais como Wilson Gomes (GOMES et. al., 2009), Obama usou pioneiramente diversas redes sociais para atrair eleitores, o chamado “*Obama Everywhere*” (slogan que aparece no site oficial): Facebook, BlackPlanet, MySpace, Faithbase, YouTube, Eons, Flickr, Glee, Digg, MiGente, Twitter, MyBatanga, Eventful, AsianAve, LinkedIn e DNC Partybuilder foram os recursos utilizados por Obama e sua equipe para mobilizar simpatizantes e/ou interagir com seus potenciais eleitores durante a campanha presidencial de 2008 nos Estados Unidos. Tudo isso tem feito com que, em vários países, inclusive no Brasil os

³ Apenas a título de exemplo, em nossa monografia de graduação defendida em 2008, ainda eram amplamente minoritários os parlamentares que possuíam websites, e praticamente inexistiam mídias sociais tais como twitter, facebook, youtube dentre outras.

⁴ Como nos informa Marta Frick, as novas tecnologias de comunicação e informação abrangem as telecomunicações, as emissões de rádio e TV mediante tecnologias digitais, e a internet (FRICK: 2006: p. 175), sendo que nesse trabalho utilizaremos a expressão como sinônimo de internet e os recursos de mídia a ela associados, tais como websites, mídias sociais etc.

pesquisadores e atores políticos dêem uma crescente atenção aos impactos da internet nas várias etapas dos processos de representação política, desde a organização dos pleitos eleitorais, até o exercício do mandato pelos parlamentares eleitos, como é o caso do presente trabalho.

Esta dissertação tem origem em todos estes fatores e tem como ambição mais imediata se aprofundar nas questões já colocadas por Maria Alejandra NICOLAS em sua dissertação de mestrado intitulada “Internet e Política: Graus de Representação Política e Uso da Internet pelas Elites Parlamentares da América do Sul” (NICÓLAS, 2009), além de aprofundar questões já levantadas em outros trabalhos do qual participamos (CRUZ, 2007, 2010). Ao longo destas investigações, nosso foco de interesse foi progressivamente se concentrando na reflexão sobre as relações entre as NTICs e os processos de *representação política stricto sensu*, especialmente sobre o uso feito pelas elites parlamentares dos recursos propiciados pela internet. A partir de minha participação nessas frentes de pesquisa, resolvi analisar aqui o uso da Internet pelos deputados estaduais brasileiros, em particular, e do problema teórico mais geral dos impactos trazidos pela internet nos processos de representação política.

Nosso trabalho se insere, portanto, no contexto do aumento constante em escala internacional dos estudos que analisam a relação entre as NTICs e os processos de representação política (em geral) e as repercussões da internet com relação às atividades dos órgãos legislativos e o comportamento das elites parlamentares (em particular) sob a ótica mais estrita da sociologia e da ciência política. Entretanto, julgamos conveniente esclarecer desde logo que nosso trabalho não tem como objetivo abordar todas as questões teóricas levantadas por estes estudos. Embora essas questões sejam importantes, procuraremos efetuar uma investigação de cunho mais empírico, cujo objetivo principal é produzir uma avaliação abrangente do uso da internet pelos 1059 deputados estaduais brasileiros na última legislatura e de suas respectivas casas legislativas nos vários níveis em que se dá esse uso. Nesse sentido, norteiam nossa pesquisa as seguintes questões: Que tipo de informação é disponibilizado sobre os parlamentares nos portais dos órgãos legislativos? Existem diferenças nos níveis de informação disponíveis nos portais das casas legislativas e nos websites pessoais dos parlamentares sobre os deputados estaduais eleitos para estes órgãos? Qual o percentual de parlamentares que utilizam websites e que tipo de recursos os parlamentares empregam em seus websites pessoais? Quais as características predominantes destes websites? Como os parlamentares utilizam os mecanismos de participação e interação propiciados pela Internet? Podemos afirmar, a partir das evidências coletadas durante a pesquisa, que há indícios de que o emprego das ferramentas virtuais pelas elites parlamentares brasileiras tenha atingido um

estágio “pós-Web” que, segundo alguns autores, teria sido inaugurado por Barack Obama em sua campanha eleitoral de 2008 (GOMES et. al., 2009, AGGIO, 2010)⁵?

Para abordar todos estes problemas que derivam tanto do diálogo com a literatura especializada nas relações entre Internet, democracia e processos de representação política, quanto do trabalho de pesquisa que efetuamos anteriormente em nossa monografia de graduação e no âmbito de nosso grupo de pesquisa, procuraremos elaborar e aplicar um referencial teórico-metodológico que possibilite a resposta a algumas destas indagações e apreenda os vários níveis em que se dá o emprego da internet pelos deputados estaduais em questão. Para tanto, organizamos nossa exposição da seguinte forma:

No primeiro capítulo *Internet, representação política e elites parlamentares* procuraremos, a partir do exame da literatura relevante existente sobre o assunto, explicitar os principais problemas a serem examinados e o referencial teórico-metodológico que utilizaremos para analisar o padrão de uso da Internet pelos deputados estaduais brasileiros.

No segundo capítulo *Perfil sociopolítico e accountability virtual das elites parlamentares brasileiras (2007-2011)* buscaremos aplicar a primeira dimensão da metodologia anteriormente definida e empreender uma avaliação das informações disponibilizadas pelos deputados no exercício do mandato nos websites das casas legislativas estaduais brasileiras, bem como efetuar um mapeamento preliminar do uso das ferramentas da internet pelos deputados estaduais de 16ª legislatura. Esse capítulo servirá ainda para delimitarmos melhor nosso objeto de estudo e avançarmos na formulação de alguns problemas que serão abordados de maneira mais aprofundada nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo *Perfis de recrutamento e padrões de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros*, procuraremos avançar na reflexão sobre o emprego da internet pelas elites parlamentares brasileiras, relacionando três dimensões do “recrutamento” político dos deputados (origem regional, filiação partidária e perfil sociopolítico), com alguns padrões de uso das ferramentas da internet por estes atores.

Por fim, no último capítulo, *Representantes “Web. 2.0”? Estratégias de comunicação on-line pelos deputados estaduais brasileiros*, procuraremos efetuar uma análise de conteúdo

⁵ Segundo estes autores podemos caracterizar três grandes estágios nas campanhas eleitorais e no uso da internet pelos políticos: (i) um estágio “pré-web”, onde o uso da internet concentrava-se no envio de emails e mensagens eletrônicas, sem a utilização maciça de websites por parte dos políticos; (ii) um estágio “Web”, onde a plataforma básica de contato dos políticos com os cidadãos eram os websites pessoais dos políticos, que basicamente reproduziam conteúdos oriundos de outras mídias; (iii) e uma terceira etapa iniciada com a campanha de Barack Obama que os autores qualificam de “pós-web”, onde os websites passam a ser apenas uma ferramenta virtual entre outras empregadas pelos políticos, cumprindo a função de ser um distribuidor de conteúdo a ser reproduzido nas mídias sociais.

dos websites dos parlamentares “digitalmente incluídos” naqueles órgãos parlamentares onde o emprego da internet pelos deputados mostrou ser mais intenso. A partir da idéia de *graus ou níveis de representação política* procuraremos demonstrar a proposição segundo a qual o modelo de uso da Internet pelas elites parlamentares brasileiras ainda afasta-se bastante do padrão “Web 2.0” que, segundo alguns autores, estaria emergindo em países onde o emprego da Internet pelos diferentes atores políticos é mais intenso.

Isto posto, podemos iniciar nossa exposição propriamente dita onde faremos algumas considerações teóricas sobre nosso objeto de estudo a partir do diálogo com a bibliografia relevante e apresentaremos as diretrizes gerais de nossa metodologia de análise, assim como algumas proposições básicas que queremos demonstrar com a realização deste estudo.

1. Internet, representação política e elites parlamentares.

Não é nosso objetivo, neste capítulo, efetuar um mapeamento descritivo de toda a vasta literatura que, especialmente nos países de democracia mais institucionalizada e estável, refletiu sobre a temática mais geral das relações entre Internet, democracia e os processos de representação política nos sistemas políticos democráticos contemporâneos. Cabe apenas apresentar algumas idéias e proposições gerais que orientam a realização do presente trabalho e de que forma, tomando como referência estas idéias gerais, podemos definir um referencial teórico-metodológico e certas expectativas empíricas a serem concretizados nos capítulos restantes desta tese.

Nesse sentido, podemos destacar três tipos de estudo que influenciaram mais de perto a elaboração da presente dissertação: (i) trabalhos gerais sobre as relações entre os processos de representação política e as novas tecnologias nos sistemas democráticos modernos; (ii) estudos sobre Internet, parlamentos e elites parlamentares empreendidos a partir da ótica da “comunicação política”, ou seja, daqueles analistas interessados primordialmente em apreender os impactos das novas mídias nos processos de deliberação política que ocorrem nas sociedades modernas; (iii) estudos sobre Internet, parlamentos e elites parlamentares empreendidos sob a ótica mais estrita da sociologia e da ciência política e mais interessados em apreender os efeitos das NTICs sobre os processos de representação política que se dão nas democracias contemporâneas, abordando alguns aspectos que não são enfocados pelos estudos anteriores.

Portanto, neste capítulo pretendemos expor de forma um pouco mais detalhada as contribuições efetuadas por alguns dos principais estudos sobre a relação entre Internet e elites políticas, e esclarecer sobre a metodologia aplicada na presente dissertação. A partir do diálogo com essa literatura, procuraremos apresentar a metodologia que aplicaremos na análise dos recursos digitais dos deputados estaduais brasileiros, assim como esclarecer alguns pontos da abordagem teórica empreendida em função dos objetivos do estudo.

Neste sentido, passamos para uma revisão dos principais estudos que tiveram como intuito pesquisar de um modo geral a relação Internet e política e, especificamente, a relação entre os atores parlamentares e a Web.

1.1. Representação política e internet.

Como afirmamos anteriormente, o foco de nossa pesquisa reside na reflexão sobre os impactos da internet nos processos de representação política e na apresentação de evidências que permitam uma reflexão mais fundamentada e menos especulativa sobre tal fenômeno.

Nesse sentido, existe desde meados da década de 1990 pelo menos, um largo debate na literatura internacional polarizado por “ciberpessimistas”, “ciberotimistas” e “cibercéticos”, segundo o tipo de avaliação que cada uma destas vertentes faz sobre a amplitude dos impactos das TICs no funcionamento dos sistemas políticos democráticos, que procura fornecer evidências mais sistemáticas sobre os reais impactos da internet nos processos de representação política, e não somente no sentido de criar novas formas de democracia qualitativamente distinta da democracia representativa tradicional (Norris, 2001). Pippa Norris defende a ideia que a internet vai tornar possível um “sistema político virtual”, onde os atores e as instituições integrantes do “mundo real” transferirão progressivamente suas atividades para o mundo virtual. Esse novo “sistema” pode ser uma via para articular de forma mais competente a estreita interação entre elites políticas e os cidadãos médios, dando ênfase aos mais politizados. Tal “sistema político virtual” pode estimular a incorporação de novos atores ao sistema político, dinamizando a democracia em direções mais participativas e ampliadas.

José Eisenberg (Eisenberg, 2003) observa que a internet produzirá impactos sobre a Política e que poderá promover a ampliação da democratização nas sociedades contemporâneas e a criação de novos espaços deliberativos, embora não acredite que a internet solucionará os problemas de legitimidade das democracias modernas, tais como desgastes dos partidos e apatia eleitoral. Os impactos devem ser percebidos a partir da disputa pelo controle e apropriação dos recursos da internet como mídia; e as características diferenciadas da Internet em relação a outros meios de comunicação com o intuito de promover novas formas de atividade política e deliberação pública.

Segundo o autor, as características presentes na Internet são potencialmente democratizantes, o que a diferencia de outras mídias. Todo cidadão que esteja conectado, pode se tornar um produtor e disseminador de informações, o que já diferencia a internet de outras mídias convencionais, onde é apenas um receptor de informações. O distanciamento espacial promove uma ampliação do poder de participação política do cidadão, propiciando uma desterritorialização das relações políticas. A Internet, segundo Eisenberg, exige uma competência cognitiva para acessá-la. Quem não possui tal habilidade, torna-se excluído, o que

é uma limitação à característica democratizante dessa mídia. Por sua vez, a alta capacidade de interação propiciada pela Internet é a principal característica potencialmente democratizante, segundo ele.

Outro autor, que trabalha nessa linha, é Castells, que menciona o potencial democratizante da Internet, embora não com o mesmo entusiasmo de Eisenberg. Ela acaba se tornando uma ferramenta e uma forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão com várias esferas, embora não hajam evidências concretas de que o uso da internet esteja provocando uma revolução nas formas tradicionais de representação política, pelo menos até a virada do século (Castells, 2003, p. 220).

Nesse sentido, Wilson Gomes (2005) destaca que uma ligação entre democracia e participação civil na política possui diferentes ênfases, cada uma delas portando um específico repertório de conseqüências teóricas e práticas. Nessa ligação, o autor sustenta cinco graus de participação popular proporcionados pelas ferramentas da internet. O primeiro grau diz respeito da disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos pela rede, onde as TICs e ciberespaço seriam meios democráticos na medida em que circulam informações de governo e melhoram a prestação de serviços públicos. O segundo têm base no emprego das TICs para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política. O terceiro grau é caracterizado pelos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*), gerando uma maior permeabilidade dos órgãos públicos às demandas dos cidadãos. A “democracia deliberativa” caracteriza o quarto grau, que consiste na participação civil nos negócios públicos, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática. No último grau, as TICs têm por finalidade retomar o antigo ideal de democracia direta, onde a decisão estaria centrada não em uma esfera representativa, mas nas mãos dos cidadãos. Mas também essa comunicação online, segundo Gomes, não garante um local de discussão igualitária e representativa. Permite-se por um lado, na internet, que os eleitores forneçam repostas diretas a questões que a eles são apresentadas, porém não se tem uma garantia que tal retorno influencie na decisão política (GOMES, 2005).

A partir de um balanço sobre o uso da NTICs pelos órgãos parlamentares e pelos representantes podemos fazer uma reflexão sobre três questões que merecem destaque para a reflexão sobre os impactos da internet nas democracias representativas. Primeiramente, a internet pode ser um fator potencial de aumento da transparência e *accountability* nas candidaturas e eleições e no exercício dos mandatos. Segundo Setälä e Gronlund (2006) as NTICs têm certas características únicas que podem alterar os fluxos de comunicação e

informação entre os vários atores participantes dos sistemas políticos no sentido de tornar mais transparentes as informações sobre os diversos atores que nele interagem. Em segundo lugar, a internet pode ser mais que um instrumento de conhecimento, mas controle e monitoramento de elites políticas pelos cidadãos. Por fim, a internet pode ser um instrumento para potencializar as várias dimensões da *interação* entre a esfera pública e as elites políticas, por um lado, e os cidadãos comuns, por outro, na medida em que torna possível a abertura de canais mais amplos de comunicação entre emissor e receptor, aumentando as possibilidades de influência mútua entre ambos⁶.

É dessa perspectiva que a internet pode incidir sobre as *relações de representação* que se estabelecem entre as elites políticas e os cidadãos comuns, ao possibilitar a criação de mecanismos de interação e *accountability* mais eficazes que potencializam a relação de troca informacional e de influência mútua entre ambos os atores, nos diferentes níveis em que estas se estabelecem. A esse respeito, a moderna teoria de democracia e da representação política formulou proposições importantes que merecem destaque. Em primeiro lugar, destacamos as idéias desenvolvidas especialmente por Adam Przeworski, Susan Stokes e Bernard Manin (Przeworski, Stokes e Manin, 1999), segundo as quais as eleições são mecanismos tênues de criação de vínculos de representação entre as elites dirigente-governantes e os cidadãos comuns. Decorrente disso é de fundamental importância que as modernas democracias que se auto-imputam “representativas” desenvolvam instrumentos e mecanismos institucionais não só para assegurar que a relação de representação entre governantes e governados se mantenha ao longo do exercício do mandato, mas que sem ampliem os graus ou níveis de representatividade vigentes num dado sistema político democrático ao criar constrangimentos que aumentem o grau de responsabilização das elites políticas por seus atos e comportamentos.

Em segundo lugar, podemos destacar as contribuições de Luiz Felipe Miguel, que expõe ser necessário agregar outras “dimensões” à idéia de representação política além da mera escolha dos governantes em pleito eleitorais, e que uma reflexão sobre os sistemas de mídia e o emprego das NTICs é de fundamental importância para a compreensão do funcionamento de qualquer sistema político democrático na medida em que incidem sobre os processos de formação de preferências dos diferentes agentes políticos (Miguel, 2000, 2003). Sendo assim, para o autor é importante agregar outras “dimensões” ao fenômeno da representação política

⁶ Mais adiante veremos a posição de Ferber e seus colaboradores a respeito dos vários níveis e possibilidades de “interação” entre os atores políticos tornados possíveis pela Web ao abordarmos a questão dos mecanismos de participação online usados pelos deputados estaduais brasileiros na última legislatura (Cf. Ferber et. al., 2007).

além da mera eleição de representantes, tais como a escolha dos atores encarregados de formar a agenda pública e os agentes capazes de determinar a formulação de preferências daqueles indivíduos que se encontram na base menos favorecida da escala de estratificação social.

Luiz Felipe Miguel leva a uma concepção mais ampliada de representação, que não abrange apenas mecanismos institucionais de escolha e de geração de accountability, mas também distribuição de recursos e escolha de atores autorizados a comandar a formulação de agenda e de formação de preferências que ocorrem no processo decisório. Para ele buscar entender os meios de comunicação como esfera de representação política é entender esse espaço como lugar privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade. O bom andamento das instituições representativas, portanto, se daria à medida que são apresentadas as vozes dos mais variados grupos políticos, permitindo que o cidadão tenha acesso a valores e fatos que direcionam as correntes políticas em competição e possa formar sua própria opinião política. É o que se pode chamar de "pluralismo político" da mídia, para o qual a internet pode contribuir significativamente aos incorporar novos atores e perspectivas de análise a um baixo custo (Miguel, 2003).

Por fim, para o entendimento dos impactos da internet nos processos decisórios e de representação política, devemos retomar algumas contribuições de Wilson Gomes que, em vários de seus textos (Gomes, 2005, 2008), procurou refletir sobre as relações entre democracia representativa e internet, destacando as potencialidades desta mídia de abrir novos canais de participação política aos cidadãos, possibilitando, como já foi dito, a coexistência de vários “modelos” de democracia.

Wilson Gomes define o padrão liberal-representativo como satisfeito pelos requisitos mínimos relacionados à democracia eleitoral e ao Estado de Direito, os quais são: competição pluralista, participação eleitoral e liberdades civis e políticas. Porém, para o desenvolvimento pleno da democracia, seria necessário incorporar ao cardápio liberal clássico, nos projetos de democracia digital, além das informações que promovam transparência, abertura e prestação de contas dos agentes políticos, oportunidades de participação pública e engajamento cívico, ou seja, canais de comunicação entre os cidadãos e instituições intermediárias. E assim sucessivamente, outras democracias irão demandar requisitos específicos que exigirão um maior número de mudanças em todas as áreas.

Ainda de acordo com Wilson GOMES (2005), a vinculação entre democracia e participação civil na política possui diferentes ênfases, cada uma delas portando consigo um específico repertório de consequências teóricas e práticas. O autor menciona três modelos de

participação popular na política, sendo que nos dois primeiros (participação moderada e um pouco mais radical) a participação dos cidadãos é compatível com o modelo de democracia representativa, sendo que o que há de característico nestes modelos é que a manifestação da esfera pública não se esgota nos mecanismos eleitorais. O terceiro modelo, ainda mais radical, se manifesta nos ideários de democracia direta, onde a esfera civil toma as decisões políticas sem a intermediação de outros atores representativos. A partir destes modelos o autor infere cinco graus de participação popular proporcionados pelas ferramentas da Internet:

1. *Primeiro grau* – pode ser caracterizado pela ênfase na disponibilidade de informação e na prestação de serviços públicos através da rede. As NTICs e o ciberespaço (incluiu-se a internet) seriam instrumentos democráticos na medida em que circulam informações governamentais genéricas e melhoram a prestação de serviços públicos.

2. *Segundo grau* – consiste no emprego das NTICs para colher a opinião pública e utilizar esta informação para a tomada de decisão política.

3. *Terceiro grau* – é representado pelos princípios da transparência e da prestação de contas (accountability), gerando uma maior permeabilidade da esfera governamental para alguma intervenção da esfera civil.

4. *Quarto grau* – está baseado na “democracia deliberativa”. Consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo para se chegar a uma decisão política tomada pelo próprio público, definindo práticas mais sofisticadas de participação democrática. É o mais intenso do ponto de vista da participação civil nos negócios públicos.

5. *Quinto grau* – neste último grau, as TICs teriam uma função fundamental: retomar o antigo ideal da democracia direta. A tomada de decisão não passaria por uma esfera política representativa, mas estaria centrada fundamentalmente nas mãos dos cidadãos.

O autor ainda lembra que esses graus não devem ser compreendidos como “excludentes” entre si. Também não devem ser vistos de forma rígida como parâmetros estanques. As experiências de democracia podem eventualmente situar-se entre graus, estando às vezes mais propensas a um determinado grau sob um aspecto, e a outro grau sob outro. No entanto, o que se nota, é que existem níveis de participação bastante elementares, que levam ao predomínio de democracias digitais de primeiro grau:

“Em suma, apesar das enormes vantagens aí contidas, a comunicação on-line não garante instantaneamente uma esfera de discussão pública justa, representativa, relevante, efetiva e igualitária. Na internet ou “fora” dela, livre opinar é só opinar. Além disso, com o predomínio de democracias digitais de primeiro grau, os sites partidários são em geral meios de expressão de mão única, e os sites governamentais se

constituem como meios de delivery dos serviços públicos mais do que formas de acolhimento da opinião do público com efeito sobre os produtores de decisão política. Assim, se por um lado, a internet permite que eleitores forneçam aos políticos feedbacks diretos a questões que eles apresentam, independentemente dos meios industriais de comunicação, por outro lado, não garantem que este retorno possa eventualmente influenciar a decisão política” (GOMES, 2005, p.221).

As idéias de Gomes podem ser compatibilizadas com as teses de outros autores que propõem a idéia de *graus ou níveis de representação política* (Ward & Leston-Bandeira, 2008; Nicólas, 2009), segundo a qual é possível um amplo campo de variação na intensidade das relações de representação dentro dos quadros da democracia representativa, sem que isso dê lugar necessariamente a uma nova modalidade ou “modelo” de democracia. Dentro desse quadro, a internet pode incidir positivamente no aumento da *qualidade* da democracia representativa e na intensidade dos vínculos de representação entre elites dirigentes e cidadãos comuns, variando desde uma democracia representativa de “primeiro grau”, pouco transparente e com pouca oferta de mecanismos de *accountability* aos cidadãos, até democracias representativas mais participativas e com mais possibilidades de interação e participação entre elites dirigentes e cidadãos comuns.

A partir dessas considerações podemos afirmar que há possibilidades distintas de combinações de mecanismos de informação, comunicação, *accountability*, interação, participação e deliberação dentro dos quadros das democracias representativas ou parlamentares, mas sem dar lugar a uma forma de democracia radicalmente nova (democracia “participativa”, “liberal” ou “deliberativa”), ou a modelos mutuamente excludentes de democracia (“comunitária”; “direta”, etc.). Nesse sentido, podemos constatar diferentes possibilidades de articulação entre essas várias dimensões do funcionamento das instituições democráticas, dentro dos quadros das democracias representativas contemporâneas, sendo a possibilidade de tal processo válida tanto para as instituições quanto para as elites políticas que atuam no “sistema político virtual”.

Isto posto, podemos partir para um breve exame da literatura sobre internet e elites parlamentares para melhor definir os objetivos e o objeto de nosso estudo.

1.2. Elites parlamentares, representação política e novas mídias.

Além desses trabalhos de natureza geral sobre as relações entre Internet e política, podemos destacar, para os fins desta dissertação, trabalhos de cunho mais aplicado que buscam analisar os impactos da Internet nas instituições e elites parlamentares interessados

predominantemente nos potenciais das TICs para promover um maior engajamento dos cidadãos no processo deliberativos, assim como uma maior “participação” dos cidadãos no sistema político no sentido amplo do termo (CARDOSO, CUNHA E NASCIMENTO, 2001; ALPERIN & SCHULTZ, 2003; DADER, 2003; CUNHA, 2005; MARQUES E MIOLA, 2007).

Gustavo Cardoso e Ângela Morgado (CARDOSO & MORGADO, 2003) empreendem um estudo empírico com relação aos websites dos deputados portugueses. Segundo eles, tais deputados partilham uma visão positiva das tecnologias de informação como promotoras de novas formas de democracia. Essa democracia digital faria com que se melhorasse a comunicação entre cidadão e eleitos e vice-versa. Seus dados apontam para uma utilização maior do e-mail quando o objetivo de uso da Internet é se comunicar. Já quando o objetivo é acesso à informação, a navegação na World Wide Web (www) é mais comum que a utilização da Intranet.

Na conclusão, os autores separam os deputados mais “otimistas” com relação às possibilidades da Internet, dos mais pessimistas. Segundo eles, seriam as mulheres que se apresentavam mais apreensivas, crendo no aumento, inclusive, do fosso entre os info-ricos e info-pobres. Já os deputados mais jovens seriam os mais otimistas quanto ao alargamento dos assuntos políticos e os menos preocupados com as publicações online de posições extremistas. Porém, seriam os deputados entre os 41 e 50 anos os mais otimistas quanto ao essencial: a produção de novas formas de democracia e participação política dos cidadãos com o advento nas TICs.

Francisco Paulo Jamil Almeida MARQUES (2007), no texto “*Internet e oportunidades de participação política – Um exame dos websites dos senadores brasileiros e norte-americanos*” afirma que as NTIC’s surgem como a esperança de revigoração do ambiente político, por tornarem a participação dos cidadãos na discussão dos negócios públicos uma realidade. Sendo assim, o autor analisa em que medida tais dispositivos estão sendo empregados, de fato, quanto ao aprofundamento da democracia e das formas de participação da sociedade em geral.

MARQUES procedeu ainda a uma avaliação de como os websites dos senadores brasileiros e norte-americanos estão oferecendo oportunidades de participação civil, com relação à quantidade e qualidade das ferramentas disponibilizadas digitalmente. Foram encontradas diferenças consideráveis entre os recursos e quanto à disposição dos senadores em receber as contribuições e intervenções dos cidadãos pela Internet. Sendo assim, o website do senador americano Harry Reid obteve a melhor performance. Os senadores brasileiros

apresentaram um desempenho semelhante entre si, porém inferior àquelas dos norte-americanos. A maioria das ferramentas encontradas nos websites está alocada em graus mais baixos de democracia, o que pressupõe que os websites analisados são empregados ostensivamente na autopromoção do parlamentar, deixando de lado a interação com os cidadãos.

A principal conclusão a que chega o autor é a de que a Internet não está fortalecendo a forma democrática de Governo, pois as ferramentas técnicas vêm sendo aproveitadas de maneira pouco eficiente. Os agentes políticos estudados oferecem poucas oportunidades de participação e interação, porém, tal estudo é limitado, pois o universo é diminuto: 3 senadores norte-americanos e 3 brasileiros não correspondem de maneira eficaz à totalidade de parlamentares dos dois países, embora este trabalho tenha valor por ser mais um esforço de analisar empiricamente o impacto da Internet no ambiente político. Como diz o autor: “Os achados da pesquisa oferecem subsídios para se concluir que cada instituição operacionaliza os dispositivos de participação digital de uma maneira muito particular, prevendo *inputs* em quantidade e profundidade distintas, havendo um limite em relação à contribuição que os *media* digitais podem oferecer para se fortalecer a democracia (em sua interpretação representativa), uma vez que a decisão continua nas mãos dos mandatários eleitos, independentemente do potencial interativo dos recursos de comunicação existentes. São testemunhadas, assim, disparidades marcantes entre os dispositivos encontrados nos sites que pertencem, por exemplo, a um mesmo Poder e nível de governo, permitindo-se inferir a existência de diferentes graus de adoção da tecnologia digital de comunicação”.

Nesse sentido, apontou-se que as tecnologias digitais de comunicação devem ser vistas enquanto suporte para a resolução de algumas dificuldades e problemas que afligem as práticas democráticas contemporâneas, encarnando um papel complementar para o aperfeiçoamento deste regime, uma vez que enfrentam constrangimentos e limites tradicionalmente existentes (por exemplo, a resistência dos representantes em se mostrarem mais abertos ou mesmo compartilharem poder) e que se demonstra a idéia de que alguns estorvos poder sem combatidos com maior ou menor eficácia a partir do emprego dos recursos da Internet.

Deve-se sublinhar que uma importante inovação metodológica do estudo de MARQUES é aplicar ferramentas de análise de conteúdo aos websites analisados, e não apenas limitar-se à quantificação de emails e aplicação de surveys com baixa taxa de retorno para investigar em maior profundidade como os membros das elites parlamentares estão utilizando a Web. Entretanto, uma importante limitação do estudo é a pequena quantidade de casos

examinados, o que limita o alcance de suas inferências assim como da análise comparativa empreendida entre os dois parlamentos.

Já no texto *“Internet e Parlamento: Um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online”*, MARQUES (2007b) se refere à identificação e à avaliação de recursos digitais de participação presentes em websites de instituições do Poder Legislativo. O universo empírico se referiu às diferentes modalidades de intervenção dos cidadãos encontradas no website da Câmara dos Deputados e nos websites das Assembléias Legislativas dos Estados da Bahia, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo. O emprego de oportunidades de participação em tais websites pode ser medido pela quantidade e pela qualidade de ferramentas de intervenção civil encontradas. O modelo base para tal avaliação foi o modelo deliberativo.

Os trabalhos de MARQUES (2007) e SILVA (2005), inspirados nos “graus de participação dos cidadãos na Internet” de GOMES, resgatam na sua metodologia aspectos presentes em três modelos de democracia (representativo, participativo e deliberativo) que, em determinado momento histórico, disputaram a supremacia no campo da teoria democrática. Segundo GOMES (2007), uma perspectiva de democracia digital que comporte estes três modelos tende a ser mais razoável.

Entretanto, apesar destes avanços, um problema a ser observado nos estudos sobre o uso da Web pelas elites parlamentares acima mencionados é a preocupação excessiva nas potencialidades das TICs para ampliar os mecanismos de “participação” e “deliberação” política, com uma tendência a relegar a segundo plano outros aspectos que também são importantes sob a ótica do sociólogo e do cientista político, os quais tendem a pesquisar outras dimensões que dizem respeito das múltiplas funções que podem desempenhar as instituições políticas, tais como as funções de representação, educação, delegação, legitimação, dentre outras, como veremos mais à frente.

Nesse sentido, podemos enumerar tanto estudos que se dedicam à análise do funcionamento da instituição parlamentar propriamente dita (especialmente COLEMAN et. al., 1999; NORRIS, 2001; TRECHSEL et. al., 2003; e LUSOLI, GIBSON & WARD, 2006; BRAGA, 2007; LESTON-BANDEIRA & WARD, 2007), quanto um outro grupo de estudos dedicado ao exame do uso da internet pelos parlamentares e às formas pelas quais a Internet pode influenciar as múltiplas dimensões das relações entre “representante” e “representado”. Embora alguns estudos analisem os mecanismos utilizados pelos parlamentares para o contanto com os eleitores na *web*, também avaliam, através de metodologias quantitativas e qualitativas por um lado, a maneira que os parlamentos incorporaram a utilização da Internet ao trabalho

parlamentar e, por outro, as ferramentas que os sítios disponibilizam, a partir de questões que dizem respeito da transparência, *accountability* e publicização da gestão.

CARDOSO, CUNHA e NASCIMENTO (2003), numa versão ampliada e bem mais desenvolvida do texto de CARDOSO e MORGADO (2001), avançam nas análises a partir da pesquisa empírica realizada anteriormente. Além de examinar em maior profundidade como os parlamentares se relacionam com os eleitores, procuram avançar na reflexão sobre as potencialidades das TICs na modificação da prática política dos parlamentares, enfatizando especialmente como os fatores institucionais interferem em tal uso, a partir de uma perspectiva de análise fortemente influenciada pela escola neo-institucionalista. Para isto, analisam as seguintes dimensões da organização do parlamento português, que podem interferir no padrão observado de uso da Internet pela casa legislativa portuguesa e pelos membros das elites políticas que o integram: (i) os fatores internos à instituição parlamentar: estrutura parlamentar, sistema eleitoral, sistema partidário e cultura política parlamentar; (ii) os fatores externos à instituição parlamentar: sistema dos media, sistema de regulação governativa, cultura política geral e difusão social das TICs. A partir da análise destes fatores, os autores concluem que:

“[...] os fatores que influenciam o desenvolvimento de uma democracia digital no Portugal, estes são fruto de três dimensões: - Um *sistema dos media* onde predomina a televisão; - Um *sistema político parlamentar* que não promove o contacto direto com eleitores, no qual os parlamentares restringidos pelas diretivas advindas das direções partidárias e dos grupos parlamentares, refletindo-se numa utilização individual mais restrita das novas tecnologias de informação e comunicação no campo político; - uma não motivação dos cidadãos para a participação política tende também a não encorajar o fim deste ciclo vicioso, de não apropriação política da Internet no quadro parlamentar (CARDOSO, CUNHA e NASCIMENTO 2003; p. 136).

Nesse texto, os autores entendem a democracia digital como os possíveis resultados de uma apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação ao serviço da democracia, ou seja, tornando o processo político mais eficaz, e aproximando os cidadãos dos eleitos. A Internet, além de fornecer mais informação, facilitaria a comunicação.

Sendo assim, suas principais conclusões são as de que o e-mail é a ferramenta mais utilizada para a comunicação, e a Web a principal ferramenta para a informação, em detrimento à fóruns deliberativos e à Intranet (definida como um servidor apenas interno ao Parlamento, sendo utilizada, portanto, apenas para acesso à informações específicas por parte dos deputados).

Outro indício que proporciona a internet um papel de destaque frente à política seria a sua função de *accountability*. Um órgão representativo que privilegia a transparência de suas ações tem na internet um meio propício para sua efetivação. Segundo CARDOSO E MORGADO (2003), a *accountability* é uma condição extremamente importante para o fortalecimento das instituições e para a legitimidade da tomada de decisão pelas elites políticas, sendo a internet fonte responsável pelo incremento dessas funções. Para os autores, a internet possibilita que diferentes tipos de informação sejam vinculados, sejam nas páginas institucionais das casas legislativas, ou nos próprios sites dos políticos, “(...) permitindo uma maior abertura dos parlamentos aos cidadãos.” (Cardoso & Morgado, 2003, p. 6).

Para NICOLÁS (2009), a *accountability* tem importância essencial para o aprofundamento da democracia, pois proporciona aos cidadãos a possibilidade de terem informações sobre os políticos, decisões, e comportamentos durante todo o processo de deliberação, fazendo com que assuntos referentes ao interesse público sejam publicizados a um público mais amplo.

Sendo assim, também é de fundamental importância para o aprofundamento da democracia e para a agregação de *accountability* aos sistemas políticos que tais informações estejam disponíveis online, pois isso permite aos cidadãos ter acesso à informações não apenas sobre *quem decide*, mas também sobre *o que se decide*, o seja, como os membros do parlamento estão se comportando durante o processo deliberativo sobre políticas governamentais e assuntos de interesse público (Nicolás, 2009, p.70).

A questão da *accountability* também é discutida por BRAGA e NICOLÁS (2008). Segundo os autores, o ambiente virtual é um dos principais fatores de estreitamento das relações entre representantes e representados. Além disso, eles avaliam que tais ferramentas são essenciais na promoção da *accountability* dos políticos e do próprio sistema. Os autores enfatizam a posição de que a internet tem se tornado uma ferramenta de controle e monitoramento dos órgãos legislativos, importante no conhecimento e estudo das elites dirigentes, tanto pelo público especializado como pela população em geral.

(...) as ferramentas utilizadas pela internet, desde que adequadamente utilizadas, podem ser um importante instrumento não só de conhecimento das elites dirigentes pelos pesquisadores e pelo público especializado, mas também de controle e monitoramento de tais atores e da esfera pública de uma forma geral pelos cidadãos e não apenas dos órgãos legislativos (Braga & Nicolás, 2008, p.3).

Neste mesmo sentido, BRAGA e NICOLÁS (2010) afirmam que a accountability tem grande influência no aprofundamento da democracia já que, com tal instituto, a população tem a possibilidade de conhecer seus políticos e as decisões por eles tomadas.

Sendo assim, também são de fundamental importância para o aprofundamento da democracia e para a agregação de accountability aos sistemas políticos que tais informações estejam disponíveis online, pois isso permite aos cidadãos ter acesso a informações não apenas sobre quem decide, mas também sobre o que se decide, ou seja, como os membros do parlamento estão se comportando durante o processo deliberativo sobre políticas governamentais e assuntos de interesse público. (Braga & Nicolás, 2010, p. 12)

Num texto de extrema importância para este trabalho, Stephen WARD e Wainer LUSOLI (WARD & LUSOLI, 2005) observam que, na última década, a Internet surge como uma ferramenta importante para “reconectar” os cidadãos aos políticos e para ajudar a redefinir a representação política, devido à falta de interesse e confiança nos políticos e nas tradicionais instituições democráticas. Porém, esse novo quadro não é dos mais otimistas, pois os parlamentares ainda não se adaptaram adequadamente à Internet. Stephen WARD, Wainer LUSOLI e Rachel GIBSON fizeram uma investigação sobre fatores que ajudam a explicar padrões das atividades on-line dos parlamentares (WARD & LUSOLI, 2005; LUSOLI, WARD & GIBSON, 2006). A internet pode facilitar mudanças em dimensões das relações de representação política. A relação dos parlamentares com sua base eleitoral, onde as TICs podem ser usadas para melhorar a eficiência e o profissionalismo do relacionamento dos parlamentares com sua base eleitoral. Outro ponto é a relação dos parlamentares com os partidos: as novas TICs podem ampliar o potencial para alterar o equilíbrio das relações entre os partidos e os representantes, onde certos recursos fornecidos pelos parlamentares destacam uma postura mais independente. Cabe mencionar ainda as estratégias e agendas de campanhas, onde parlamentares poderiam desenvolver com mais autonomia as suas próprias estratégias de campanhas on-line recolhendo opiniões ou incentivando o público a fornecer apoio, o que favorecerá a inclusão de novos temas na agenda das campanhas eleitorais.

Nesse contexto, os autores colocam os seguintes fatos que tem influenciado na mudança do comportamento parlamentar:

- 1) O crescimento do papel do serviço ao eleitor (“constituency service”);
- 2) O crescimento do papel dos “advogados de políticas públicas”;
- 3) Crescentes tensões entre os parlamentares e os partidos;

4) O crescimento do profissionalismo da atividade política.

Essas questões apontariam para um individualismo por parte dos parlamentares. Porém, em termos dos parlamentares individuais, há potencial para a Internet em prol de mudanças em três áreas:

- 1) Relações eleitorado-parlamentar. Os parlamentares podem agora usar o e-mail para se comunicarem de maneira mais rápida, regular e barata com seus eleitores. Mais informações podem se tornar disponíveis através de um website. Além do mais, eles podem usar a tecnologia para construir relações mais interativas com seus eleitores, criando um novo estilo de políticos mais acessíveis e modernos, e possibilitando o surgimento de e-fóruns, e-surveys, salas de bate-papo e bulletin boards, desenvolvendo um diálogo de mão-dupla entre eleitor-parlamentar;
- 2) Relações partido-parlamentar. Nesse contexto, a Internet pode aumentar a distância entre ambos, criando um maior espaço de individualidade para os parlamentares, e tornando difícil o controle por parte dos partidos do que é divulgado em cada website pessoal;
- 3) Políticas públicas e questões de campanhas. Aí a Internet só teria pontos positivos a agregar, informando e debatendo com a população as principais questões a serem priorizadas ou não.

Tais possibilidades trazem três cenários divergentes para a Internet facilitar a representação política: a modernização, aonde as novas tecnologias são usadas simplesmente para aumentar a eficiência administrativa de serviços existentes e para melhorar a imagem dos parlamentares em geral; a revigoração, aonde a Internet pode ser usada para prover oportunidades adicionais para a participação pública, engajando o interesse público e trazendo a confiança novamente, e reconectando os parlamentares com o eleitorado, numa zona de deliberação pública; e o fim da representação tradicional, trazendo online um relacionamento mais direto entre os políticos e os cidadãos, sendo que a necessidade de mediação não se faria mais necessária.

Resulta necessário agora aprofundar um pouco mais esta reflexão para, por um lado, complementar o enquadramento teórico adotado e, por outro, para fazer a mediação entre a teoria e as variáveis que a serem analisadas nos websites.

1.3. Metodologia de pesquisa.

A partir desse balanço da literatura sobre a temática procuraremos definir uma metodologia de pesquisa que, na medida do possível, contemple estas questões.

Assim sendo, a primeira dimensão de nossa metodologia de pesquisa foi efetuar um estudo comparado sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros e pelas diferentes casas legislativas, a fim de verificar como as novas tecnologias estão dinamizando a dimensão de *accountability* da relação de representação, ao disponibilizarem informações sobre os atores que fazem parte dessas casas legislativas e que permitam um maior monitoramento de sua ação pela opinião pública. Nesse sentido, nosso primeiro procedimento foi o de examinar os websites das casas legislativas e os websites pessoais dos deputados, a fim de verificar em que medida encontram-se presentes informações sobre perfil, trajetória, comportamento de tais elites que possibilitem uma apreensão desse nível mais elementar da relação de representação política que é o da criação de mecanismos de *accountability* e transparência para a ação políticas das elites parlamentares, por parte das próprias casas legislativas onde estão hospedados.

O segundo nível de nosso estudo foi efetuar um mapeamento geral de várias dimensões do uso da internet pelos deputados estaduais, relacionando essas variáveis com as características regionais, partidárias e sociopolíticas dos deputados estaduais brasileiros. Procuramos aqui caracterizar distintos padrões de uso das ferramentas digitais por diferentes subgrupos de tais elites parlamentares, e verificar se esta análise nos permite avançar na reflexão sobre as causas dos diferentes tipos de uso da internet pelos diversos segmentos de parlamentares.

O terceiro aspecto ou dimensão de nossa metodologia foi o estudo e a análise de conteúdo dos websites legislativos dos membros das elites parlamentares brasileiras. Nesse sentido, definiu-se uma estratégia de análise de conteúdo dos websites parlamentares que apreendesse os diferentes níveis ou graus de representação política que podem ser potencialmente concretizadas através do uso destes recursos entre este segmento das elites dirigentes e os diferentes segmentos da opinião pública e do eleitorado. Simplificadamente, tais níveis ou graus de representação política que podem ser apreendidos através da content analysis dos websites legislativos são os seguintes: (i) facilidade e receptividade do contato através das páginas iniciais dos websites; (ii) informação e *accountability*; (iii) comunicação e mídias; (iv) mobilização e conexão em rede; (v) interação e participação políticas; (vi) uso e intensidade do uso das redes sociais.

Sendo assim, podemos resumir como segue abaixo os principais pontos de nosso raciocínio (objetivos, plano lógico e hipóteses básicas): o objetivo deste trabalho é empreender

uma avaliação do uso da internet pelas elites parlamentares de todos os estados brasileiros nos vários níveis e dimensões em que se dá esse uso. A partir das idéias de modos de concretização da democracia e de “graus de representação” expostas anteriormente buscaremos avaliar as várias dimensões da utilização das novas tecnologias pelas elites parlamentares brasileiras. Inicialmente, efetuamos um exame do grau de informação sobre o perfil social, a trajetória política, o comportamento parlamentar e a “inclusão digital” de tais elites, e elaboramos um indicador para avaliar o “grau de accountability” sobre os deputados estaduais apresentados em cada casa legislativa. Em seguida, faremos uma análise da relação entre os diferentes padrões de recrutamento dos deputados estaduais e de sua relação como o tipo de uso da web pelos deputados. Em terceiro lugar, uma análise de conteúdo dos websites dos deputados usuários da internet, a fim de mapear algumas experiências mais avançadas de participação e deliberação online. As principais hipóteses ou proposições que norteiam o presente enfoque são as seguintes: (i) há uma acentuada desigualdade no grau de disponibilização de informações e ferramentas que possibilitem uma maior responsabilização (accountability) dos deputados nas diferentes casas legislativas; (ii) embora possamos detectar uma “fratura digital”(digital divide) no uso da internet pelos diferentes grupos de deputados na última legislatura, as variáveis políticas também devem ser levadas em conta para explicar os diferentes padrões de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros; (iii) apesar de mídias sociais tais como twitter, facebook e Orkut terem se difundido com relativa intensidade entre os deputados estaduais na última legislatura, ainda são raros casos bem sucedidos de processos participativos e deliberativos mais profundos a partir dos usos das ferramentas digitais.

2. Perfil sociopolítico e accountability virtual das elites parlamentares brasileiras (2007-2011)

Neste capítulo, buscaremos aplicar a primeira dimensão da metodologia anteriormente definida e empreender uma avaliação das informações disponibilizadas pelos deputados no exercício do mandato nos websites das casas legislativas estaduais brasileiras. Esse capítulo servirá ainda para delimitarmos melhor nosso objeto de estudo e avançarmos na formulação de alguns problemas que serão abordados de maneira mais aprofundada nos capítulos seguintes.

A partir deste objetivo de ordem geral, procuraremos elaborar um indicador quantitativo para mensurar o grau de disponibilidade das informações necessárias à caracterização dos perfis sociopolíticos dos parlamentares nas casas legislativas, o acompanhamento de sua atuação, bem como do uso das novas tecnologias, desenvolvendo e atualizando metodologia aplicada em outros estudos (CRUZ, 2008; BRAGA & NICOLÁS, 2008; NICÓLAS, 2009).

Para cumprir estes objetivos, organizaremos nossa exposição da seguinte forma: (1) inicialmente, definiremos o universo empírico pesquisado e esclareceremos alguns aspectos do método que utilizaremos para compor os indicadores visando a mensuração do uso da web pelos atores observados; (2) em seguida, avaliaremos as informações contidas nos websites das assembleias examinadas sobre o perfil social, sobre a trajetória política, e sobre aqueles itens que julgamos mais relacionadas ao “comportamento político” dos parlamentares, tanto aqueles que podem ser acessados diretamente pelo cidadão-internauta através dos perfis individuais dos mesmos disponíveis nos sites das casas de representantes, quanto aquelas que estão acessíveis através dos websites pessoais dos deputados e das instituições parlamentares dos quais fazem parte; (3) por fim, na parte final do capítulo, efetuaremos uma avaliação preliminar do uso da internet pelos deputados estaduais da última legislatura, a fim de colocar alguns parâmetros gerais para uma análise de maior profundidade a ser feita nos próximos capítulos.

Sublinhe-se por fim que, conforme afirmamos anteriormente, buscaremos elaborar um indicador quantitativo simples das informações disponíveis sobre as elites parlamentares em cada casa legislativa, que pode ser tomado também, indiretamente, como um “índice de transparência” de cada casa legislativa no tocante à disponibilização de informações sobre as elites parlamentares que nelas atuam. Tal indicador possibilitará uma apreensão mais concisa dos potenciais de accountability existente sobre cada um destes atores nos websites destes órgãos parlamentares.

2.1. O universo empírico de pesquisa e a metodologia empregada: os deputados estaduais brasileiros e a internet.

Algumas características do universo empírico de nossa pesquisa estão sintetizadas na tabela a seguir. Coletamos dados sobre e analisamos ao todo 1059 parlamentares de 27 casas legislativas brasileiras. Conforme afirmamos acima, dados os objetivos desta dissertação, utilizamos exclusivamente as fontes disponíveis nos websites das casas legislativas para coletar as informações analisadas neste texto, já que nosso objetivo central não é elaborar uma análise do perfil das elites parlamentares examinadas por si só, mas avaliar e mensurar, numa primeira aproximação, o uso que tais atores fazem da internet bem como as informações nela disponíveis para o estudo destas elites⁷.

A distribuição agregada dos deputados estaduais por partidos políticos no período da pesquisa e consolidação dos dados (isto é, durante o 2º semestre de 2010) é dada pela tabela abaixo. Durante o período pesquisado observamos ao todo 25 partidos nas ALES brasileiras, sendo o PMDB o partido de maior bancada com 170 deputados estaduais (16,0%), e o PCB a agremiação de menos bancada, com apenas um deputado representado nas ALES.

⁷ Sendo assim, não utilizaremos na análise empreendida nesse capítulo outras fontes que poderiam ser usadas caso nosso objetivo central fosse elaborar uma análise do perfil dos deputados, tais como o site do TSE, a programa *Excelências*, da Transparência Brasil, ou os perfis disponibilizados pelo jornalista Fernando Rodrigues do Uol, em seu website *políticos do Brasil* (<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>), dentre outras fontes.

**Tabela 1: Distribuição partidária dos deputados estaduais brasileiros
(segundo semestre de 2010)**

		COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	PMDB	23	20,4	45	13,0	33	17,8	31	11,4	38	25,5	170	16,0
2	PSDB	18	15,9	50	14,5	22	11,9	42	15,5	18	12,1	150	14,1
3	PT	14	12,4	36	10,4	16	8,6	43	15,9	21	14,1	130	12,2
4	DEM	11	9,7	43	12,5	11	5,9	33	12,2	14	9,4	112	10,5
5	PDT	7	6,2	24	7,0	8	4,3	21	7,7	16	10,7	76	7,1
6	PP	9	8,0	12	3,5	8	4,3	8	3,0	20	13,4	57	5,4
7	PSB	2	1,8	32	9,3	6	3,2	13	4,8	4	2,7	57	5,4
8	PTB	7	6,2	17	4,9	8	4,3	13	4,8	5	3,4	50	4,7
9	PPS	4	3,5	4	1,2	11	5,9	11	4,1	6	4,0	36	3,4
10	PV	0	,0	8	2,3	8	4,3	18	6,6	1	,7	35	3,3
11	PRB	3	2,7	11	3,2	7	3,8	6	2,2	2	1,3	29	2,7
12	PSC	1	,9	13	3,8	4	2,2	10	3,7	0	,0	28	2,6
13	PR	9	8,0	3	,9	10	5,4	3	1,1	1	,7	26	2,4
14	PMN	0	,0	13	3,8	5	2,7	5	1,8	1	,7	24	2,3
15	PCdoB	0	,0	8	2,3	4	2,2	3	1,1	2	1,3	17	1,6
16	PTdoB	3	2,7	9	2,6	3	1,6	2	,7	0	,0	17	1,6
17	PSL	0	,0	5	1,4	4	2,2	2	,7	0	,0	11	1,0
18	PRP	1	,9	3	,9	4	2,2	1	,4	0	,0	9	,8
19	PRTB	1	,9	2	,6	4	2,2	0	,0	0	,0	7	,7
20	PTN	0	,0	1	,3	5	2,7	0	,0	0	,0	6	,6
21	PSDC	0	,0	3	,9	1	,5	1	,4	0	,0	5	,5
22	PHS	0	,0	1	,3	1	,5	2	,7	0	,0	4	,4
23	PSOL	0	,0	0	,0	0	,0	3	1,1	0	,0	3	,3
24	PTC	0	,0	2	,6	1	,5	0	,0	0	,0	3	,3
25	PCB	0	,0	0	,0	1	,5	0	,0	0	,0	1	,1
		113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração Própria

Nossa metodologia consistiu em dois procedimentos básicos: (1) em primeiro lugar, examinamos os websites dos órgãos legislativos e as informações individuais neles contidas sobre cada parlamentar, a fim de verificar se havia nestes websites ou portais informações sobre o perfil social (atributos inatos e adquiridos)⁸ das elites parlamentares nele representadas, sobre a socialização ou trajetória política prévia e sobre variáveis que pudessem avaliar seu “comportamento político”, dentro e fora dos órgãos parlamentares; (2) a segunda dimensão de nossa metodologia consistiu num mapeamento preliminar do uso de websites, twitters e mídias sociais pelos deputados estaduais brasileiros, que servirá de base para uma análise menos agregada que faremos nos próximos capítulos.

⁸ Para simplificar a exposição empregaremos a expressão “portal” para designar os websites dos órgãos legislativos, e a expressão “website” para designar os websites parlamentares propriamente ditos, tanto aqueles pessoais, dos próprios deputados, com domínio próprio, quanto aqueles institucionais, hospedados nas casas legislativas.

A partir dos dados do universo de pesquisa definido na tabela 1 construímos uma planilha com todos os parlamentares atuantes nas casas legislativas, acompanhadas das frequências das variáveis pesquisadas nos portais dos diversos órgãos parlamentares e/ou nos websites institucionais dos deputados. No tocante à análise de conteúdo das informações contidas nos portais legislativos e nos websites pessoais dos deputados, procuraremos utilizar como parâmetro para a avaliação das informações disponíveis sobre as elites parlamentares uma ficha para acompanhamento da atuação parlamentar elaborado por nosso grupo de pesquisa para o programa *Vigilantes da democracia*, dentro das atividades do convênio entre a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e a FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) inserida em anexo⁹. Essa ficha contém, a nosso ver, as informações mais relevantes para uma apreensão sintética do perfil do parlamentar pelo eleitor, na medida em que não apresenta informações acessórias tais como condecorações, viagens ao exterior e missões oficiais, comuns de serem encontradas nos websites parlamentares oficiais. Assim procedemos porque, como dissemos anteriormente, essa dimensão mais “informacional” do uso da web pelos atores políticos tem sido frequentemente negligenciada nos estudos sobre o uso da internet por parte dos vários segmentos das elites políticas, os quais tendem a se concentrar mais nos mecanismos de “participação e interação” política disponibilizados pela internet, subestimando frequentemente essa dimensão informacional, também relevante para uma maior transparência da atuação das elites parlamentares e agregação de *accountability* nas relações de representação entre eleitor e eleito (NORRIS, 2000; LESTON-BANDEIRA, 2009). Apenas a título de exemplo, enumeramos abaixo o percentual de algumas das principais variáveis “brutas” que usamos para construir as planilhas, bem como derivar as informações e os gráficos apresentados a seguir. A frequência das informações encontradas sobre os deputados examinados encontra-se resumida na tabela abaixo:

⁹ O link para acesso ao programa é: <http://www.vigilantesdademocracia.org.br/> A ficha completa está no Anexo 1 da presente dissertação. Quando as informações contidas nos portais das casas legislativas fossem consideradas confiáveis e satisfatórias para o preenchimento dos itens contidos na ficha, computamo-las como “informações satisfatórias” (IS) sobre determinado item ou variável.

Tabela 2: Informações disponíveis na web sobre os deputados estaduais brasileiros (2º sem 2010)

	COESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
	%	%	%	%	%	%
I) Perfil Social						
Foto	98,2	92,7	98,4	100,0	100,0	97,2
IS/Chefe de Família	58,4	47,2	8,1	23,6	32,9	33,6
IS/Profissão dos pais	15,0	13,0	5,9	18,8	26,2	15,3
Escolaridade dos Pais	,0	,0	,5	2,2	1,3	,8
Local de nascimento	94,7	84,1	85,9	88,9	85,2	86,9
Religião	8,0	6,1	3,2	17,7	8,7	9,1
Estado Civil	82,3	73,3	76,8	52,8	68,5	69,0
Escolaridade	85,0	79,4	74,1	71,2	66,4	75,2
Instituições que estudou	33,6	41,7	15,7	34,7	40,9	34,4
Período de escolaridade	10,6	17,1	3,8	8,1	12,8	11,2
IS/Profissões	86,7	79,1	71,9	83,8	83,2	80,4
II) Trajetória Política						
Via de entrada	85,0	79,1	74,1	88,9	91,3	83,1
Ano de entrada	85,0	79,1	73,0	75,3	67,1	76,0
Local de entrada	86,7	87,8	86,5	85,2	67,1	83,9
Primeiro mandato	85,0	79,1	73,0	84,1	84,6	80,7
Desta p/mandato	42,5	25,5	26,5	29,5	28,9	29,0
IS mandatos exercidos	85,0	78,0	73,5	86,3	91,3	81,9
Destaque cargo	,0	1,4	,5	,4	10,1	2,1
IC Cargos Exercidos	29,2	27,8	16,8	34,7	52,3	31,2
Destaque filiações	,0	18,3	8,6	22,1	2,7	13,5
Capital Social	23,0	14,8	9,2	28,0	23,5	19,3
Atividade intelectual	,9	,6	,0	3,3	6,0	2,0
III) Comportamento Político						
Gabinete	57,5	27,0	7,0	80,1	32,9	41,1
Existência de website	35,4	19,4	22,2	12,5	25,5	20,7
Fone	77,0	55,9	38,4	81,2	69,8	63,5
Link para discursos	,0	12,2	,0	53,9	59,7	26,1
Votação nominal	,0	,0	,0	,0	34,9	4,9
Presença em plenário	,0	7,0	,0	25,1	34,9	13,5
Atividade Comissões	,0	11,3	,0	,0	,0	3,7
Projetos de Lei	,0	51,0	39,5	88,2	59,7	54,3
Outras proposições	,0	39,4	39,5	88,2	59,7	50,5
Clipping	57,5	32,8	27,0	,0	2,0	21,7
Requerimento	,0	21,2	25,9	28,4	,0	18,6
Emenda orçamento	,0	,0	,0	,0	,0	,0
Emendas executadas	,0	,0	,0	,0	,0	,0
Cargos ocupados	35,4	57,7	13,5	61,6	26,2	44,2
Votação nominal	,0	,0	,0	,0	36,9	5,2
Emenda orçamento	,0	8,7	,0	,0	36,9	8,0
Projetos de Lei	63,7	100,0	39,5	98,9	96,6	84,9
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	133	345	185	271	149	1059

Fonte: Elaboração própria

Esses dados são em grande parte uma versão atualizada dos dados que coletamos em nossa monografia de graduação, onde pesquisamos a frequência destas mesmas variáveis no início da legislatura (CRUZ, 2008). Contrastando os dados dos dois períodos, podemos observar que houve avanços substanciais na disponibilização de informações pelos parlamentares nos dois períodos examinados¹⁰. Pela tabela acima, no quesito perfil social, destaca-se que a totalidade dos parlamentares do sul e do sudeste disponibiliza foto, e o índice é igualmente alto nas demais regiões brasileiras, o que pode servir como uma fonte eficaz para a caracterização de variáveis importantes, tais como cor da pele.

Já as informações sobre a origem familiar dos parlamentares são bem escassas, sendo que apenas na região centro-oeste mais da metade dos parlamentares informam o nome do chefe de sua família, e nesta mesma região, nenhum parlamentar informa a escolaridade dos pais em seu perfil (bem como na região nordeste), uma variável que seria importante para caracterizar a mobilidade social da classe política em comparação com seus ascendentes (RODRIGUES, 2006). Quanto às informações sociais próprias, convém destacar que a religião, as instituições em que estudaram e o período de escolaridade são as informações menos disponibilizadas pelos deputados, embora tenha havido um grande avanço na disponibilização de tais informações em comparação com o início da legislatura.

Em relação à trajetória política, podemos observar que nenhum parlamentar disponibiliza suas fontes de financiamento. Há igualmente pouco destaque para cargos exercidos dentro das respectivas assembleias, e apenas na região sul mais da metade dos deputados (52,3%) disponibiliza por completo os cargos exercidos em sua trajetória parlamentar. Há poucas informações sobre atividades intelectuais, sendo que nenhum deputado da região norte disponibiliza tal informação, e nenhum deputado da região centro-oeste destaca suas filiações partidárias.

No quesito comportamento político, por exemplo, a percentagem dos deputados da região norte que informam seus gabinetes de atuação é acentuadamente baixa, se comparada com as demais regiões: apenas 7% deles apresentam essa informação, sendo que 80% dos deputados da região sudeste fornecem os respectivos endereços. Mais informações nulas são encontradas, por exemplo: na região centro-oeste, simplesmente nenhum parlamentar informa link para discursos, votação nominal (aqui apenas os deputados da região sul informam as votações, na percentagem de 34,9%), presença em plenário, comissões (aqui apenas os parlamentares do nordeste informam tais atividades, apesar de em um número baixo –

¹⁰ Para facilitar a exposição dos dados apresentamos os percentuais agregados por região, enquanto nos gráficos a seguir desagregaremos os percentuais observados por unidade da federação.

11,3%), projetos de lei e demais proposições. Com relação aos projetos, apenas a região sudeste se destaca, com 88,2% dos parlamentares informando link para seus projetos e proposições em geral que podem ser acessadas a partir de seus portais legislativos. A região centro-oeste volta a zerar com relação à disponibilização de links para requerimentos (bem como a região sul), emendas ao orçamento e emendas executadas (nesses dois itens nenhuma região pontua).

Podemos observar também que a existência de informação sobre websites pessoais nos perfis institucionais parlamentares também ainda é muito baixo em todas as regiões, com índice geral de 20,7%. O melhor resultado encontra-se na região centro-oeste, com 35,4%, e o pior, contrariando as expectativas, está na região sudeste, com 12,5%. Porém, esses resultados não significam que apenas 20,7% dos deputados estaduais brasileiros possuem websites, pois grande parte dos parlamentares não divulga seus websites via perfil da casa legislativa.

Passemos agora a uma análise comparativa mais detalhada das informações disponíveis nos websites das casas legislativas mencionadas sobre as três dimensões do perfil e do comportamento político das elites parlamentares que integram estas casas¹¹.

2.2. Informação e accountability nos portais legislativos e websites parlamentares.

2.2.1. Perfil social e biográfico dos parlamentares.

A primeira dimensão de nossa análise consiste na avaliação do grau de presença, nos portais dos órgãos legislativos, de informações que nos permitam identificar os “atributos inatos” e “adquiridos” dos deputados¹². Como variáveis importantes para a identificação dos “atributos inatos” das elites parlamentares (ou seja, aqueles atributos que independem dos processos de socialização e de adaptação diferenciais dos quais foram objetos e agentes os próprios deputados a partir da data de seu nascimento), destacamos as seguintes: nome e profissão dos pais ou chefes de família; data de nascimento; cor da pele e local de nascimento.

¹¹ Para evitar uma “exposição passo a passo” da forma como construímos os indicadores expostos a seguir, agregamos a esta dissertação um *anexo 2* com todas as informações utilizadas para calcular os índices ou percentuais que servirão de base para os gráficos e tabelas expostos a seguir.

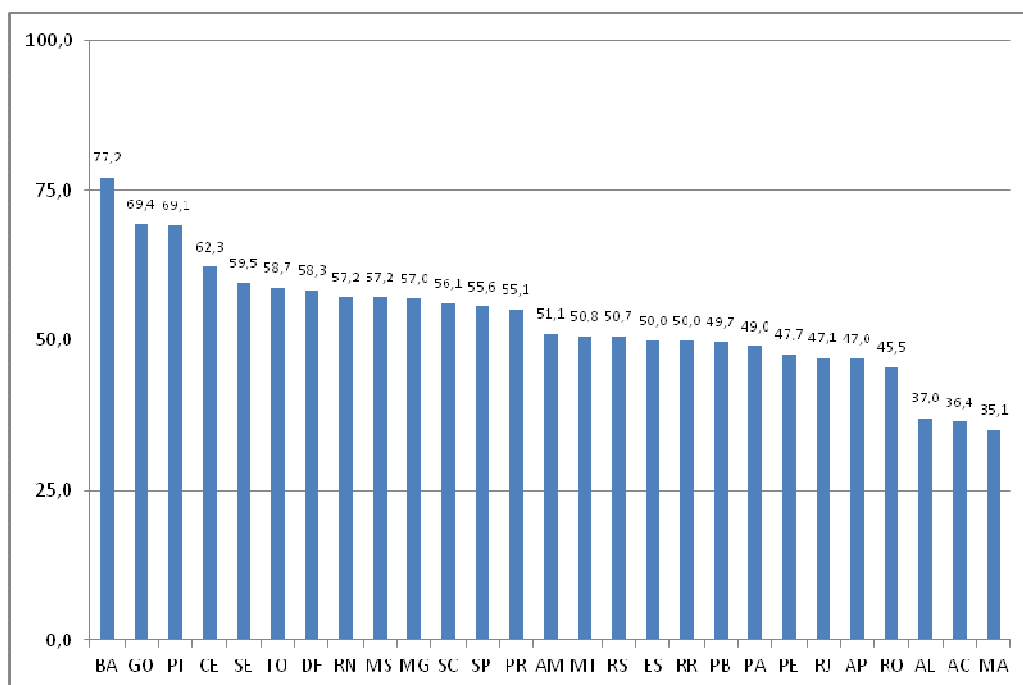
¹² Para a distinção entre atributos inatos e adquiridos, cf. Keller (1967).

Como “atributos adquiridos” pelos parlamentares a partir de sua socialização na infância podemos mencionar: religião, escolaridade, estado civil e atividades profissionais.

Todas estas são informações relevantes para o conhecimento de *quem decide*, ou seja, as características dos atores que tomam as decisões nos órgãos parlamentares, assim como apreender a dimensão mais “societal” da atividade política destes atores (CODATO E PERISSINOTTO, 2010), e devem estar presentes em um programa de monitoramento que sirva para avaliar o grau de transparência e de “accountability” das casas legislativas e das elites parlamentares nele atuantes.

As médias dos índices de desempenho das informações sobre o perfil social dos deputados são dadas pelo gráfico abaixo. Como dissemos, foram desconsideradas em nossa pontuação aquelas variáveis cuja frequência observada fosse próxima de zero.

Gráfico 1) Informações sobre o perfil social nos websites das casas legislativas (atributos inatos e adquiridos)



Fonte: Elaboração própria

Podemos observar uma distribuição bastante desigual do grau de transparência das informações sobre os perfis parlamentares contidas nas várias casas legislativas. Enquanto alguns parlamentos apresentaram graus satisfatórios e bem acima da média de disponibilidade de informações sobre dimensões tais como data de nascimento, fotografia do parlamentar,

grau de escolaridade e sobre as atividades profissionais exercidas pelos deputados que delas fazem parte, tal como a Assembleia Legislativa da Bahia, de Goiás e do Piauí, por exemplo, o destaque negativo ficou com as casas legislativas de Alagoas, do Acre e do Maranhão, com percentuais bastante inferiores de informações significativas sobre o perfil social de seus deputados.

Pelo gráfico, podemos observar que, embora grande parte das casas legislativas apresente um grau de transparência satisfatório (i. e. acima da média) no tocante à disponibilização de informações sobre suas elites parlamentares, apenas a Assembleia da Bahia disponibiliza mais de 75% dessas informações. A partir da casa legislativa da Paraíba, há a disponibilização de informações insatisfatórias sobre o “perfil social” dos deputados (abaixo da média). Não por acaso, o site que apresentou melhor desempenho foi justamente aquele que adotou formulários-padrão para a apresentação de informações básicas sobre seus deputados, como foi o caso da Assembleia Legislativa da Bahia, que adota uma forma razoavelmente sistemática de apresentação dos dados dos parlamentares. Devido a isso, as informações básicas sobre os atributos inatos e adquiridos dos parlamentares são facilmente acessíveis a qualquer cidadão-internauta.

Esses casos de “boas práticas” das casas legislativas no tocante à prestação de contas sobre o perfil social das elites políticas podem ser visualizados nas figuras abaixo.

Figura 1: Informações sobre perfil social do website da ALEBA

Assembleia Legislativa da Bahia

Principal | Fale com o Deputado | Ordem do dia | Sessões | Twitter

A Legislação

Blocos

Contato

Deputados Por Nome

Deputados Por Partido

Mensagem do Presidente

Mesa Diretora

Atividade Parlamentar

Composição Comissões

Frequência dos Deputados

Parecer das Comissões

Pauta

Proposições

Resumo de Pauta

Histórico

Deputados

História

Legislativa

Informações e Serviços

Biblioteca

Concurso Público

Diário Oficial OnLine

Deputados

Voltar

Dep. Aderbal Caldas

Dados Pessoais
Nome: ADERBAL FULCO CALDAS
Profissão: Agropecuarista
Nascimento: 18 de março de 1943, Itapicuru-BA (Crisópolis)
Filiação: Napoleão Caldas e Maria de Lourdes Fulco Caldas
Filhos: Edijalma Marcelo, Camila, Stéfanie, Napoleão, Maria de Lourdes

Formação Educacional
 Cursou o Primário em Olindina-BA e o Secundário no Colégio Salesiano, Salvador-BA

Atividade Profissional
 Agropecuarista

Mandato Eletivo
 Em Olindina, vereador pela Aliança Renovadora Nacional, ARENA, por três legislaturas, 1967- 1979; vice-prefeito pelo Partido Democrático Social, PDS, 1979-1985; prefeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, 1993-1997; Eleito deputado estadual pelo PTB, 1999-2003; eleito pelo Partido Progressista Brasileiro, PPB, 2003-2007; eleito pelo Partido Popular, PP, para os períodos de 2007-2011 e 2011 - 2015.

Filiação Partidária
 ARENA, 1966 - 1979; PDS, 1979 - 1985; PMDB, 1985 - 1993; PTB, 1993 - 2001; PPB, 2001 - 2003; PP, 2003 - 2010.

Atividade Parlamentar
 Na Assembleia Legislativa, suplente da Mesa Diretora (2001-2003, 2003-2005); 4º secretário da Mesa Diretora (2007-2009), 3º vice-presidente da Mesa Diretora (2009-2011); 2º vice-presidente da Mesa Diretora (2011-2013); presidente das Comissões: Fiscalização e Controle (2003-2004), Seca, Recursos Hídricos e Irrigação (2005, 2006); titular das Comissões: Educação, Esportes e Serviço Público (1999-2002), Direitos Humanos (1999-2002), Agricultura e Política Rural (2001-2002), Fiscalização e Controle (2001-2002), Minas, Energia, Ciência e Tecnologia (2001-2002), Seca, Recursos Hídricos e da

Fonte: <http://www.al.ba.gov.br/>

Observando a figura acima, podemos verificar que são facilmente visualizáveis informações sobre importantes variáveis de perfil social do parlamentar, tais como data de nascimento, filiação, formação educacional, e atividades profissionais. Embora não sejam dados detalhes sobre estas atividades, elas são apresentadas de maneira sistemática, de maneira a fornecer as informações ao eleitor, sem que o parlamentar tenha espaço para fazer uma espécie de propaganda de si mesmo.

Este também é o caso da Assembleia Legislativa de Goiás, onde as informações são apresentadas de maneira sistemática, o que também facilita a publicização da negativa dos deputados em prestar informações relevantes.

Figura 2: Informações sobre perfil social do website da ALEGO

portal assembleia

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

[Inicial](#) |
 [Notícias](#) |
 [Deixe seu recado](#) |
 [Mapa do site](#) |
 [Expediente](#) |
 [Goiás](#)

Daniel Messac

Data de Nascimento: 27/03/1960.
Naturalidade: Paineiras (MG).
Filiação: João Alves de Moraes Filho, Hermelina Maria de Jesus.
Formação: Filosofia (UCG); Teologia (Faculdade de Teologia e Filosofia Cristã).
Estado Civil: Casado.
Votos em 2006: 23.461.

Licenciado desde 23 de agosto de 2007, quando assumiu o cargo de secretário extraordinário no Executivo estadual. Retorno à Assembleia Legislativa no dia 28 de outubro de 2009, após deixar o cargo de secretário extraordinário do Governo.

Principais atividades profissionais

Funcionário Público Federal.
 Vereador por Goiânia em três mandatos.
 Deputado estadual eleito em 2003 com 23.509 votos.
 Secretário Extraordinário de Estado para Assuntos da Região Metropolitana.

Formação escolar

1º Grau: Colégio Laurício Pedro Rasmussem - Bairro Feliz;
 Colégio Educandário José de Anchieta - Vila Nova;
 2º Grau: Colégio Sena Aires - Setor Universitário;
 3º Grau: Universidade Católica de Goiás - Curso de Filosofia; Faculdade de Teologia e Filosofia Cristã - Curso de Teologia.
 Curso de Técnicas Gerenciais Básicas - SESI;
 Coordenador do 1º Debate sobre Abastecimento Popular - Cuiabá-MT.

Experiências profissionais

Possui 22 anos de serviço público federal, uma larga experiência profissional e um profundo conhecimento da funcionalidade das empresas públicas, isto lhe proporciona facilidades para analisar e legislar projetos do interesse da população.
 Banco Mercantil de São Paulo S/A - Na função de Office-Boy;
 COBAL - Companhia Brasileira de alimentos - Funções exercidas:
 - Auxiliar de Escritório
 - Assistente Técnico
 - Supervisor de Vendas
 - Coordenador da Rede Somar na Região Centro-Oeste

Fonte: http://www.assembleia.go.gov.br/index.php?p=pg_deputados

Também aqui podemos verificar, ao menos, o esforço dos gestores das casas legislativas em apresentar de maneira sistemática informações biográficas sobre os deputados, escapando assim do mero “release” produzido pelas assessorias parlamentares, que tendem a produzir textos laudatórios e pouco informativos, que omitem informações relevantes sobre estes políticos. Via de regra, observamos através da análise dos portais legislativos e dos websites

peçoais dos parlamentares, que quando tais informações não são apresentadas de maneira sistemática pelas casas legislativas, ficando tal incumbência a cargo das assessorias dos próprios parlamentares, informações relevantes tendem a ser omitidas, não se criando nenhum constrangimento ao parlamentar para que tais informações sejam disponibilizadas de maneira sistemática. Observamos este fato mesmo em assembléias que apresentam um elevado grau de preocupação com a prestação de contas de seus trabalhos (em comparação com as demais), como é o caso das assembléias legislativas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, onde as informações sobre o *perfil social* de seus deputados (o que não é caso dos dados sobre outras dimensões de sua atuação parlamentar) são apresentadas de maneira pouco satisfatória.

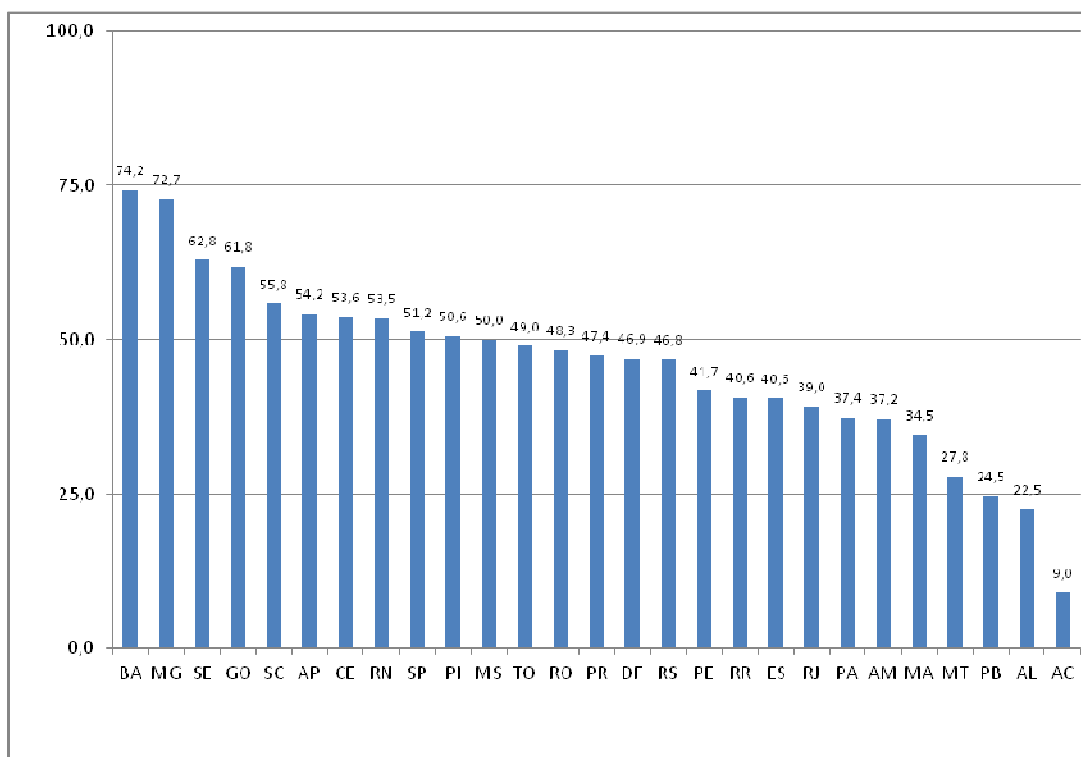
2.2.2. Trajetória política dos deputados estaduais brasileiros

Nesse segundo item procuraremos avaliar o grau de presença de informações sobre a trajetória ou socialização política pregressa dos deputados e senadores. Como afirmam BRAGA & NICOLÁS (2008), “nos estudos sobre recrutamento, via de regra a categoria de “socialização política” é empregada para designar itens relacionados à atividade política dos parlamentares antes do exercício do mandato parlamentar (MARENCO, 2000, 2007)”. A partir das variáveis contidas na ficha do *Vigilantes*, incluímos na dimensão “trajetória política” dos parlamentares itens tais como: “informações satisfatórias” (IS) sobre via de entrada na política; informações satisfatórias sobre período de entrada na política; local de entrada na política; qual o primeiro mandato parlamentar exercido; destaques para mandatos legislativos anteriormente exercidos; IS sobre cargos administrativos anteriormente ocupados; informações sobre vínculos com associações ou “capital social”, e outras variáveis relevantes empregadas em estudos sobre recrutamento e perfil sociopolítico das elites parlamentares. Todas essas variáveis são importantes para uma maior compreensão de “quem são” os representantes, ou seja, de onde veio, qual sua atuação política anterior, suas filiações partidárias, vínculos e grau de compromisso com os sistemas políticos anteriores, e se sua presença nos websites pessoais e nos portais dos parlamentos agregam valor à *accountability* dos representantes, contribuindo para um acompanhamento mais eficaz de sua atuação por parte dos cidadãos-internautas.

Como no item anterior, derivamos como corolário do trabalho de coleta de dados um índice que consiste no percentual de informações contidas sobre os parlamentares nos sites legislativos. Optamos por não inserir nenhum fator de ponderação em nosso índice, objetivando

simplificar o processo de análise de dados. O desempenho de cada Assembleia em relação às informações mais ou menos satisfatórias sobre a trajetória política de seus parlamentares é dado pelo gráfico abaixo:

Gráfico 2) Informações sobre a trajetória política nos websites



Fonte: Elaboração própria

Também no tocante a este item, os dados obtidos a partir dos websites das casas legislativas nos permitem apreender algumas diferenças significativas. Inicialmente devemos destacar que das 27 casas legislativas pesquisadas, apenas 11 delas tiveram desempenho acima da média, o que indica que a apresentação sistemática sobre a trajetória política dos parlamentares na internet ainda é bastante deficiente. Novamente a Assembleia Legislativa da Bahia se destaca, porém seguida de perto pela Assembleia de Minas Gerais. Destaca-se também o péssimo desempenho da Assembleia do Acre. Observamos por fim uma grande assimetria de informações quanto a este quesito, coexistindo websites parlamentares que apresentam um elevado grau de informações sobre a trajetória política anterior de seus representantes, ao lado de órgãos parlamentares extremamente frugais na disponibilização de tais informações. Provavelmente isso se deve ao fato dos parlamentares enfatizarem, em seus perfis disponíveis nas assembléias, as realizações e obras efetuadas no exercício de mandatos

anteriores, especialmente naqueles órgãos que não adotam formulários-padrão que obriguem os deputados a fornecer informações sistemáticas sobre sua trajetória política anterior. Outrossim, também neste quesito foram justamente os parlamentos que disponibilizam em seus sites formulários-padrão com informações sobre a trajetória política que, mais uma vez, obtiveram maior pontuação no tocante à transparência e disponibilização de informações sobre os parlamentares que dele fazem parte.

Como exemplo de “boa prática” na prestação de contas sobre as trajetórias de seus representantes, podemos destacar o caso da ALMG, que apresenta de forma bastante sistemática informações sobre vários aspectos da trajetória política anterior de seus parlamentares, embora não faça o mesmo no tocante ao perfil social.

Figura 3: Informações sobre trajetória política do website da ALEMG

ASSEMBLEIA DE MINAS
Poder e Voz do Cidadão

Belo Horizonte, 4 de junho de 2011 12:33

Extranet Webmail Principal Expediente Mapa do Site

A Assembleia :: Os Deputados

Deputados da atual Legislatura

- » Em exercício
- » Que se afastaram
- » Que exerceram mandato

Adelmo Carneiro Leão (PT)
Adelmo Carneiro Leão
Deputado(a) em exercício

Data de Nascimento: 25/05/1949
Naturalidade: Itapajipe - MG
e-mail: dep.adelmo.carneiro.leao@almg.gov.br

Gabinete:
Rua Rodrigues Caldas, 30 - Palácio da Inconfidência - 2º andar - sala 218
Bairro: Santo Agostinho
Belo Horizonte - MG
CEP 30190-921
Tel: (031) 2108-5344
Fax: (031) 2108-5345
[Escritório político](#)

[Vida Profissional e Política](#) | [Atuação Parlamentar](#) | [Legislaturas](#) | [Notícias](#) | [Proposições](#) | [Pronunciamentos](#) | [Participação em Comissões](#) | [Verba Indenizatória](#) | [Votação 2010](#)

Principais Fatos da Vida Profissional e Política:
Médico, professor universitário e pesquisador. Na 16ª Legislatura, foi vice-líder da bancada do

Serviços ao Cidadão

Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC
(31) 2108.7000
Fale com o CAC

Ouvidoria Parlamentar
08000310888
Fale com a Ouvidoria

Procon Assembleia
(31) 2108.5500
Fale com o Procon

Acesse também
nosso canal no
You Tube

Siga a ALMG
no twitter
@assembleiamg

na ALMG (1997). Na 15ª Legislatura presidiu a Comissão de Saúde, entre 2005 e 2007. Outros cargos e funções que exerceu foram de presidente da Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Beprem) (1995-1996), secretário adjunto municipal de Governo de Belo Horizonte na gestão do prefeito Patrus Ananias (1996), secretário de Formação Política do PT-MG (1995-1997) e secretário de Estado da Saúde (2000), no Governo Itamar Franco. É doutor em Ciências pela USP. Professor na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, licenciou-se em 1991 para assumir uma cadeira na ALMG. Ex-presidente (1985) e membro da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Uberaba (1984), presidiu também a Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Reassumiu o mandato de deputado estadual em 2009 e foi reeleito em 2010, com 40.562 votos. As principais regiões de atuação política são Triângulo Mineiro, Sul, Centro-Oeste, Jequitinhonha e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Municípios de maior votação: Uberaba, Extrema, Itamarandiba, Belo Horizonte, Uberlândia, Prata, Sete Lagoas, Luz e Ibiraci.

Atuação Parlamentar na ALMG:

Exerce seu sexto mandato consecutivo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde ingressou em 1991. Na 16ª Legislatura, foi presidente da Comissão de Saúde (2005-2007), vice-Líder da Bancada do PT, de oposição ao governo do Estado na ALMG e membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Adelmo é autor do Código de Saúde, um importante instrumento de fiscalização e implantação do SUS (Sistema Único de Saúde), e de outros projetos já transformados em lei, como o que institui a bolsa-escola para a Educação, o que cria a campanha estadual de prevenção de acidentes domésticos, o que fixa as regras para o controle e fiscalização da produção, transporte, comercialização e distribuição de medicamentos no Estado, e o que garante assistência e acompanhamento aos portadores de anemia falciforme. O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Minas Gerais (Lei 3.687, de 2000) tem servido de modelo para a criação de diversos conselhos similares, em nível municipal. Também são de sua autoria, entre outros, o projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Saneamento e o que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos que produzem e manipulam alimentos artesanais, este último já sancionado como lei. Destaque para o "Minas Transparente", aprovado em 1º turno, que obriga órgãos públicos a divulgar seus recursos e gastos na internet, e para o "Quilombos", que prevê o resgate histórico e valorização das comunidades remanescentes de quilombos. Adelmo exerceu papel importante como presidente da CPI das Carvoarias, dos Medicamentos, e da Cemig, esta última investigou irregularidades na venda de parte das ações da Cemig para um grupo estrangeiro. A CPI foi fundamental para a devolução do controle da Cemig para o povo mineiro.

Filiação Partidária no exercício do mandato:

PT

Partido pelo qual concorreu na eleição: PT

Legislaturas:

12ª - 1991-1995 - Efetivo - até 31/01/1995
13ª - 1995-1999 - Efetivo - de 03/01/1997 a 31/01/1999 (ocupando vaga aberta pela renúncia de Almir Paraca)
14ª - 1999-2003 - Efetivo - até 31/01/2003 (Afastado de 23/03/2000 a 18/06/2000 - Ocupar

Fonte: <http://www.almg.gov.br>

Com efeito, observando o perfil de deputado disponibilizado pela ALEMG em seu portal, podemos encontrar informações detalhadas e apresentadas de maneira sistemática sobre os cargos e mandatos anteriormente exercidos pelo parlamentar, a votação obtida e distribuição regional dos votos, filiações partidárias e tempo de exercício do mandato anterior, dentre outras informações relevantes. Outra observação a ser feita é a de que os portais parlamentares bem organizados tendem a serem fontes de informações mais importantes sobre a trajetória política dos representantes do que os sites dos próprios deputados, que tendem a produzir *releases* auto-elogiosos sobre si próprios, como pode ser observado abaixo para o caso de um deputado da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que não tem qualquer política específica de apresentação de informação sobre seus deputados estaduais, deixando-a inteiramente a cargo do próprio parlamentar.

Figura 4: Informações sobre trajetória política de deputado da ALERS



Fonte: <http://www.adaovillaverde.com.br/>

Consideramos que, caso tais informações fossem apresentadas de maneira sistemática por meio de formulários-padrão construídos através de questionários aplicados no início das legislaturas (como é o caso da Câmara dos Deputados e outras casas legislativas que adotam políticas nesse sentido), dificilmente um parlamentar teria espaço para declarar a “indispensabilidade” de si próprio por quatro vezes antes de prestar uma informação relevante sobre sua trajetória anterior.

2.2.3. Comportamento político e uso da Web pelos deputados estaduais brasileiros.

Correspondendo ao que consideramos ser uma terceira dimensão de *accountability* possibilitado pelos recursos digitais, temos um outro nível de análise a ser trabalhado a partir das informações contidas nos websites das casas legislativas brasileiras que é o comportamento político dos deputados, que abrange variáveis como: disponibilização de e-mail nos portais e

websites; endereço do gabinete; informações constantes nos perfis sobre se possui ou não website pessoal ou institucional; telefone para contato; acesso rápido para diversos tipos de proposições sugeridas, tais como projetos de lei, requerimentos, emendas ao orçamento, discursos, votação nominal, presença em plenário, dentre outras informações que, embora aparentemente de interesse estrito aos especialistas ou daqueles diretamente envolvidos no trabalho legislativo, são de fundamental importância para agregar transparência e *accountability* aos trabalhos parlamentares, dado que permite direta ou indiretamente a responsabilização dos parlamentares por seus atos (NORRIS, 2001, BEENTHAM, 2006, 2008).

Sendo assim, também é de fundamental importância para o aumento da qualidade da democracia e para a agregação de *accountability* aos sistemas políticos que tais informações estejam disponíveis online, pois isso permite aos cidadãos ter acesso a informações não apenas sobre *quem decide*, mas também sobre *o que se decide*, ou seja, como os membros do parlamento estão se comportando, durante o processo deliberativo, sobre políticas governamentais e assuntos de interesse público (PEIXOTO, 2009).

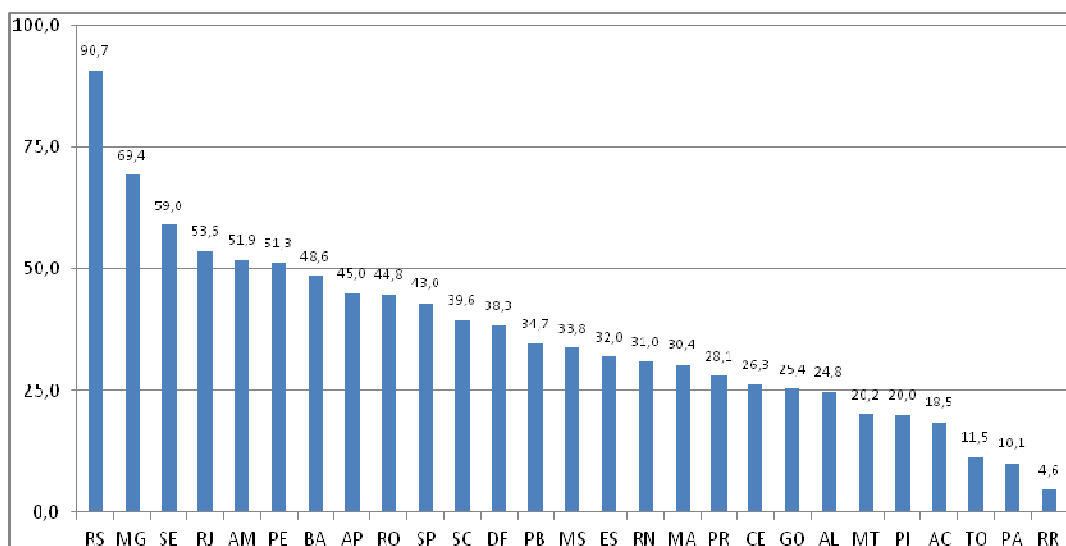
Com efeito, são vários os estudos de especialistas em processo legislativo e matérias publicadas na imprensa que, cada vez mais, utilizam a internet como fonte de pesquisa para analisar diversos aspectos da atuação dos deputados, tais como produção legal, presença nas sessões, gastos de gabinete, posição nas votações nominais, dentre outros. É de se supor que esse material possa ser também utilizado progressivamente pelo próprio eleitor e por segmentos organizados da sociedade civil para obterem informações e responsabilizarem os representantes por suas ações¹³.

Destas variáveis sobre comportamento político dos parlamentares constantes da base de dados por nós elaborada podemos derivar o gráfico abaixo, que ilustra o grau de disponibilidade de informações relevantes para o estudo do comportamento político dos parlamentares nas casas legislativas, que podem ser obtidas tanto através da visita aos websites e perfis parlamentares dos próprios deputados, quanto através da visita aos portais das casas legislativas. Para simplificar a exposição, unificamos no gráfico abaixo tanto as informações que podem ser acessadas diretamente a partir dos websites, quanto informações que podem ser

¹³ Muitos analistas inclusive vem teorizando acerca da possibilidade de emergência de uma “democracia monitorada” como consequência dos impactos das novas tecnologias e da internet sobre os sistemas políticos, da qual uma característica importante é a capacidade dos cidadãos de processarem e monitorarem as informações disponibilizadas pelos órgãos públicos e pelas elites políticas na internet (cf. Kedne, 2009; Feentra & Conta, 2011).

acessadas indiretamente, a partir dos portais das casas legislativas, e desconsideramos aquelas variáveis para as quais os percentuais fossem nulos ou próximos de zero para todas as casas legislativas analisadas.

Gráfico 3) Informações sobre o comportamento político dos parlamentares nos portais legislativos e websites pessoais (2º sem. 2010)



Fonte: Elaboração própria

Os dados indicam o grau de informação disponível sobre o comportamento dos deputados brasileiros da 16ª legislatura a partir das fontes acima enumeradas. Apenas seis assembleias atingiram níveis razoáveis de transparência, indicando que muitas informações básicas e elementares sobre a atuação dos deputados não estão à disposição da opinião pública e do cidadão-internauta para acesso rápido e eficiente na maioria destas casas legislativas. Desta vez, a Assembleia da Bahia ficou abaixo da média, destacando-se uma assembleia da região sul (Rio Grande do Sul), duas do sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), duas do nordeste (Sergipe e Pernambuco) e uma do norte (Amazonas). Como nas demais dimensões analisadas, apesar de possuir um “programa de transparência” implementado após as denúncias de corrupção à casa legislativa, o Paraná foi o destaque negativo da região sul, evidenciando mais uma vê a reduzida preocupação das elites parlamentares deste estado em prestar contas de suas atividades de maneira sistemática, conforme já indicado em estudos anteriores (BRAGA & NICOLÁS, 2008).

Dentre os exemplos de boas práticas no tocante à apresentação de informações sobre o comportamento parlamentar dos deputados, podemos destacar o caso da ALRGS, a qual

implementou diversos programas de transparência para divulgar atividades do comportamento parlamentar dos deputados e do órgão legislativo, sendo o estado líder no tocante à *accountability* por intermédio dos portais legislativos.

Figura 5: Página inicial do Portal da Transparência da ALERS



Fonte: <http://www.al.rs.gov.br/transparencia/>

A figura acima reproduz a página inicial do *Portal da Transparência* da ALRS, a partir de onde podem ser acessadas diversas informações relevantes que permitem ao eleitor e a opinião pública auferir diversas dimensões do comportamento parlamentar, inclusive salários dos próprios parlamentares e remuneração dos servidores. O portal da ALRS destaca-se ainda por ser o único espaço digital a apresentar, de maneira sistemática e facilmente acessível aos cidadãos, os resultados de todas as votações nominais realizadas na casa, evidenciando assim elevado grau de *accountability* de seu processo decisório, que se manifesta no indicador acima.

2.3. Uso da web pelos parlamentares.

Por fim, um último item que consideramos importante para avaliar a *accountability* dos parlamentares é o uso de ferramentas virtuais pelos próprios deputados estaduais, especialmente websites e blogs pessoais, mídias sociais e twitter. Consideramos que tais

recursos agregam accountability à atividade parlamentar, porque o uso de tais ferramentas evidencia, no mínimo, uma postura mais pró-ativa do deputado em dar mais publicidade à sua atuação parlamentar, qualquer que seja o uso ou a intensidade do uso com que os parlamentares empreguem estes recursos virtuais, e que serão estudados nos demais capítulos dessa dissertação. Ou seja: é possível que os parlamentares individualmente considerados usem tais ferramentas (websites, mídias sociais em geral, twitter) para várias finalidades, tais como ostentar sua personalidade individual, entrar em contato mais estreito com sua base eleitoral, divulgar sua atividade parlamentar *stricto sensu*, mobilizar os militantes ou mesmo criar espaços de participação e deliberação on-line. Mas, qualquer que seja o uso de tais recursos digitais por parte dos deputados, eles evidenciam um mínimo de postura mais ativa dos parlamentares de “prestar contas” de sua atividade e de seu mandato. Daí que tenhamos incluído esses indicadores em nossa análise nesse capítulo, antes de passar para uma análise mais detalhada do uso da internet pelos deputados estaduais nos próximos capítulos.

Os dados desagregados sobre o uso da internet pelos 1059 deputados estaduais brasileiros, com mais tempo no exercício do mandato, durante o segundo semestre de 2010 estão expostos abaixo na tabela abaixo, enquanto as médias estão expostas no gráfico.

**Tabela 3: Uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros
(2º sem 2010)**

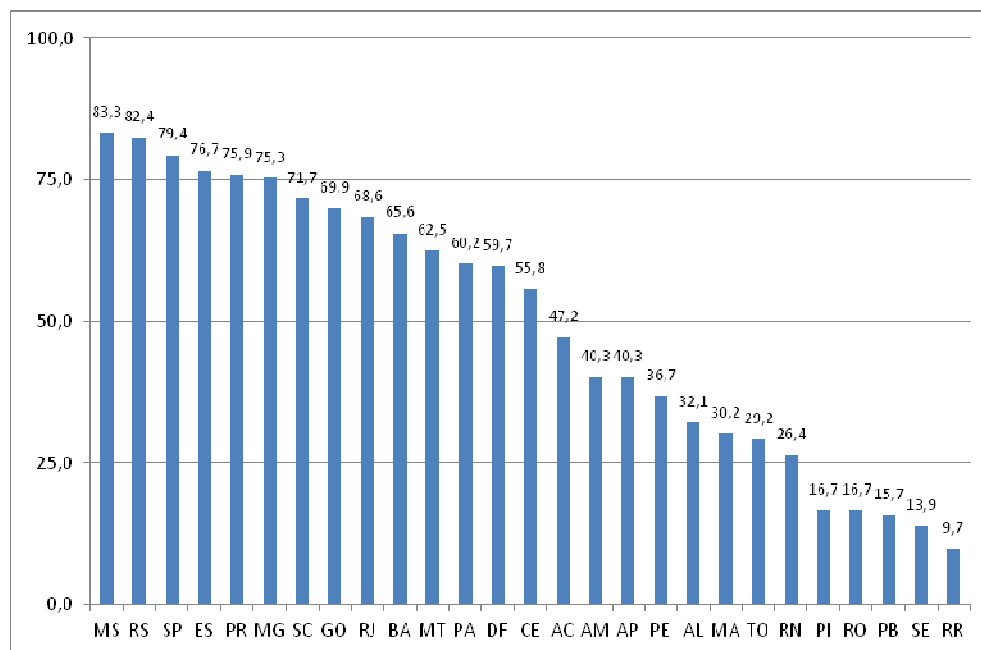
ESTADO	WEBSITE	MÍDIAS SOCIAIS	TWITTER
MS	91,7%	91,7%	66,7%
RS	81,8%	85,5%	80,0%
SP	91,5%	75,5%	71,3%
ES	66,7%	86,7%	76,7%
PR	85,2%	74,1%	68,5%
MG	75,3%	77,9%	72,7%
SC	57,5%	80,0%	77,5%
GO	53,7%	82,9%	73,2%
RJ	71,4%	71,4%	62,9%
BA	69,8%	65,1%	61,9%
MT	62,5%	79,2%	45,8%
PA	51,2%	65,9%	63,4%
DF	75,0%	58,3%	45,8%
CE	67,4%	54,3%	45,7%
AC	91,7%	29,2%	20,8%
AM	45,8%	37,5%	37,5%
AP	25,0%	50,0%	45,8%
PE	57,1%	28,6%	24,5%
AL	14,8%	40,7%	40,7%
MA	26,2%	33,3%	31,0%
TO	41,7%	25,0%	20,8%
RN	33,3%	25,0%	20,8%
PI	30,0%	10,0%	10,0%
RO	37,5%	8,3%	4,2%
PB	30,6%	13,9%	2,8%
SE	20,8%	12,5%	8,3%
RR	20,8%	4,2%	4,2%

Fonte: Elaboração própria

O primeiro dado que podemos observar da tabela acima é que não há uma correspondência estrita entre o uso de websites e blogs pelos deputados e o uso de mídias sociais e twitter, embora possa haver uma associação geral entre ambas. Assim, os deputados das Assembléias que usam intensamente websites ou blogs (MG, SP e AC) para divulgar seus trabalhos, nem sempre são aqueles mais “twitteiros”, ou que usam mais as mídias sociais. Em segundo lugar, podemos observar uma grande disparidade de uso da internet entre os vários estados — a ser estudada com maior vagar nos próximos capítulos —, assim como uma tendência crescente à difusão do uso do twitter e mídias sociais pelos parlamentares, assim como acontece em outros países e níveis de representação.

As médias do uso das três ferramentas virtuais listadas acima se encontram resumidas no gráfico:

Gráfico 4 : Uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros (2º sem. 2010).



Fonte: Elaboração própria

Como vemos acima, o uso das ferramentas da internet em termos gerais, pelos deputados estaduais brasileiros, é bastante desigual, entre os estados individualmente considerados. Enquanto em Mato Grosso do Sul temos uma média de 83,3% de uso de website, mídias sociais e twitter, em Roraima essa média cai para apenas 9,7%. Pelos menos mais da metade dos 27 estados brasileiros (14) está acima da média, ou seja, mais de 50% dos

seus deputados usa algum tipo de mídia virtual: todos os estados da região centro-oeste (MS, MT, GO e DF), todos da região sudeste (SP, ES, RJ e MG), todos da região sul (RS, SC e PR), dois da região nordeste (BA e CE) e um da região norte (PA). Porém, ainda há muito a se avançar, especialmente nas regiões nordeste e norte do Brasil, em que os seus deputados ainda se conectam muito pouco¹⁴.

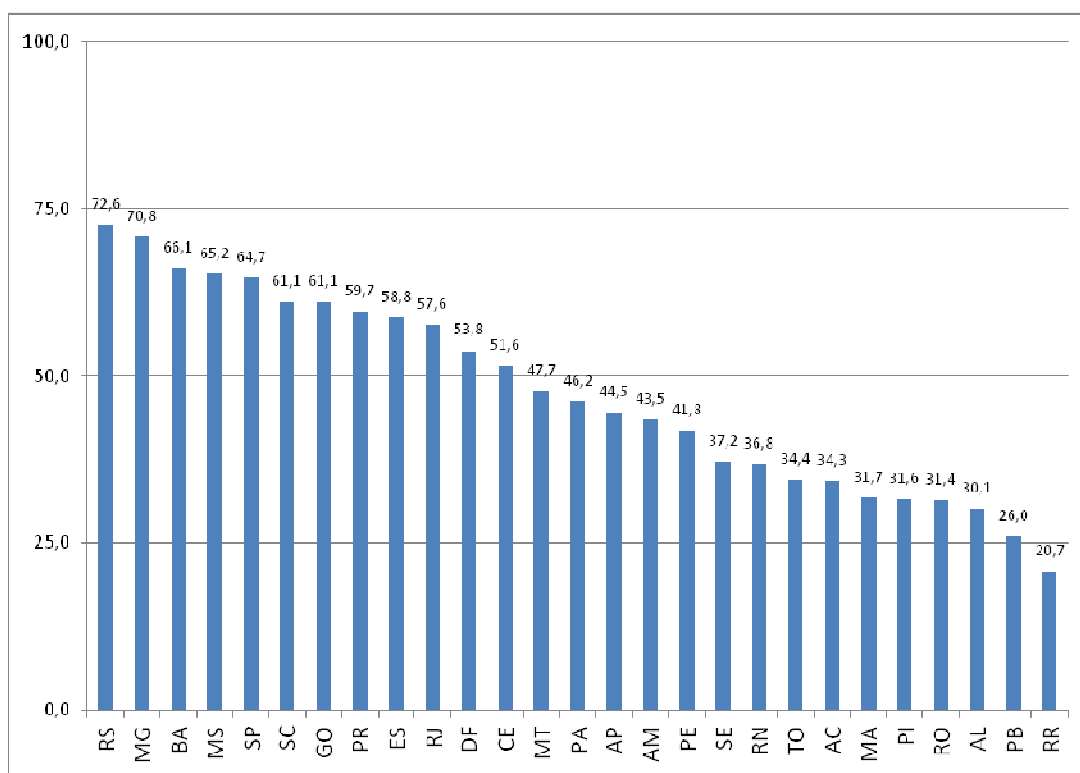
2.4. Conclusão: índice de transparência dos parlamentares.

Podemos agora encerrar essa análise da primeira dimensão do uso da internet pelas elites parlamentares brasileiras, analisando os dados conjuntamente de modo a formar um indicador que sintetizasse os resultados da pesquisa anterior. Essa preocupação com a “mensuração” das informações se corporifica na composição de um indicador sintetizando os dados anteriormente apresentados. Como dissemos, a composição desse indicador será feita através da agregação dos percentuais de informação sobre as variáveis de maior frequência sobre as elites parlamentares brasileiras contidos em suas casas legislativas. Assim, podemos elaborar um gráfico consolidando as informações existentes sobre o grau de transparência da ação dos parlamentares constantes nas casas legislativas dos websites parlamentares, bem como tecer algumas considerações sobre o potencial de tais recursos para a dinamização da comunicação e da interação dos eleitos com seus representantes, bem como para o controle e monitoramento mais eficaz destes por aqueles, estreitando os vínculos de representação entre ambos.

Em relação ao primeiro ponto, o “grau de transparência” dos legislativos examinados nos é informado pelo gráfico abaixo, que resume o tipo de informação existente sobre os parlamentares e cerca de 50 variáveis de perfil, trajetória e comportamento que empregamos para analisar os sites parlamentares e o uso de alguns recursos digitais tais como website, mídias sociais e twitter pelos deputados estaduais da legislatura passada (cf. anexo 2).

¹⁴ O elevado número de deputados estaduais do estado do Mato Grosso do Sul (MS) usuários da internet se explica a nosso ver pelo “efeito demonstração” causado pelo uso espetacular e bem-sucedido da internet feita pelo deputado Picarelli, que possui um website pessoal de grande sucesso destinado a divulgar vídeos e reportagens de natureza sensacionalista: www.picarelli.com (acesso em: fevereiro de 2011).

Gráfico 5: Índice de transparência das casas legislativas brasileiras (2º sem. 2010).



Fonte: Elaboração própria

Em relação a um potencial ótimo de 100%, a pontuação máxima obtida por cada estado é a que segue acima. Como podemos ver, os deputados de quatro Assembleias Legislativas destacam-se dos demais com uma pontuação de mais de 65%, seguidos por outras oito assembleias, cujas pontuações ficaram acima da média. Todas as demais assembleias estaduais brasileiras tiveram desempenhos inferiores a 50,0%. Com isso, fica claro que ainda há muito a se fazer para que as assembleias legislativas brasileiras se tornem exemplos de transparência.

Por fim, para concluir este capítulo, resumindo as análises anteriores, podemos expor um quadro-síntese trazendo os pontos fortes e fracos de cada Assembleia no tocante a cada uma das dimensões examinadas neste capítulo. Este quadro nos permite visualizar melhor onde estão algumas das boas práticas de transparência nos legislativos estaduais brasileiros, assim como os legislativos que apresentam aspectos deficientes no tocante a cada um dos itens.

**Quadro 1: Pontos fracos e fortes dos legislativos estaduais brasileiros
(índice de accountability – 2 sem. 2010)**

	<i>Perfil social</i>	<i>Trajetória Política</i>	<i>Comportamento. Político</i>	<i>Internet</i>
AC	-	--	--	-
AL	-	--	--	-
AM	+	-	+	-
AP	-	+	-	-
BA	++	++	-	+
CE	+	+	-	+
DF	+	-	-	+
ES	+	-	+	++
GO	+	+	-	+
MA	-	-	-	-
MG	+	++	+	++
MS	+	-	-	++
MT	+	-	-	+
PA	-	-	-	+
PB	-	--	-	--
PE	-	-	+	-
PI	+	+	-	--
PR	+	-	-	++
RJ	-	-	+	+
RN	+	+	-	-
RO	-	-	-	--
RR	-	-	--	--
RS	-	-	++	++
SC	+	+	-	+
SE	+	+	+	--
SP	+	+	-	++
TO	+	-	--	-

Fonte: Elaboração própria

Os itens assinalados com dois sinais positivos (++) são aqueles que obtiveram desempenho excelente e podem ser consideradas “boas práticas” de E-democracy no estágio atual de desenvolvimento dos recursos virtuais aplicados à democracia no Brasil. Os itens assinalados com um sinal positivo (+) são aqueles que apresentaram desempenho acima da média, mas que podem melhorar a fim de atingir excelente desempenho. Os itens assinalados com dois sinais negativos (--) são os que apresentaram desempenho abaixo da média e, por fim, aqueles com apenas um sinal negativo (-) apresentaram desempenho sofrível. Por outro lado, a coluna com mais casos de desempenho excelente é a coluna acerca do uso da internet, o que

parece indicar que os parlamentares, individualmente, estão tentando usar a Web e as mídias sociais para se comunicar com o eleitor, mas sem o suporte institucional e informacional adequado para tornar estas experiências de interação mais qualificadas do ponto de vista da responsabilização democrática por parte das casas legislativas das quais fazem parte.

Feita esta análise preliminar resta-nos, agora, avaliar propriamente o uso da Internet pelos parlamentares brasileiros, visto que as informações disponibilizadas nas casas legislativas nem sempre ficam a cargo dos deputados e de suas assessorias, o que deve ocorrer com mais frequência nos websites pessoais.

3. Perfis de recrutamento e padrões de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiro da 16ª legislatura.

Uma vez efetuado um mapeamento preliminar e desagregado por unidade da federação do que consideramos ser a primeira dimensão do uso da internet pelos parlamentares, ou seja, uma dimensão mais “informacional” por assim dizer, podemos avançar um pouco mais na análise e procurar associar algumas dimensões do uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros com os diferentes “padrões de recrutamento” destes na 16ª legislatura. Sublinhe-se que usamos o conceito de “padrões de recrutamento” num sentido amplo, destinado a caracterizar “de onde vem” e “quem são” os deputados estaduais, e não no sentido de descrever e detalhar minuciosamente os “mecanismos de seletividade” a partir dos quais determinados postulantes a cargos eletivos logram obter o cargo para o qual se candidataram em detrimento de outros.

Isto posto, procuraremos relacionar três dimensões do recrutamento dos deputados estaduais (ou seja, origem regional, filiação partidária e perfil sociopolítico), com quatro dimensões do uso da internet pelos deputados da última legislatura (uso de e-mail e website; tipo de website; uso de várias mídias sociais; e, por fim, a intensidade do uso das mídias sociais), a fim de avançar um pouco mais na reflexão a respeito da busca dos fatores explicativos sobre o padrão de uso das ferramentas virtuais pelos diferentes subgrupos de deputados. Duas proposições básicas nortearão o enfoque: (i) em nível agregado, podemos observar um “digital divide” no uso da internet pelos deputados, na medida em que variáveis de cunho socioeconômico interferem significativamente no perfil de uso da internet por segmentos das elites parlamentares; (ii) numa análise mais “fina” as variáveis socioeconômicas são insuficientes para explicar as diferenças de uso da internet pelos subgrupos de deputados, pelo que temos que recorrer a explicações de cunho propriamente político para explicar as

diferenças de grau e de natureza de uso da internet observada pelas diferentes categorias de atores políticos.

3.1. O perfil regional de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros.

Inicialmente analisaremos a relação entre a distribuição regional das elites parlamentares e o padrão de uso da internet pelas várias dimensões em que se dá este uso. A primeira dimensão é uma caracterização mais geral do uso de algumas ferramentas básicas da internet pelos deputados estaduais, tais como se possui ou não e-mail, se teve ou não website, o tipo de website predominantemente utilizado (website pessoal, institucional ou blog), e se o site permaneceu no ar mesmo após o período da campanha eleitoral, em fevereiro de 2011¹⁵. Esses dados estão expostos na tabela abaixo:

Tabela 4: Uso da internet pelos deputados estaduais: um mapeamento preliminar

	COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tem email?												
Não	2	1,8	25	7,3	15	8,1	11	4,1	4	2,7	57	5,4
Sim	111	98,2	316	92,7	170	91,9	260	95,9	145	97,3	1002	94,6
Tem website?												
Não	31	27,4	177	51,9	93	50,3	53	19,6	24	16,1	378	35,7
Sim	77	68,1	151	44,3	84	45,4	214	79,0	114	76,5	640	60,4
Fora do ar	5	4,4	13	3,8	8	4,3	4	1,5	11	7,4	41	3,9
Tipo de Website												
Sem website	31	27,4	177	51,9	93	50,3	53	19,6	24	16,1	378	35,7
Website pessoal	73	64,6	134	39,3	48	25,9	204	75,3	111	74,5	570	53,8
Website institucional	1	,9	0	,0	18	9,7	0	,0	1	,7	20	1,9
Blog	8	7,1	28	8,2	26	14,1	14	5,2	13	8,7	89	8,4
Site no ar em fev/2011												
Não	48	42,5	229	67,2	116	62,7	70	25,8	36	24,2	499	47,1
Sim	65	57,5	112	32,8	69	37,3	201	74,2	113	75,8	560	52,9
	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar, a quase totalidade dos deputados estaduais brasileiros disponibiliza e-mail para contato com o eleitor (94,6%), enquanto o número de deputados com websites (seja pessoal, institucional ou blog) é bem inferior (60,4%). Destes, o maior índice encontra-se, como era de se esperar, na região sudeste, em que 76% dos deputados possuem um

¹⁵ Infelizmente, não conseguimos tabular para esta dissertação os dados sobre “ambição política” dos deputados no pleito de outubro de 2010 e taxa de sucesso eleitoral. Pretendemos, no entanto, concluir a tabulação desses dados em níveis mais avançados da presente pesquisa.

website, e o menor índice está na região nordeste, em que apenas 44,3% dos deputados utilizaram tal ferramenta para os mais variados propósitos.

Dos que possuem website, temos que a maioria dos deputados estaduais brasileiros utiliza-se de websites próprios (53,8%), enquanto 8,4% se utilizam de blogs e apenas 1,9% de websites institucionais. Em relação ao tipo de plataforma virtual predominantemente utilizada pelos deputados, observamos que a grande maioria deles utilizou website pessoal como ferramenta de interação, sendo bastante insignificante o uso de blogs ou websites institucionais. A exceção é o caso da região norte, onde há um elevado índice de uso de blogs e websites institucionais pelos parlamentares do Acre e do Pará, devido aos programas institucionais existentes nestas casas legislativas de incentivarem o uso deste tipo de recurso por parte de seus parlamentares como, por exemplo, o uso de blogs pela ALEAC (<http://www.aleac.net/>) que faz com que os parlamentares com menos recursos ou vontade política para construir um website pessoal utilizem predominantemente este tipo de recurso.

Por fim, um último indicador preliminar do padrão de uso de website pelos deputados estaduais, é se eles permaneceram no ar até o final da 16ª legislatura em fevereiro de 2011, após a realização do pleito eleitoral de outubro de 2010. Podemos afirmar que esse fato pode ser tomado como um indicador indireto do maior grau de comprometimento dos deputados com um uso menos “eleitoreiro” da web, e mais relacionado à divulgação de propostas de mandato. Examinando os dados, mais uma vez verificamos a existência de uma ‘fratura digital’ entre as diferentes regiões, na medida em que foram regiões com menor índice de desenvolvimento socioeconômico onde houve uma queda mais acentuada de websites após o término das campanhas eleitorais, permanecendo as regiões Sul e Sudeste com respectivamente 75,8% e 74,2% de seus deputados com websites no ar até o final da legislatura.

A segunda dimensão do uso da Web pelos deputados estaduais refere-se ao *tipo predominante* de website utilizado pelos deputados estaduais para interagir com os cidadãos. Para mapear tal uso, também nos basearemos em versão modificada da tipologia aplicada em outros estudos desenvolvidos no âmbito de nosso grupo de pesquisa (NICÓLAS, 2009; BRAGA, NICÓLAS & CRUZ, 2009) para caracterizar a *forma* e o *conteúdo* dos websites das elites políticas on-line¹⁶:

a) quanto à *forma* ou à característica predominante do website parlamentar, utilizamos uma tipologia com cinco tipos básicos de websites: (1) “*Outdoor virtual*” (i. e., quando o site

¹⁶ A modificação que introduzimos foi agregar os três sites do tipo “outdoor virtual” numa modalidade apenas, na medida em que a subdivisão desta categoria em três (outdoor virtual, partidário e focado no parlamento) mostrou ter pouco rendimento analítico.

do candidato tem poucos recursos de mídia é focado predominantemente na exposição estática das mensagens sem muitas possibilidades de interação); (2) *Comunicação e interação* (ocorre quando os websites dos políticos apresentam mais recursos mais sofisticados para se comunicar e interagir com o eleitor, tais como newsletter, boletins informativos, vídeos e outros recursos de comunicação, mas que geralmente apenas reproduzem as características de outros tipos de mídia que já existem offline) qualquer que seja o conteúdo das mensagens divulgadas); (3) e, por fim, os *Deputados Web 2.0*, que são aqueles deputados que usam websites nos quais estão presentes ferramentas de interação mais avançadas e, especialmente, incentivos ao uso efetivo de mídias sociais (twitter, facebook, canais de youtube, flick, Orkut etc.) que permitem uma maior participação dos cidadãos na atividade política dos deputados e maior acesso à informação mediante plataformas multimídia.

No tocante ao *conteúdo predominante difundido através dos websites*, definimos os seguintes tipos básicos: (i) *clientelismo/constituency service*, onde há ênfase na capacidade do político de transferir recursos ou executar serviços e obras para uma determinada localidade ou determinado grupo específico de eleitores; (ii) *ênfase na atividade parlamentar*, onde o website é utilizado predominantemente para a divulgação da atividade parlamentar do deputado, tais como discursos proferidos, projetos de lei sugeridos, requerimentos apresentados etc.; (iii) *ênfase na atividade do partido*, onde é dado bastante destaque aos símbolos e às propostas da agremiação partidária ao qual o deputado é filiado e divulgadas as propostas do partido; (iv) *ênfase em interesses setoriais* de várias naturezas, onde são ostentadas no website as ligações e os vínculos do políticos com interesses organizados da sociedade civil e movimentos associativos de várias naturezas, tais como associações empresariais, movimentos sociais, sindicatos, movimentos estudantis, categorias profissionais etc; (v) *maior densidade ideológico-programática*, onde o website é utilizado para difundir propostas de maior apelo ideológico-programático não necessariamente vinculado às bandeiras do partido, tais como causas ecológicas, defesa do socialismo, da livre iniciativa, combate à corrupção etc., enfim, a temas mais gerais e substantivos debatidos pela coletividade de referência do líder político, sem necessariamente vinculá-lo a um partido ou grupo específico.

Por fim, quando o website do parlamentar fosse um *mix* de várias características, ou fosse difícil de identificar um padrão *predominante* (na medida em que as categorias acima não são mutuamente excludentes), tipificamo-los como *diversificado/sem padrão dominante*. Aplicada a tipologia aos deputados estaduais, obtivemos os dados resumidos na tabela abaixo:

**Tabela 5: Tipo predominante de website dos deputados estaduais
(tipo de website X região)**

	COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Forma do Website												
Outdoor Virtual	43	52,4%	102	61,1%	83	90,2%	58	26,6%	36	29,0%	322	47,1%
Comunicação e informação	5	6,1	9	5,4	8	8,7	22	10,1	17	13,7	61	8,9
Websites 2.0	24	29,3	25	15,0	5	5,4	134	61,5	69	55,6	257	37,6
Sem padrão dominante	16	19,5	46	27,5	22	23,9	14	6,4	12	9,7	110	16,1
Conteúdo do website												
Clientelismo/constituency service/	48	58,5	48	28,7	34	37,0	56	25,7	42	33,9	228	33,4
Ênfase na atividade parlamentar	12	14,6	64	38,3	31	33,7	76	34,9	23	18,5	206	30,2
Ênfase na atividade do partido	6	7,3	16	9,6	4	4,3	21	9,6	4	3,2	51	7,5
Ênfase em interesses setoriais	0	,0	0	,0	0	,0	10	4,6	15	12,1	25	3,7
Maior densidade programática	0	,0	1	,6	0	,0	41	18,8	27	21,8	69	10,1
Sem padrão dominante	16	19,5	36	21,6	22	23,9	14	6,4	13	10,5	101	14,8
TOTAL	82	100,0	167	100,0	92	100,0	218	100,0	124	100,0	683	100,0

Fonte: Elaboração própria

Também aqui podemos observar uma acentuada desigualdade no padrão regional de uso da internet. Nas regiões sul e sudeste, já predominam os websites 2.0, com amplo uso de mídias e redes sociais pelos deputados, enquanto que nas regiões norte e nordeste este padrão ainda é minoritário, com predomínio de websites “pré Web 2.0”, especialmente os “outdoors virtuais”. No tocante ao *conteúdo* dos websites ocorre o mesmo fenômeno, com um predomínio mais acentuado de sites do tipo “constituency service” e “ênfase na atividade parlamentar” nas regiões norte e nordeste. Destaque-se também o caso de Goiás que, apesar de ter um grande percentual de deputados “digitalmente incluídos”, caracteriza-se por um elevado percentual de websites do tipo “clientelista”, com ênfase na ostentação da personalidade do deputado e em sua capacidade de transferir recursos para a base eleitoral.

A quarta dimensão do uso de websites pelos parlamentares é o grau em que estes usam as redes sociais, um recurso que vem sendo progressivamente utilizado pelos parlamentares. Por “mídias sociais” entendemos aquelas ferramentas que permitem a produção de conteúdos de forma descentralizada usando as novas tecnologias e a internet, tais com twitter, orkut, canais do youtube etc., que permitem a criação de canais mais colaborativos produção de conteúdos entre usuários da internet. Neste trabalho, efetuamos o mapeamento das mídias sociais adotando os seguintes critérios: (i) em primeiro lugar criamos uma categoria para todos aqueles deputados que usaram qualquer tipo de mídias sociais ou que disponibilizaram o “kit

mídias sociais” (twitter, canal do youtube, facebook, orkut, flick) na página inicial do website; (ii) uso de twitter; (iii) aqueles que utilizaram vídeos do youtube na página inicial do website; (iv) página pessoal no youtube; (v) outras redes sociais tais como facebook, Orkut, my space e flick. Não computamos nas tabelas abaixo outras mídias sociais tais como Sonico e outros por não serem praticamente utilizadas pelos deputados. A frequência do uso de mídias sociais por região é dada pela tabela abaixo:

Tabela 6: Uso de mídias sociais pelos deputados estaduais

	COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mídias sociais em geral	68	60,2	107	31,4	58	31,4	190	70,1	112	75,2	535	50,5
Tem twitter?	68	60,2	107	31,4	58	31,4	190	70,1	112	75,2	535	50,5
Youtube pagina inicial?	13	11,5	41	12,0	24	13,0	101	37,3	34	22,8	213	20,1
Canal do Youtube?	32	28,3	43	12,6	18	9,7	103	38,0	34	22,8	230	21,7
Facebook	39	34,5	33	9,7	12	6,5	85	31,4	30	20,1	199	18,8
Orkut	76	67,3	60	17,6	19	10,3	118	43,5	45	30,2	318	30,0
Myspace	0	,0	0	,0	0	,0	4	1,5	3	2,0	7	,7
Sonico	0	,0	0	,0	0	,0	0	,0	1	,7	1	,1
Linkedin	1	,9	0	,0	1	,5	5	1,8	1	,7	8	,8
Flick	13	11,5	22	6,5	2	1,1	74	27,3	33	22,1	144	13,6
	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria

Do total de 1059 deputados estaduais, 535 deles (50,5%) usaram mídias sociais na última legislatura. A mídia social mais usada pelos deputados é o twitter (50,5%), seguida pelo orkut (30,0%), canais do youtube, facebook e o arquivo de fotos flick (13,6%). Por outro lado, recursos redes sociais bastante utilizadas nos EUA como myspace, Sonico e linkedin praticamente não foram utilizadas pelos deputados estaduais brasileiros na última legislatura.

Também nesse caso, observamos uma acentuada desigualdade regional na distribuição dos usuários de mídias sociais, com os parlamentares das regiões sul (75,2%) e sudeste (70,1%) com grande percentual de redes sociais e os deputados regiões norte (31,4%) e nordeste (31,4%) com percentual inferior. O destaque fica para os deputados da região centro-oeste, com grande percentual de uso das redes sociais. Este é o único estado onde o percentual de usuários do Orkut ultrapassa o de twitter, um fenômeno a ser também investigado e que pode ser um indicador de um uso mais “popular” da internet.

Por fim, podemos analisar uma última dimensão de uso da web pelos deputados que é a *intensidade* deste uso, medida por alguns indicadores, tais como: (i) número de pessoas que os deputados estão seguindo (following); (ii) número de seguidores do twitter (followers); (iii)

número de twitters postado por cada parlamentar. Para mensurar esta intensidade agrupamos os deputados estaduais em cinco categorias: (i) inativos (0 a 50 unidades observadas); (ii) pouco ativos (50 a 100 unidades); (iii) ativos (100 a 500 observações); (iv) muito ativos (500 a 1000 unidades); (v) e, por fim, os “aficionados” com mais de 1000 unidades observadas.

Os dados sobre a intensidade de uso dos twitters por região para a última legislatura estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 7: Intensidade do uso das mídias pelos deputados estaduais (twitter X região)

	COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
N/estão seguindo (Following)												
Sem twitter	45	39,8	235	68,9	128	69,2	82	30,3	37	24,8	527	49,8
Inativos: 0 a 50	9	8,0	27	7,9	18	9,7	38	14,0	15	10,1	107	10,1
Pouco ativos: 50 a 100	7	6,2	12	3,5	8	4,3	28	10,3	19	12,8	74	7,0
Ativos: 100 a 500	23	20,4	35	10,3	17	9,2	58	21,4	41	27,5	174	16,4
Muito ativos: 500-1000	9	8,0	16	4,7	9	4,9	30	11,1	17	11,4	81	7,6
Aficionados: + de 1000	20	17,7	14	4,1	4	2,2	30	11,1	19	12,8	87	8,2
N/seguidores (Followers)												
Sem twitter	45	39,8	235	68,9	128	69,2	82	30,3	37	24,8	527	49,8
Inativos: 0 a 50	1	,9	22	6,5	7	3,8	22	8,1	7	4,7	59	5,6
Pouco ativos: 50 a 100	4	3,5	13	3,8	7	3,8	12	4,4	5	3,4	41	3,9
Ativos: 100 a 500	25	22,1	28	8,2	32	17,3	66	24,4	39	26,2	190	17,9
Muito ativos: 500-1000	15	13,3	28	8,2	8	4,3	53	19,6	33	22,1	137	12,9
Aficionados: + de 1000	23	20,4	15	4,4	3	1,6	36	13,3	28	18,8	105	9,9
Número de twitters												
Sem twitter	45	39,8	235	68,9	128	69,2	82	30,3	37	24,8	527	49,8
Inativos: 0 a 50	9	8,0	32	9,4	44	23,8	36	13,3	9	6,0	130	12,3
Pouco ativos: 50 a 100	9	8,0	7	2,1	3	1,6	13	4,8	3	2,0	35	3,3
Ativos: 100 a 500	20	17,7	32	9,4	7	3,8	60	22,1	47	31,5	166	15,7
Muito ativos: 500-1000	11	9,7	18	5,3	2	1,1	34	12,5	22	14,8	87	8,2
Aficionados: + de 1000	19	16,8	14	4,1	0	,0	41	15,1	27	18,1	101	9,5
Total	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria

Como era de se esperar, embora crescente, ainda não é amplamente difundido o uso dessa ferramenta virtual pelos deputados estaduais brasileiros, já que quase a metade ainda não fazia uso dessa mídia social até o fim da última legislatura. A popularidade no Twitter é medida pelo número de seguidores que tal pessoa possui. Considerando-se esse aspecto, a porcentagem de deputados que possui mais de 1000 seguidores (dados atualizados em janeiro de 2011) ainda é baixa: 9,9%, sendo que os deputados mais “populares” encontram-se distribuídos na região centro-oeste (20,4%). Já os “mais viciados” nessa ferramenta, ou seja, os que mais postam informações nessa rede social, com mais de 1000 posts, agora estão na região sul (18,1%).

Considerando-se todas as regiões, a percentagem também é baixa (9,5%), demonstrando que ainda há muito que se avançar nessa nova mídia social, que vem se tornando a mais importante em termos de divulgação de informações de maneira rápida e concisa (já que a ferramenta só permite a postagem de 140 caracteres por postagem).

Agora vejamos o uso da web de acordo com o partido ao qual pertence cada parlamentar.

3.2. Perfil partidário do uso da Web pelos deputados estaduais.

A segunda dimensão do recrutamento dos deputados, que pode nos auxiliar a ter uma compreensão menos agregada e não excessivamente “economicista” a respeito das causas dos diferentes padrões de distribuição do uso da internet pelas diferentes categorias de parlamentares, é a distribuição partidária dos deputados estaduais. A partir desses indicadores, podemos verificar se a variável filiação partidária influi sobre a natureza e a intensidade do uso de websites e mídias sociais pelas diferentes agremiações partidárias, e refletir sobre o impacto de uma variável política propriamente dita no uso desses recursos digitais.

Como dissemos anteriormente, agregamos os 25 partidos políticos representados nas assembleias legislativas durante o segundo semestre de 2010 em 9 agrupamentos político-partidários mais relevantes (quatro grandes partidos e cinco blocos partidários), e que refletisse de maneira mais nítida e agregada as diferentes correntes político-ideológicas presentes nas assembleias. Essas correntes são as seguintes: (i) inicialmente, os quatro grandes partidos (PMDB, PT, DEM, PTB); (v) o bloco PSDB/PPS, partidos que poderíamos qualificar como partidos de centro mais programáticos, na medida em que estão frequentemente aliados no plano nacional e fazem uma oposição mais programática ao governo Lula; (vi) o bloco PSB/PDT, partidos da base de apoio do governo Lula, mas que podemos considerar como mais fisiológicos e/ou personalistas; (vii) o PRP, formado pela fusão do PP, PRB e PR, partidos de direita, também da base de apoio ao governo Lula e de cunho mais fisiológico; (viii) os *ppd* (Pequenos Partidos de Direita) com pouca representação parlamentar, tais como PHS, PMN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC, PTdoB; (ix) e, por fim, os *ppe* (Pequenos Partidos de Esquerda), formados por pequenos partidos de esquerda mas com maior densidade programática tais como PCdoB, PV, PSOL e PCB.

Os dados sobre o uso da internet pelos deputados estaduais pertencentes a estes diferentes partidos na última legislatura estão expostos nas tabelas a seguir.

**Tabela 8: Uso da web pelos deputados estaduais
(por partido, 2º sem. 2010)**

	DEM	PSB/PDT	PMDB	ppd	ppe	PRP	PSDB/PPS	PT	PTB	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Tem email										
Não	2,7%	2,3%	4,7%	11,4%	12,5%	4,1%	5,4%	6,2%	2,0%	5,4%
Sim	97,3%	97,7%	95,3%	88,6%	87,5%	95,9%	94,6%	93,8%	98,0%	94,6%
Tem site										
Não	36,9%	41,4%	37,9%	58,1%	25,0%	33,9%	33,7%	14,6%	42,0%	35,7%
Sim	57,7%	54,1%	59,2%	41,0%	67,9%	63,6%	61,4%	81,5%	54,0%	60,4%
Fora do ar (2010)	5,4%	4,5%	3,0%	1,0%	7,1%	2,5%	4,9%	3,8%	4,0%	3,9%
Tipo de site										
Sem website	36,9%	42,1%	37,9%	58,1%	25,0%	34,7%	33,7%	14,6%	42,0%	35,9%
Website pessoal	55,0%	51,1%	50,3%	28,6%	60,7%	52,1%	56,5%	77,7%	48,0%	53,8%
Website institucional	,9%	1,5%	1,8%	2,9%	3,6%	1,7%	1,6%	3,1%	,0%	1,9%
Blog	7,2%	5,3%	10,1%	10,5%	10,7%	11,6%	8,2%	4,6%	10,0%	8,4%
Site no ar em fev/2011										
Não	50,5%	51,1%	46,2%	67,6%	35,7%	44,6%	46,7%	27,7%	48,0%	46,6%
Sim	49,5%	46,6%	53,3%	32,4%	62,5%	55,4%	52,7%	72,3%	52,0%	52,9%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	111	133	169	105	56	121	184	130	50	1059

Fonte: Elaboração própria

Inicialmente, podemos observar que o uso de email já se difundiu amplamente pelos diferentes partidos, excetuando os pequenos partidos de direita, onde menos de 90% de seus deputados disponibiliza email.

Por outro lado, no tocante a todos os outros indicadores referentes ao uso de websites, podemos perceber um contraste bastante acentuado entre o PT e os pequenos partidos de esquerda (ppe), por um lado, e os pequenos partidos de direita (ppd) e agremiações tais como o PTB, de outro, partidos de cunho mais fisiológico e que apresentam os mais baixos percentuais de uso de websites, preferência por websites pessoais, e permanência dos sites no ar mesmo após o término das campanhas eleitorais num desempenho simetricamente oposto ao dos partidos de esquerda. Podemos afirmar assim que, ao menos no caso dos deputados estaduais brasileiros da legislatura passada os partidos de esquerda com maior apelo e identidade programática, e onde os vínculos dos parlamentares e militantes com o partido tendem a ser mais estreitos e institucionalizados (MARENCO, 2007), tenderam a usar a Web com mais intensidade que partidos de cunho ideológico, sem muita identidade programática pró e contra governo, e que são em grande parte utilizados como legendas de aluguel por parlamentares

marginalizados em outras agremiações e em busca de um mandato eletivo. Ou seja: embora a relação não seja tão linear e estreita, na medida em que está havendo uma tendência geral de deputados de todas as agremiações a usarem websites para divulgar suas propostas de mandato, o uso da web ainda parece estar associada ao grau de institucionalização e ao perfil ideológico do partido, sendo estas variáveis também importantes para explicar a frequência de uso da web pelos deputados estaduais brasileiros, assim como já foi observado em outros níveis de representação política, como por exemplo nas eleições para as Câmaras Municipais brasileiras no pleito de outubro de 2008 (BERCHER et. al., 2008).

Estaria o mesmo fenômeno ocorrendo em relação a outras variáveis relacionadas ao uso da Web pelos deputados estaduais, tais como, por exemplo, o tipo de uso de websites pessoais utilizado pelos parlamentares? A tabela abaixo procura fornecer algumas evidências que permitam uma resposta mais fundamentada a esta indagação:

**Tabela 9: Tipo predominante de website dos deputados estaduais
(tipo de website X partido)**

	DEM	PSB/PDT	PMDB	ppd	ppe	PRP	PSDB/PPS	PT	PTB	Total
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Forma do website										
Sem padrão dominante	4,2	6,4	4,8	9,3	7,1	6,2	9,9	3,6	13,8	6,6
Outdoor virtual personalizado	36,6	37,2	43,3	51,2	28,6	48,1	34,7	9,0	34,5	38,2
Comunicação e informação	22,5	10,3	7,7	14,0	16,7	12,3	9,1	11,7	17,2	12,4
Websites 2.0	36,6	47,4	45,2	27,9	47,6	32,1	46,3	55,0	27,6	43,1
Conteúdo do website										
Sem padrão dominante	12,7	19,2	14,4	20,9	16,7	14,8	18,2	12,6	13,8	15,7
Clientelismo/constituency service/	42,3	34,6	43,3	37,2	19,0	45,7	38,0	20,7	44,8	36,0
Ênfase na atividade parlamentar	26,8	26,9	28,8	41,9	23,8	29,6	30,6	29,7	34,5	29,7
Ênfase na atividade do partido	4,2	5,1	2,9	,0	16,7	3,7	4,1	18,0	3,4	6,8
Ênfase em interesses setoriais	2,8	6,4	1,9	,0	9,5	1,2	1,7	1,8	3,4	2,8
Maior densidade ideológica	11,3	7,7	8,7	,0	14,3	4,9	7,4	17,1	,0	9,0
TOTAL	71	78	104	43	42	81	121	111	29	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

Pela tabela acima podemos verificar que uma vez mais o padrão assimétrico observado na frequência de websites se reproduz no tocante ao tipo de website utilizado, ou seja: o PT e o *ppe* ocupam posições polares em comparação com o PTB e os *ppd* tanto no tocante à *forma* dos websites, quanto no tocante ao *conteúdo* de suas plataformas virtuais, ficando os demais partidos em posições intermediárias em relação a estes pólos. Com efeito, verificarmos que no tocante à forma dos websites, o PT e o *ppe* apresentam maiores percentuais de deputados com websites que podemos qualificar como “web 2.0”, ou seja, que apresentam incentivos visuais

para que os cidadãos possam postar mensagem e usar mídias sócias. Por outro lado, parlamentares que pertencem a agremiações com apelo político-programático menos claro, não utilizaram este recurso. O mesmo padrão se repete no tocante ao conteúdo dos websites, com deputados de esquerda usando seus websites para veicular propostas de maior apelo simbólico e programático enquanto parlamentares de partidos de centro e centro-direita (excetuando o DEM) usam seus websites para outros propósitos.

A seguir faremos um mapeamento do uso das mídias sociais mais populares por parte dos parlamentares brasileiros.

**Tabela 10: Uso de mídias sociais pelos deputados estaduais
(por partido, 2º semestre de 2010)**

	DEM	PSB/PDT	PMDB	ppd	ppe	PRP	PSDB/PPS	PT	PTB	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Mídias sociais	55,9%	54,9%	59,2%	37,1%	64,3%	53,7%	56,0%	76,9%	46,0%	56,8%
Twitter	51,4%	48,9%	50,3%	32,4%	58,9%	44,6%	51,6%	73,1%	34,0%	50,5%
Youtube página inicial	13,5%	18,8%	17,2%	14,3%	33,9%	14,9%	21,2%	36,9%	10,0%	20,1%
Canal no youtube	18,0%	19,5%	16,0%	16,2%	37,5%	15,7%	22,3%	40,0%	14,0%	21,7%
Facebook	17,1%	11,3%	17,8%	12,4%	21,4%	17,4%	24,5%	32,3%	4,0%	18,8%
Orkut	27,9%	24,1%	27,8%	21,9%	30,4%	30,6%	33,2%	43,1%	28,0%	30,0%
Myspace	,0%	1,5%	,6%	,0%	,0%	,8%	,0%	1,5%	2,0%	,7%
Flick	9,9%	9,8%	14,8%	7,6%	21,4%	10,7%	15,8%	22,3%	8,0%	13,6%
TOTAL	111	133	169	105	56	121	184	130	50	1059
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Elaboração própria

Neste caso, trata-se de um critério mais “objetivo”, pois tratamos apenas de procurar, através dos websites dos candidatos e de outros mecanismos de busca tais como o *Google* e buscas internas a redes sociais, os tipos de mídias sociais que os deputados estão utilizando, e coletar a frequência das observações, sem qualquer interpretação subjetiva quando a uso dado por tais recursos pelos deputados. Segundo os dados que computamos, mais da metade (56,8%) dos deputados estaduais da última legislatura fizeram uso de alguma das diversas mídias sociais existentes, sendo o twitter (50,5%), o Orkut (30,0%) e o canal do youtube (21,7%) os mais utilizados.

Pelos dados, temos que a ferramenta mais utilizada pelos deputados estaduais é o Twitter, com 50,5% de uso, sendo os deputados do PT mais uma vez aqueles com mais incluídos digitalmente: 73,1%. Em seguida vem os usuários do Orkut (30%), sendo os parlamentares do PT também os que mais o usam: 43,1%. Um canal para divulgação de vídeos no Youtube é usado por 21,7%, e novamente os petistas possuem 40% do total de canais, com 37,5% dos deputados dos pequenos partidos de esquerda também lançando mão desse meio de divulgação. O Facebook ainda não é tão popular entre os deputados, angariando 18,8% dos

parlamentares, sendo 32,3% deles petistas. O Flickr, utilizado para divulgação de fotos, é utilizado por 13,6%, sendo novamente os petistas e os PPE's os líderes em uso, com 22,3% e 21,4% respectivamente. Por último temos o Myspace, uma mídia pouco difundida no meio político brasileiro, ao contrário do que ocorre nos EUA. Já quando se trata da divulgação de vídeos em geral na própria página do website parlamentar, sem a necessidade de se ir ao Youtube para procurar os vídeos, temos que 20,1% dos deputados publicam os vídeos direto em seus websites, sendo a porcentagem mais alta de uso a dos petistas, com 36,9%.

Por fim, no tocante à intensidade do uso das mídias sociais (especialmente twitter e vídeos no youtube), os dados são os que seguem abaixo:

**Tabela 11: Intensidade do uso de mídias sociais
(por partido político, agregado)**

	DEM	PSB/PDT	PMDB	ppd	ppe	PRP	PSDB/PPS	PT	PTB	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
N/ESTÃO SEGUINDO/FOLLOWING										
Sem twitter	49,5	54,9	52,1	67,6	41,1	55,4	48,9	26,9	68,0	50,5
Inativos: 0 a 50	9,0	12,0	10,1	9,5	10,7	8,3	9,2	12,3	10,0	10,1
Pouco ativos: 50 a 100	6,3	9,8	7,7	1,9	12,5	4,1	5,4	10,8	6,0	7,0
Ativos: 100 a 500	16,2	9,0	13,6	10,5	25,0	22,3	19,6	20,8	12,0	16,4
Muito ativos: 500-1000	10,8	6,0	7,1	5,7	1,8	5,0	8,2	14,6	4,0	7,6
Aficionados: + de 1000	8,1	8,3	9,5	4,8	8,9	5,0	8,7	14,6	,0	8,2
SEGUIDORES/FOLLOWERS										
Sem twitter	49,5	54,9	52,1	67,6	41,1	55,4	48,9	26,9	68,0	50,5
Inativos: 0 a 50	6,3	8,3	5,9	1,9	8,9	2,5	7,1	3,1	8,0	5,6
Pouco ativos: 50 a 100	4,5	4,5	3,0	3,8	1,8	5,8	2,7	5,4	2,0	3,9
Ativos: 100 a 500	16,2	19,5	21,3	13,3	23,2	19,0	17,4	16,9	12,0	17,9
Muito ativos: 500-1000	16,2	7,5	8,3	9,5	14,3	12,4	13,6	24,6	10,0	12,9
Aficionados: + de 1000	8,1	7,5	11,8	3,8	10,7	5,0	10,3	23,1	2,0	9,9
N/TWITTERS										
Sem twitter	49,5	54,9	52,1	67,6	41,1	55,4	48,9	26,9	68,0	50,5
Inativos: 0 a 50	8,1	12,8	11,8	8,6	14,3	11,6	13,6	16,9	12,0	12,3
Pouco ativos: 50 a 100	3,6	6,0	2,4	3,8	3,6	3,3	3,8	,8	2,0	3,3
Ativos: 100 a 500	21,6	15,8	17,8	12,4	17,9	12,4	12,5	19,2	10,0	15,7
Muito ativos: 500-1000	7,2	5,3	7,1	2,9	12,5	7,4	10,3	13,8	8,0	8,2
Aficionados: + de 1000	9,0	6,8	8,3	4,8	10,7	6,6	10,9	21,5	2,0	9,5
YOUTUBE/VISUALIZAÇÕES										
Sem canal	82,9	82,0	84,0	84,8	64,3	85,1	79,3	63,1	86,0	79,5
Inativos: 0 a 50	,9	1,5	1,8	,0	1,8	,8	1,6	1,5	,0	1,2
Pouco ativos: 50 a 100	,9	2,3	1,8	1,9	,0	1,7	,5	,8	2,0	1,3
Ativos: 100 a 500	4,5	2,3	1,8	2,9	,0	,8	1,1	2,3	4,0	2,1
Muito ativos: 500-1000	1,8	7,5	5,9	1,0	10,7	5,0	5,4	5,4	2,0	5,0
Aficionados: + de 1000	9,0	4,5	4,7	9,5	23,2	6,6	12,0	26,9	6,0	10,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	111	133	169	105	56	121	184	130	50	1059

FONTE: Elaboração própria

Para avaliarmos a intensidade do uso das mídias sociais por parte dos deputados, escolhemos as duas ferramentas mais populares e com uso mais difundido entre os parlamentares: o Twitter e o canal do Youtube.

Mais uma vez são os deputados do PT que usam o twitter com mais intensidade, qualquer que seja o indicador utilizado. Os que mais usam o Twitter para seguir pessoas, ou seja, para se informarem, são os parlamentares do PT, com 73,1%. Já os que mais seguem outros (+ de 1000) são também os parlamentares petistas, com 14,6%. Porém, é o meio-termo que predomina: a maior parte dos parlamentares são apenas ativos, seguindo entre 100 e 500 pessoas, sendo os deputados dos *pequenos partidos de esquerda* os mais alocados nessa faixa: 25%.

Já em termos de popularidade, que no Twitter é medido pelo número de seguidores que um usuário consegue angariar, temos que os menos populares estão entre os deputados dos pequenos partidos de esquerda, com 8,9%. Porém, o índice é baixo para a totalidade dos parlamentares. Já os mais populares se encontram entre aqueles do PT, com 23,1%. Aí temos que os do PMDB são os segundo mais populares, com 11,8% dos deputados com mais de 1000 seguidores. Porém, novamente, a maior parte dos parlamentares encontra-se entre aqueles com de 100 a 500 seguidores, em que os parlamentares dos PPE estão com 23,2% do total.

No tocante ao uso de canal próprio no Youtube, um recurso bastante comum no congresso dos EUA, a grande maioria, 79,5%, ainda não possui ainda um canal próprio para divulgação de vídeos nesse site. Porém, quando usam essa ferramenta, a usam de maneira intensa, tendo quase todas as bancadas os maiores percentuais de deputados com mais de 1000 visualizações. E os mais populares entre todos são, como era de se esperar, os deputados petistas, com 26,9% do universo total. Já nenhum parlamentar dos pequenos partidos de direita ou do PTB, quando possuem canal do Youtube, fica pouco popular (com de 0 a 50 visualizações).

Como conclusão desse item, podemos afirmar que a variável filiação partidária também influenciou o padrão uso da internet pelos parlamentares, com partidos de esquerda evidenciando um uso mais intenso dos recursos virtuais, também em termos qualitativos, como qualitativos, com os PT e demais pequenos partidos de esquerda de base mais programática se diferenciando em relação aos demais. No outro pólo encontram-se os ppd e o PTB com padrões simétricos de desempenho em quase todos os indicadores. Por fim, temos as demais agremiações, que se localizam num padrão intermediário de uso da internet, qualquer que seja o parâmetro para avaliar este uso.

3.3 Perfil sociopolítico do uso da Web pelos deputados estaduais.

Por fim, resta-nos analisar os padrões de uso da internet por perfil sociopolítico dos deputados estaduais. O cruzamento destas variáveis também nos permitirá avançar mais na reflexão sobre os condicionantes dos diferentes padrões de uso da web pelos deputados estaduais na última legislatura. Nos últimos itens verificamos que a região econômica de origem dos deputados e a filiação ideológico-partidária dos parlamentares incidem sobre o uso de websites, o tipo de websites utilizado, o recurso às mídias sociais, bem como à intensidade deste recurso, com partidos de centro-esquerda e situados na região sul e sudeste do Brasil apresentando melhor desempenho nestes indicadores. Estarão as variáveis de perfil sociopolítico, ou seja, a capacidade dos deputados de mobilizar determinados recursos políticos tais como educação, experiência política, patrimônio pessoal, financiamento de campanha, associadas aos vários níveis de uso das ferramentas da internet? Neste item, para finalizar este capítulo, procuraremos refletir sobre este ponto. Para tanto, efetuamos alguns cruzamentos simples de variáveis de perfil social, trajetória e recursos políticos, e campo ideológico, com o uso de websites, mídias sociais e twitter pelos diferentes parlamentares.

A tabela abaixo nos fornece uma comparação entre o uso da web de acordo com cada perfil social dos parlamentares.

Tabela 12: Perfil sociopolítico dos deputados e uso da internet

	<i>Tem website</i>		<i>Mídias sociais</i>		<i>Twitter</i>		<i>Total</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo								
Feminino	76	63,3	68	56,7	60	50,0	120	11
Masculino	560	59,6	533	56,8	475	50,6	939	89
Faixa Etária								
De 16 a 25 anos	8	72,7	7	63,6	7	63,6	11	1
De 26 a 35 anos	68	56,7	74	61,7	62	51,7	120	11
De 36 a 45 anos	196	63,4	185	59,9	164	53,1	309	29
De 46 a 55 anos	240	59,0	222	54,5	203	49,9	407	38
De 56 a 65 anos	102	60,7	96	57,1	86	51,2	168	16
De 66 a 75 anos	20	51,3	15	38,5	12	30,8	39	4
De 76 a 85 anos	2	50,0	1	25,0	0	,0	4	0,1
Ensino Superior Completo								
Não	204	57,1	177	49,6	152	42,6	357	34
Sim	432	61,6	423	60,3	382	54,5	701	66
Atividades profissionais								
Sem informação/outras	93	44,9	85	41,1	71	34,3	207	20
Empresários/proprietários	85	55,9	71	46,7	59	38,8	152	14
Profissionais liberais	212	61,8	204	59,5	185	53,9	343	32
Alta classe média/privado	42	59,2	39	54,9	35	49,3	71	7
Alta classe média/público	37	57,8	37	57,8	33	51,6	64	6
Classe média menor escolaridade	146	73,7	145	73,2	133	67,2	198	19
Pequenos proprietários	13	92,9	12	85,7	11	78,6	14	1

Trabalhadores manuais	8	80,0	8	80,0	8	80,0	10	1
Total	636	60,1	601	56,8	535	50,5	1059	100,0

FONTE: Elaboração própria/TSE

No tocante à variável sexo, tivemos cerca de 89% dos homens e 11% de mulheres no exercício do mandato no final da última legislatura. Deste total, respectivamente 63,3% das mulheres usaram website e 59,6% dos homens, sendo os percentuais de uso de redes sociais e de twitter bastante semelhantes. Temos assim um uso ligeiramente superior de websites pelas mulheres, mas sem caracterizar necessariamente uma fratura de gêneros significativa no uso da internet na última legislatura. Porém, comparando-se cada tipo de uso, vemos que as mulheres usam mais os websites em comparação com os homens (63,3% contra 59,6%), e usam de maneira semelhante as diversas mídias sociais, em particular o Twitter.

Em relação à faixa etária, as diferenças já são um pouco mais acentuadas. Assim, embora a faixa etária predominante nas casas legislativas estaduais seja dos deputados entre com 46 a 55 anos (38%), observamos uma maior frequência de uso de websites e, especialmente, de mídias sociais, em faixas etárias mais jovens, o mesmo ocorrendo em relação a escolaridade (parlamentares com curso superior usam mais a internet e, com maior intensidade, o twitter).

Outro dado interessante da tabela é que aquelas categorias profissionais com menos recursos financeiros, e que geralmente constitui a base social de partidos de centro-esquerda, tais como trabalhadores de baixa classe média, pequenos proprietários e trabalhadores braçais, tiveram maior percentual de uso da web e, especialmente, das redes sociais, uma evidência adicional de que são os setores mais organizados e, especialmente, vinculados a partidos de centro-esquerda que dão mais importância à organização política via internet, pelo menos no caso dos deputados estaduais brasileiros.

Vejamos agora a relação entre o uso da web com a trajetória e os recursos políticos dos parlamentares estudados.

Tabela 13: Trajetória e recursos políticos X uso da internet pelos deputados estaduais

	TEM WEBSITE		MÍDIAS SOCIAIS		TWITTER		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
PERÍODO DE ENTRADA NA POLITICA								
Sem informação	71	68,9	73	70,9	69	67,0	103	10,0
Entre 1945 e 1964	6	75,0	5	62,5	4	50,0	8	
Entre 1964 e 1985	95	69,3	88	64,2	79	57,7	137	13
Entre 1985 e 1989	62	71,3	56	64,4	53	60,9	87	8
Entre 1989 e 2000	174	61,1	176	61,8	155	54,4	285	27
Após o ano 2000	228	51,9	203	46,2	175	39,9	439	41
OCUPOU CARGO LEGISLATIVO								
Não	209	51,9	185	45,9	159	39,5	403	38
Sim	427	65,1	416	63,4	376	57,3	656	62
OCUPOU CARGO ADMINISTRATIVO?								
Não	416	57,0	388	53,2	346	47,4	730	69
Sim	220	66,9	213	64,7	189	57,4	329	31
VINCULOS COM MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS								
Não	473	55,5	448	52,6	389	45,7	852	80
Sim	163	78,7	153	73,9	146	70,5	207	20
VALOR MÁXIMO/GASTOS (DECLARADO)								
Baixo Gasto	9	56,3	7	43,8	5	31,3	16	2
Médio Baixo Gasto	37	56,1	33	50,0	30	45,5	66	6
Médio Gasto	210	51,9	187	46,2	165	40,7	405	38
Médio Alto Gasto	241	60,6	243	61,1	216	54,3	398	38
Alto Gasto	139	79,9	131	75,3	119	68,4	174	16
PATRIMONIO								
Baixo patrimônio: até 100.000	126	57,5	126	57,5	114	52,1	219	21
Médio: entre 100 e 500,000 mil	282	63,2	266	59,6	240	53,8	446	42
Alto patrimônio: mais de 1 milhão	228	57,9	209	53,0	181	45,9	394	37
TOTAL	636	60,1	601	56,8	535	50,5	1059	100,0

FONTES: Elaboração própria

O período de entrada predominante está entre aqueles que entraram na política após o ano 2000 (41%). Porém, os que mais usam websites estão entre aqueles que entraram entre 1945 e 1964 (75%), uma evidência, a nosso ver, de que setores com mais tempo na política e melhor organizados usam com mais intensidade a internet. A experiência política acumulada também incide positivamente no uso da internet no caso de ocupação de cargo legislativo antes da atual legislatura e ocupação de cargo administrativo. Entretanto, o fator mais fortemente relacionado ao uso da internet pelos deputados estaduais é a vinculação anterior com movimentos associativos de diversa natureza: dos 207 deputados para os quais encontramos evidências que fossem vinculados a movimentos associativos, mais de 70% são usuários de todos os recursos da internet, um percentual semelhante apenas aos gastos declarados de campanha.

Esse padrão ficará mais claro se cruzarmos os dados de uso de websites e mídias sociais com informações sobre a filiação partidária dos deputados, tipos de partido e ideologia, conforme a tabela abaixo:

Tabela 14: uso da internet por partidos políticos e ideologia

	WEBSITE		MÍDIAS SOCIAIS		TWITTER		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
PARTIDO								
DEM	64	57,7%	62	55,9%	57	51,4%	111	10%
PDT/PSB	70	52,6%	73	54,9%	65	48,9%	133	13%
PMDB	99	58,6%	100	59,2%	85	50,3%	169	16%
ppd	43	41,0%	39	37,1%	34	32,4%	105	10%
ppe	38	67,9%	36	64,3%	33	58,9%	56	5%
PRP (PP/PR/PRB)	77	63,6%	65	53,7%	54	44,6%	121	11%
PSDB/PPS	112	60,9%	103	56,0%	95	51,6%	184	17%
PT	106	81,5%	100	76,9%	95	73,1%	130	12%
PTB	27	54,0%	23	46,0%	17	34,0%	50	5%
TIPO DE PARTIDO								
Partido Programático de Esquerda	144	77,4%	136	73,1%	128	68,8%	186	18%
Partido Programático de Centro	112	60,9%	103	56,0%	95	51,6%	184	17%
Partido Fisiológico de Centro	99	58,6%	100	59,2%	85	50,3%	169	16%
Partido Programático de Direita	64	57,7%	62	55,9%	57	51,4%	111	10%
Partido Fisiológico de Direita	147	53,3%	127	46,0%	105	38,0%	276	26%
Partido Fisiológico de Esquerda	70	52,6%	73	54,9%	65	48,9%	133	13%
IDEOLOGIA								
Esquerda	214	67,1%	209	65,5%	193	60,5%	319	30%
Centro	211	59,8%	203	57,5%	180	51,0%	353	33%
Direita	211	54,5%	189	48,8%	162	41,9%	387	37%
TOTAL	636	60,1%	601	56,8%	535	50,5%	1059	100,0%

FONTE: Elaboração própria

Para classificar os partidos políticos por tipo combinamos o critério ideologia X “fisiologismo”. Combinando esses dois critérios (posição no espectro ideológico e maior ou menos grau de fisiologismo — ou seja, de adesismo aos sucessivos governos no plano nacional), podemos definir seis grandes grupos de partidos, que são os seguintes: (1) *Partidos Fisiológicos de Centro* (PFC): são aqueles partidos que não se colocam em nenhum dos extremos do espectro político-ideológico e cuja postura em relação aos sucessivos governos no plano nacional é pouco coesa, oscilante, ou difícil de caracterizar. Exemplo desse partido é o PMDB; (2) Como *Partidos Fisiológicos de Direita* (PFD), por exemplo, classificaremos o PTB, o PRP, além de outras pequenas legendas de direita que apresentam uma postura ideológica geral mais conservadora, mas que não são facilmente identificáveis com as linhas programáticas e as facções anti e pró-governo que polarizam o debate político, apresentando

uma menor consistência programática em relação aos sucessivos governos na cena política nacional e aderindo a gestões de natureza diversa; (3) *Partidos Fisiológicos (ou populistas) de Esquerda (PFE)* são o PDT e o PSB, agremiações que se estruturam em torno de fortes lideranças estaduais, e cujo comportamento anti e pró-governo não é facilmente identificável, aderindo ou fazendo oposição a governo de perfil programático distinto; (4) *Partidos Programáticos de Direita (PPD)* são aqueles partidos tradicionalmente incluídos no campo ideológico mais conservador e que apresentam uma postura ideológico-programática mais definida e consistente, sendo mais fácil de classificá-los num gradiente “governo” X “oposição”. Inserimos nessa rubrica o DEM; (5) *Partidos Programáticos de Centro (PPC)* são o PSDB e o PPS; (6) *Partidos Programáticos de Esquerda (PPE)* são o PT, o PSOL, o PCdoB e o PV.

Como vimos anteriormente, foi o PT o partido que apresentou o maior número de deputados usuários de recursos da internet, seguido pelos ppe, pelo PRP, e pelo bloco PSDB/PPS, sendo este padrão recorrente em todas as mídias, exceto no tocante ao maior uso de twitter pelos deputados do PSDB/PPS. Agregando os dados por “tipo de partido” também podemos observar um maior uso das ferramentas da Web pelos partidos programáticos, especialmente de esquerda e de centro, mas também com um percentual elevado de direita. Por fim, agregando ainda mais os dados, observamos que os partidos de esquerda, de uma maneira geral, usaram mais os três recursos de internet, sejam os websites pessoais, as mídias sociais, ou o twitter.

Isto posto, podemos formular algumas conclusões gerais da análise efetuada anteriormente.

3.4. Conclusões.

Podemos agora consolidar algumas das conclusões gerais da análise feita anteriormente. A partir da análise realizada, uma de nossas teses se confirmou: a de que são os parlamentares com orientação de esquerda aqueles que mais e melhor utilizaram a internet na última legislatura para divulgarem informações diversas. Note-se que essa é apenas uma verificação empírica a partir dos dados que coletamos, sem necessariamente possuir qualquer viés “normativo”. Verificamos que fatores relacionados à filiação ideológica ao partido político a que pertence o deputado também influenciam de maneira positiva não apenas a frequência do uso da web, mas o tipo e a “intensidade” desse uso.

Assim, uma segunda conclusão geral que podemos extrair de nosso trabalho é a de que, embora as relações acima encontradas entre padrões de recrutamento e de uso da internet nos parlamentares nos permitam observar a existência de um “digital divide” pelos deputados estaduais brasileiros, as variáveis políticas também estão associadas aos padrões diferenciais de uso da web pelos diferentes grupos de parlamentares.

Por fim, temos uma evidência adicional de que o fator político que mais influenciou o uso das ferramentas pela internet pelos deputados estaduais foram os vínculos mais estreitos com organizações políticas mais institucionalizadas e possuidoras de maiores recursos políticos. Pelos dados, podemos observar a ausência de associação entre patrimônio dos deputados e uso da internet, mas há uma forte associação entre gasto declarado e uso dos recursos virtuais. Como via de regra, os partidos que declaram maiores gastos previstos à justiça eleitoral são aqueles com mais recursos políticos e que efetuam maiores dispêndios, podemos inferir mais uma vez que a intensidade do uso da web pelos deputados é sempre mediada pelos partidos e por organizações mais institucionalizadas e por suas políticas de incentivo ao uso dos recursos virtuais pelos deputados.

4. Representantes “Web. 2.0”? Estratégias de comunicação on-line pelos deputados estaduais brasileiros.

Por fim, resta-nos examinar os dados da última dimensão do uso da internet pelos deputados estaduais da última legislatura, que são os “graus” de uso da web e os mecanismos de participação e de interação política mais utilizados pelos parlamentares ao longo da legislatura.

Assim, o objetivo deste capítulo é mapear os mecanismos de participação e interação que os deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura utilizaram ao longo do exercício do mandato. Esse objetivo de ordem mais geral desdobra-se em dois objetivos específicos: a) Aplicar uma planilha de análise de conteúdo aos websites dos deputados visando avaliar o tipo de uso que foi feito das ferramentas virtuais pelos deputados, ou seja, se estes usaram a internet para se comunicar, interagir com o eleitor, ou apenas para divulgar mensagens “top down” do mandato, sem preocupação em criar espaços comuns de deliberação com o eleitor; b) Aplicar instrumentos teórico-metodológicos para a análise de dos espaços virtuais de interação entre representante e representado com vistas que possibilite mapear as “boas práticas” de democracia eletrônica existente nos espaços virtuais dos deputados, de maneira análoga à efetuada nos portais legislativos por outros autores (PEIXOTO, 2009).

Para cumprir estes objetivos, organizaremos nossa exposição da seguinte forma: 1) Inicialmente, apresentaremos a metodologia de análise de conteúdo dos websites dos deputados, elaborada a partir das contribuições de IASULATIS (2007), BRAGA, FRANÇA & NICOLÁS (2009, 2010), e de FERBER e seus colaboradores (FERBER, 2009); 2) Em seguida, apresentaremos os resultados de nossa pesquisa, a partir da aplicação da metodologia anteriormente exposta.

4.1. Metodologia de análise.

Para estruturar nossa análise dos mecanismos de interação e participação política nos websites dos deputados estaduais brasileiros na última legislatura, recorreremos às contribuições dos autores acima referidos.

Antes de entrar na análise dos mecanismos de interação disponíveis nos websites dos deputados, convém empreender um exame de cunho mais quantitativo dos recursos disponíveis nos mesmos. Assim procederemos porque, embora nosso objetivo principal seja o de analisar a presença dos vários mecanismos de interação e participação existentes nos Web, o rendimento analítico desse objetivo de ordem geral se complementa com a necessidade de mapear outras dimensões que consideramos relevantes na atuação política dos deputados através de seus websites, na medida em que este exame pode servir como um indicador da existência de diferentes *graus ou níveis de representação e de participação política*.

Para mensurar o grau de intensidade da presença destes elementos nos websites examinados, procuramos elaborar um indicador que expressasse sinteticamente o grau de uso de cada dimensão, o que nos possibilitou a apreensão sintética da maior ou menor amplitude de frequência das variáveis que são objeto de exame no texto. A partir da bibliografia, listamos uma série de itens potencialmente presentes nos WCEs e que consideramos relevantes para os fins e enquadramentos teóricos da presente pesquisa¹⁷. A pontuação máxima corresponde a um website hipotético que, em tese, conteria todos os itens classificados. Dada a grande quantidade de websites analisados, procuramos diminuir o número de variáveis para aumentar a magnitude do campo de observação. Dos 1059 deputados estaduais, conseguimos efetuar a análise de conteúdo de 642 websites.

Os elementos mapeados foram reagrupados em seis categorias, cada uma correspondente a uma função ou dimensão do uso dos recursos da internet para agilizar os fluxos de comunicação e informação existentes nos websites:

1-Navegabilidade/acessibilidade: São recursos nos websites de candidatos que estimulam o primeiro contato do internauta com o site, ou seja, mecanismos de navegação oferecidos aos visitantes;

2-Informação e accountability: São informações básicas dos candidatos, que permitem ao internauta ter um conhecimento mais detalhado sobre a atuação do deputado a fim de

¹⁷ Dentre os textos que se propuseram a efetuar *content analysis* (análise de conteúdo) de websites políticos, destacamos a tese de mestrado de Rodrigo Fernandez sobre os candidatos às eleições majoritárias de 2000 a 2004 (FERNANDEZ, 2005) e o de Sílvia Iasulatis (IASULATUS, 2007), sobre a campanha presidencial de 2006. Sublinhe-se que ambos os estudos estão bastante influenciados pelo modelo sugerido por WARD & GIBSON (2003), elaborado num contexto que poderíamos denominar “pré Web 2.0”. Os itens que usamos para efetuar uma análise de conteúdo dos websites dos candidatos bem como sua frequência encontram-se nas tabelas constantes nesse capítulo.

responsabilizá-lo por esta atuação, Incluímos nesse item informações sobre a biografia, trajetória política do parlamentar, até informações mais detalhada sobre propostas do mandato, agenda do político etc;

3-Comunicação e mídia: Ferramentas de informação mais refinadas através de arquivos sonoros, vídeos e imagens, que geralmente reproduzem no espaço virtual recursos de comunicação existentes fora dele;

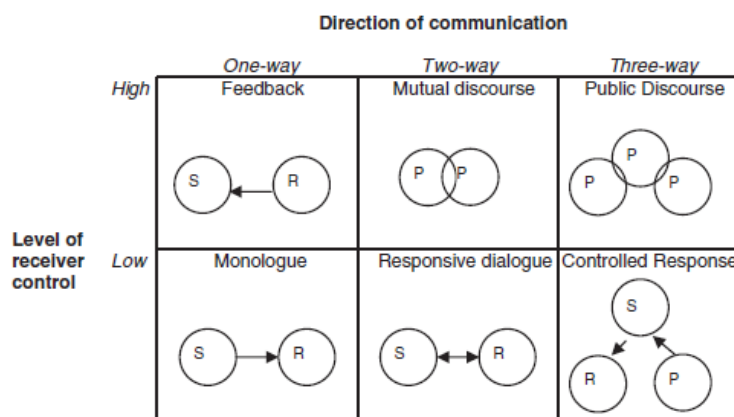
4- Mobilização e integração em rede: São informações que dizem respeito à prestação de contas da candidatura, desde lista de doações até funcionários trabalhando na campanha. Também incluímos nesse item informações mais substantivas sobre a candidatura e programas de governo ou propostas, e ferramentas de estímulo a um engajamento mais ativo dos cidadãos nas campanhas eleitorais;

5- "Mecanismos de interação e participação": São dispositivos que permitem a manifestação dos discursos e formas de expressão dos internautas através de diversas ferramentas, tais como postagens, envio de fotos e vídeos etc. Nesse item incluímos também as novas tecnologias mais recentes e ferramentas de construção de redes sociais, tais como twitter, facebook, canais do youtube, comunidades virtuais e acervo de fotos disponibilizados na Web.

Cabe ainda sublinhar que não elaboramos nenhum indicador mais detalhado ponderando as variáveis segundo sua importância relativa para a estruturação dos websites, mas apenas calculamos os percentuais de presença de cada um dos itens nos websites dos deputados.

Em segundo lugar, procuraremos aplicar uma versão ligeiramente modificada do modelo de interatividade formulado por FERBER et. AL. (2008) no estudo dos mecanismos de interação entre elites políticas e cidadãos ordinários propiciados pelas novas tecnologias, especialmente a internet. Esses autores chamam a atenção para o fato de que a introdução das ferramentas da "Web 2.0" como alguns tipos de blogs, chats, comunidades virtuais e redes sociais no contexto legislativo ensejaram o estudo de novas formas de comunicação, diferentes das sugeridas pelas aplicações da "Web 1.0", que se apóiam em processos mais verticalizados de transferência de informações. Além dos modelos de comunicação de duas vias, FERBER et. al. (2007) propõe "*a three-way model of communication*", mais apropriado para encorajar a deliberação pública (o que não equivale dizer que ela se concretize necessariamente nos websites parlamentares). O autor utilizou o modelo quadripartido de ciber-interatividade de McMILLIAN (2002) e construiu "*a six-part model of Cyber-Interactivity*", conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 6: Modelo das modalidades de interação de Ferber et. al. (2007)



Fonte: Ferber et. al. (2007).

Os círculos representam os atores no processo de comunicação (indivíduos e websites) e as setas a direção da comunicação. A parte primária do modelo (*oneway communication*) ilustra o provimento de informação encontrado em inúmeros sites. O autor denomina “*monologue*” quando o receptor exerce pouca influência no processo e “*feedback*” quando permite participação limitada, não havendo garantia de que as mensagens de retorno gerarão alguma resposta. “*Responsive dialogue*” reflete uma comunicação de duas vias, mas é o emissor que retém o controle primário do processo, como, por exemplo, no caso do comércio eletrônico. “*Mutual discourse*” permite que ambas as partes enviem e recebam mensagens, mas dá aos participantes maior controle no processo, como no caso das salas de bate-papo.

Deve-se enfatizar também que o modelo de FERBER permite uma definição um pouco mais ampla e flexível dos mecanismos de interação e participação política, do que aquele proposto, por exemplo, por autores que trabalham numa perspectiva deliberacionista, para os quais apenas quando se possibilita uma efetiva interlocução entre atores pode-se falar de processos de interação e participação (MARQUES 2007). Como não adotamos neste texto uma perspectiva estritamente deliberacionista, mas trabalhamos com o horizonte de instauração de uma democracia representativa mais participativa por meio das novas tecnologias, sem pressupor uma relação de tensão entre os dois processos — mas sim de complementaridade

entre ambos — examinamos também outros mecanismos de manifestação das preferências dos cidadãos além daqueles que os envolve num processo deliberativo no sentido estrito do termo, ou “public discourse” segundo o modelo de FERBER.

Ainda segundo os autores, podemos enumerar os seguintes contextos de interação entre emissor e receptor das mensagens na internet, acompanhados dos respectivos meios correspondentes de difusão das mensagens:

Quadro 2: Contextos de interação, mídias específicas e problemas de gestão de informação das experiências de interação nos websites legislativos

	<i>Tipo de Interação</i>	<i>Relação entre os atores</i>	<i>Meio apropriado</i>
1	Monologue	1 via com baixo controle de R	Informações disponibilizadas nos websites; divulgação de material de propaganda da instituição; Newsletter;
2	Feedback	1 via com maior controle/participação do receptor	Formulários de E-mail; Blog atualizado que não permite comentários
3	Responsive Dialogue	2 vias, mas o emissor detém maior controle sobre o processo	Enquetes; Sondagens de opinião e surveys aos eleitores; possibilidade de comentar notícias;
4	Mutual Discourse	2 vias e mas com maior controle dos receptores/participantes sobre o processo de interação	Blogs que permitem comentários; mural de mensagens
5	Controlled Response	3 vias. Mensagens são publicizadas, mas o emissor detém elevado grau de controle sobre as mensagens	Foruns e chats moderados; sugestão de propostas de governo;
6	Public Discourse	3 vias. Mensagens são publicizadas, mas com poucos graus de controle do emissor possibilitando um processo deliberativo mais abrangente	Facebook; Twitter; fóruns e chats não moderados; canais do youtube

Fonte: Elaboração própria

4.2. Análise dos resultados.

Isto posto podemos passar para a apresentação dos resultados de nossa análise de conteúdo e das experiências de participação nas plataformas virtuais dos deputados da última legislatura nas unidades subnacionais brasileiras. Desgregaremos os dados por região na medida em que queremos verificar se há disparidades ou semelhanças regionais no uso da web pelos deputados estaduais.

4.2.1. Navegabilidade/Acessibilidade

A primeira dimensão da análise trata dos mecanismos de “Navegabilidade/acessibilidade” disponíveis ao público. Representa uma espécie de “porta de entrada” dos sites, onde ocorre o primeiro contato do internauta com os políticos na web. Neste tópico, avaliamos as informações que constavam nas páginas iniciais dos websites e que buscavam facilitar e tornar mais atrativa a navegação do cidadão-internauta, tornando mais acessível seu contato o representante. Dentre as ferramentas pesquisadas, podemos mencionar: existência de mecanismos de busca nos sites, existência de mapa do site e aumento/diminuição de letras.

A tabela a seguir oferece as porcentagens das informações contidas nos 642 websites examinados sobre o item navegabilidade/acessibilidade.

**Tabela 15: Navegabilidade nos websites dos deputados estaduais
(2º sem. 2010)**

		COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	Link para página inicial visível	61	79,2	107	70,4	54	64,3	192	89,3	107	93,9	521	81,2
2	Cadastro para newsletter	30	39,0	78	51,3	16	19,0	131	60,9	74	64,9	329	51,2
3	Mecanismos de busca	44	57,1	57	37,5	15	17,9	121	56,3	73	64,0	310	48,3
4	Créditos para gestores do site	40	51,9	44	28,9	37	44,0	96	44,7	62	54,4	279	43,5
5	Disponibiliza email	15	19,5	36	23,7	40	47,6	50	23,3	29	25,4	170	26,5
6	Enquete na página inicial	19	24,7	47	30,9	6	7,1	52	24,2	22	19,3	146	22,7
7	Estatísticas de visitação	9	11,7	13	8,6	13	15,5	20	9,3	9	7,9	64	10,0
8	Aumento/diminuição de letras	4	5,2	5	3,3	1	1,2	26	12,1	15	13,2	51	7,9
9	Link para mapa do site	4	5,2	14	9,2	4	4,8	17	7,9	3	2,6	42	6,5
10	Acesso para portadores de deficiência	3	3,9	1	,7	1	1,2	1	,5	0	,0	6	,9
11	Página em outro idioma	1	1,3	0	,0	0	,0	1	,5	0	,0	2	,3
TOTAL		27,2		24,0		20,2		29,9		31,4		27,2	

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os dados referentes à navegabilidade nos websites legislativos, podemos perceber que boa parte dos deputados estaduais ainda não disponibiliza nos websites itens que permitam uma navegação, por assim dizer, mais ativa por parte do cidadão-internauta neste ambiente virtual. São assim relativamente reduzidas as frequências de recursos que ampliem o repertório de opções de navegação mais interativa por parte do visitante, tais como incentivo para cadastro em newsletter (51,2%), mecanismo de busca (menos da metade dos deputados apresentaram este recurso fundamental para uma navegação mais ativa por parte do internauta),

email para contato na página inicial (26,5%) e enquete interativa (22,7%), sendo que apenas 10,0% dos deputados apresentou estatísticas de navegação na página inicial.

Em suma: embora façam parte do horizonte de interesse do especialista e do pesquisador interessado em aumentar as possibilidades de uma navegação mais lúdica e informada pelos sites políticos, tais recursos não parecem ser priorizados nas estratégias e repertórios de ação online dos deputados estaduais brasileiros.

Como exemplo de “boa prática” de disponibilização de recursos de navegabilidade podemos apresentar abaixo o caso do deputado Chico Leite (PT/DF), que apresentou em sua página inicial vários recursos de navegabilidade interessantes, obtendo uma das mais altas pontuações dentre os deputados.

Figura 6a: Boa prática de navegabilidade



Fonte: <http://www.chicoleite.org.br/>

4.2.2. Informação e accountability.

A dimensão “informação e accountability” abrange aquelas variáveis que permitem ao cidadão-internauta conhecer melhor a biografia e a trajetória pregressa do representante, seus pontos de vista sobre assuntos debatidos no momento, informações sobre o exercício do

mandato, vínculos com outros políticos e outros itens que potencializam a prestação de contas e a responsabilização dos representantes e que não foram examinadas nos capítulos anteriores.

As informações constantes nos websites sobre a dimensão “informação” dos websites dos deputados estaduais analisados estão resumidas na tabela abaixo.

Tabela 16: Informação e Accountability (2 sem. 2010)

	COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 Link específico para biografia	62	80,5	101	66,4	34	40,5	190	88,4	104	91,2	491	76,5
2 Realizações anteriores do político	55	71,4	104	68,4	56	66,7	173	80,5	89	78,1	477	74,3
3 Arquivos de fotos, banco de imagens	57	74,0	97	63,8	28	33,3	172	80,0	99	86,8	453	70,6
4 Notícias específicas do mandato	55	71,4	65	42,8	53	63,1	158	73,5	103	90,4	434	67,6
5 Boletim informativo do mandato	15	19,5	82	53,9	24	28,6	147	68,4	81	71,1	349	54,4
6 Notícias da imprensa (clipping)	36	46,8	64	42,1	14	16,7	109	50,7	36	31,6	259	40,3
7 Documentos diversos	13	16,9	28	18,4	7	8,3	87	40,5	56	49,1	191	29,8
8 Artigos do político	30	39,0	32	21,1	16	19,0	64	29,8	44	38,6	186	29,0
9 Agenda do político	24	31,2	46	30,3	6	7,1	60	27,9	49	43,0	185	28,8
10 Issues/opinião sobre temas	11	14,3	37	24,3	35	41,7	58	27,0	43	37,7	184	28,7
11 Pronunciamentos do político	9	11,7	72	47,4	6	7,1	61	28,4	30	26,3	178	27,7
12 informações sobre outro político	2	2,6	29	19,1	6	7,1	54	25,1	21	18,4	112	17,4
13 Programa de atuação /propostas do mandato	6	7,8	25	16,4	13	15,5	27	12,6	14	12,3	85	13,2
14 Ostenta vínculo com outro político	4	5,2	17	11,2	5	6,0	40	18,6	2	1,8	68	10,6
TOTAL		35,2		37,5		25,8		46,5		48,3		40,6

Fonte: Elaboração própria

O primeiro dado que fica evidente da tabela é o de que, como já observado por outros autores em estudos sobre uso da Web pelos políticos brasileiros (IASULATIS, 2007), estes usam os websites mais para *informar* e estabelecer com ele uma linha de comunicação “top down”, do que para mobilizá-los e organizá-los em torno de determinadas plataformas e linhas de ação. As frequências acima ilustram bem este fato, na medida em que os itens mais presentes em seus websites são notícias e informações sobre o mandato, sobre a biografia do político e sua trajetória anterior muito embora, como vimos anteriormente, estas informações estejam apresentadas de maneira incompleta e não-sistemática. Podemos verificar também a manutenção do padrão de distribuição desigual da frequência dos itens que já havia se estabelecido nos recursos de navegabilidade, com os deputados das regiões sul e sudeste sempre apresentando recursos mais desenvolvidos que os da região norte e nordeste, indicando que a desigualdade de inclusão digital nas bases eleitorais destes estados influencia fortemente o uso da web pelos deputados estaduais.

Outro dado importante da tabela acima é o baixo percentual de posicionamentos dos deputados sobre as questões mais candentes que polarizam o debate público numa determinada conjuntura (as chamadas *issues*, para usar a terminologia empregada no Congresso dos EUA),

uma variável encontrada em praticamente todos os congressistas dos EUA, e que é de fundamental importância para promover uma maior responsabilização dos eleitos para com seus representantes.

4.2.3. Comunicação e mídia

A dimensão “Comunicação e Mídia” abrange os itens utilizados pelos deputados para divulgar suas atividades e informações de campanha. Trata-se basicamente dos recursos destinados a potencializar as funções de comunicação e informação estabelecidas pelos candidatos com os eleitores de uma maneira geral, utilizando recursos de mídia tradicionais e uma pouco mais sofisticados (vídeos, imagens, arquivos de rádio).

A presença dos diferentes itens na dimensão “comunicação e mídia” nos websites dos candidatos nós é informada pelo gráfico abaixo.

Tabela 17: Comunicação e Mídia (2 sem. 2010)

		COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	Acervo de fotos/flickr	57	74,0	90	59,2	43	51,2	173	80,5	99	86,8	462	72,0
2	Formulário contato /fale conosco?	50	64,9	84	55,3	40	47,6	166	77,2	89	78,1	429	66,8
3	Notícias atualizadas na página inicial	54	70,1	77	50,7	48	57,1	137	63,7	94	82,5	410	63,9
4	Link para vídeos diversos	34	44,2	73	48,0	29	34,5	102	47,4	59	51,8	297	46,3
5	Agenda do político	27	35,1	52	34,2	8	9,5	70	32,6	45	39,5	202	31,5
6	Artigos do político	34	44,2	32	21,1	24	28,6	65	30,2	42	36,8	197	30,7
7	Arquivos de radio ou acervo sonoro	11	14,3	56	36,8	22	26,2	53	24,7	45	39,5	187	29,1
8	Feeds para atualização de links	14	18,2	27	17,8	8	9,5	55	25,6	40	35,1	144	22,4
9	Releases p/imprensa	7	9,1	42	27,6	0	,0	22	10,2	9	7,9	80	12,5
10	Jingles /músicas identificatórias	4	5,2	29	19,1	4	4,8	23	10,7	13	11,4	73	11,4
TOTAL		35,4		36,2		24,9		37,8		43,8		36,5	

Fonte: Elaboração própria.

Também aqui podemos observar uma frequência relativamente elevada de itens de comunicação, se compararmos a outras dimensões de uso da web, como veremos adiante. Os itens mais presentes nos websites dos deputados são aqueles que formam o “kit básico” da comunicação online, tais como link específico para acervo de fotos (72,0), formulário específico para contato do tipo “fale conosco” (66,8%), notícias atualizadas na página inicial e link para vídeos (46,3). Entretanto, a baixa frequência de alguns itens foi surpreendente, haja vista que a pesquisa foi realizada também durante a campanha eleitoral, embora apenas nos websites dos deputados que já possuíam website parlamentar antes de seu início. De uma maneira geral, portanto, podemos afirmar que a utilização de recursos de comunicação e mídia

esteve presente com razoável grau de intensidade nas estratégias de representação on-line dos deputados estaduais brasileiros.

Alguns parlamentares chegaram mesmo a criar links específicos para materiais de comunicação e multimídia, como foi o caso do deputado Lula Moraes, que apresentou pontuação elevada no item comunicação e mídia.

Figura 7: Boas práticas de comunicação e mídia



Fonte: <http://www.lulamoraes65654.com.br/>

4.2.4. Mobilização e integração em rede.

Por fim, devemos analisar o item “mobilização e integração em rede”, ou seja, itens referentes aos incentivos constantes nos websites dos deputados para que seus eleitores e simpatizantes, e os cidadãos de uma maneira geral, se engajem nas ações por eles patrocinadas. Como se sabe, a capacidade de promover a mobilização e o engajamento cívico dos cidadãos através de ferramentas virtuais foi um dos principais fatores que caracterizou a campanha de Obama, dando início a um padrão de representação pós “Web 2.0” onde os websites são utilizados menos como plataforma de informação dos políticos do que com centro de distribuição de conteúdos através das redes sociais. Segundo IASULATIS, os itens de

mobilização compreendem as “opções que servem para ativar o apoio partidário dos usuários da internet como, por exemplo, voluntariado, angariação de fundos, incentivos a participação em espaços virtuais e engajamento cívico/voluntariado”etc. (IASULATIS, 2007: pg. 158). Além disso, procuramos mapear também como os deputados usam seus websites para estabelecer vínculos ou integrar-se em redes com outras associações que fazem parte da esfera pública, tais como movimentos sociais, sindicatos, ONGs etc.

A frequência dos itens de mobilização e integração em rede encontra-se exposta abaixo.

Tabela 18: Mobilização e integração em rede (2 sem. 2010)

	COESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 Incentivo a participar de comunidade on-line	42	54,5	46	30,3	6	7,1	139	64,7	71	62,3	304	47,4
2 Boletins da campanha/do mandato	15	19,5	37	24,3	38	45,2	103	47,9	83	72,8	276	43,0
3 link para símbolos do partido/vinculação partidária	4	5,2	22	14,5	34	40,5	98	45,6	81	71,1	239	37,2
4 link para partido nacional	25	32,5	33	21,7	26	31,0	101	47,0	38	33,3	223	34,7
5 Incentivo a acessar o Blog do político	13	16,9	27	17,8	35	41,7	55	25,6	22	19,3	152	23,7
6 Link ou referência ao blog do político	15	19,5	29	19,1	36	42,9	51	23,7	21	18,4	152	23,7
7 Links para outras organizações (educação, trabalho)	29	37,7	28	18,4	9	10,7	49	22,8	31	27,2	146	22,7
8 Calendário de eventos	10	13,0	25	16,4	2	2,4	42	19,5	51	44,7	130	20,2
9 Links ou referência a organizações da mídia	8	10,4	22	14,5	26	31,0	42	19,5	27	23,7	125	19,5
10 link para partido subnacional	8	10,4	12	7,9	4	4,8	38	17,7	41	36,0	103	16,0
11 Links comerciais	2	2,6	14	9,2	4	4,8	57	26,5	20	17,5	97	15,1
12 Link para movimentos sociais	19	24,7	23	15,1	2	2,4	31	14,4	21	18,4	96	15,0
13 Links para ONG's	6	7,8	21	13,8	2	2,4	33	15,3	15	13,2	77	12,0
14 Doação online?	0	,0	2	1,3	0	,0	3	1,4	4	3,5	9	1,4
TOTAL		18,2		16,0		19,0		28,0		33,0		23,7

Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar, os objetivos de mobilização e integração em rede com outros atores políticos, com vistas a promover um maior engajamento cívico dos cidadãos nas instituições da democracia representativa, não fez parte do repertório de ação dos deputados estaduais brasileiros na última legislatura. Com efeito, os incentivos explícitos a participar de ações cívicas online (diferente da simples presença de itens como redes sociais, etc.) foram bastante baixos, inclusive os links para os partidos dos deputados foram praticamente inexistentes, indicando mais uma vez um estilo de representação online muito centrado no deputado pessoalmente considerado, e pouco nas associações e movimentos associativos que giram em torno da ação dos representantes.

4.2.5. Participação e mídias sociais.

Por fim, resta-nos efetuar uma análise mais detida de algumas práticas de participação política, e de maior manifestação das falas e das demandas do cidadão-internauta nos websites dos candidatos.

Para mapear a frequência dos mecanismos de participação política e manifestação de “falas cidadãos” nos websites dos candidatos, recorreremos ao modelo dos fluxos de interatividade de FERBER e o grau de presença de vocalizações dos eleitores e fenômenos de falas cidadãos em cada um desses recursos. Os dados encontram-se resumidos na tabela abaixo:

Tabela 19: Participação e mídias sociais (2 sem. 2010)

	<i>CE</i>	<i>ND</i>	<i>NT</i>	<i>SD</i>	<i>SUL</i>	<i>TOT</i>	<i>Tipologia Ferber</i>
	%	%	%	%	%	%	Tipo de interação
Blog na página inicial	16,9	27,6	46,4	24,7	17,5	26,0	Feedback
Blog atualizado regularmente	20,8	12,5	38,1	14,9	14,9	18,1	Mutual Discourse
Espaço para postagens no blog?	15,6	18,4	45,2	18,6	14,9	21,0	Mutual Discourse
Salas de Bate-Papo/chats com político	,0	,0	1,2	,5	,9	,5	Controlled Response
Acervo dos chats realizados	,0	1,3	1,2	,0	,0	,5	Controlled Response
Fórum/Discussão sobre temas específicos?	1,3	3,9	,0	1,4	,9	1,7	Controlled Response
Acervo dos forums realizados	1,3	3,3	1,2	1,4	,9	1,7	Controlled Response
Acervo a perguntas	3,9	2,6	1,2	,5	1,8	1,7	Controlled Response
Link específico para denúncias	1,3	2,0	1,2	2,3	,9	1,7	Controlled Response
Mural de mensagens	14,3	25,7	14,3	15,8	10,5	16,8	Mutual Discourse
Possibilidade de comentar notícias postadas	11,7	28,3	48,8	24,2	20,2	26,2	Responsive Dialogue
Acervo de comentários a notícias	6,5	19,1	22,6	16,7	17,5	17,0	Responsive Dialogue
Sugestões para propostas de governo	7,8	11,2	4,8	9,3	7,9	8,7	Controlled Response
Depoimentos dos cidadãos	3,9	10,5	1,2	12,1	7,0	8,4	Controlled Response
Vídeos com depoimentos dos cidadãos	1,3	5,3	2,4	1,9	4,4	3,1	Controlled Response
	7,1	11,4	15,3	9,6	8,0	10,2	
REDES SOCIAIS POR REGIÃO							
Mídias sociais?	60,2	31,4	31,4	70,1	75,2	50,5	Public Discourse
Tem twitter?	60,2	31,4	31,4	70,1	75,2	50,5	Public Discourse
Youtube pagina inicial?	11,5	12,0	13,0	37,3	22,8	20,1	Public Discourse
Youtube?	28,3	12,6	9,7	38,0	22,8	21,7	Public Discourse
Facebook	34,5	9,7	6,5	31,4	20,1	18,8	Public Discourse
Orkut	67,3	17,6	10,3	43,5	30,2	30,0	Public Discourse
Myspace	,0	,0	,0	1,5	2,0	,7	Public Discourse
Sonico	,0	,0	,0	,0	,7	,1	Public Discourse
Linkedin	,9	,0	,5	1,8	,7	,8	Public Discourse
Flick	11,5	6,5	1,1	27,3	22,1	13,6	Public Discourse
TOTAL	34,0	20,1	18,5	38,3	33,8	27,9	

Fonte: Elaboração própria

A tabela acima nos informa a intensidade dos mecanismos de interação e participação política encontrados nos websites dos candidatos que utilizaram este recurso nas campanhas eleitorais de 2010 e o tipo de interação possibilitada segundo o modelo de FERBER et. al.

Como podemos observar pelos dados acima, ao contrário do início dos mandatos legislativos, onde mídias sociais como facebook, twitter, e postagem de vídeos no youtube foram escassamente utilizadas, cada vez mais estas ferramentas estão sendo utilizadas pelos candidatos. Ao mesmo tempo podemos detectar a tendência para que ferramentas, tais como blogs, fóruns e chats com candidatos, entrem progressivamente em desuso como forma política e instrumento de mobilização, na medida em que, como vimos acima, o deputado estadual brasileiro mediano não utiliza as ferramentas da internet como mecanismos de estímulo à mobilização, à participação e ao engajamento cívico dos cidadãos.

4.3. Análises de boas práticas: experiências de participação e interação online e de “representação Web 2.0” dos deputados estaduais.

Por fim, neste item, procuramos analisar e destacar os casos de algumas experiências pioneiras de uso da internet pelos parlamentares brasileiros, apontando algumas tendências que, a nosso ver, tendem a se propagar pelo Brasil, especialmente no atual contexto aonde, após o “efeito Obama”, os potenciais da internet para dinamizar a atividade política tornaram-se perceptíveis para boa parte dos atores políticos.

A partir da idéia de *graus ou níveis de representação política*, procuraremos demonstrar a proposição segundo a qual o modelo de uso da internet pelas elites parlamentares brasileiras ainda afasta-se bastante do padrão “Web 2.0” que, segundo alguns autores, estaria emergindo em países onde o emprego da internet pelos diferentes atores políticos é mais intenso.

No Paraná temos o caso do deputado Elton Welter, do PT, que utiliza duas das principais redes sociais difundidas largamente no Brasil: o Twitter e o Orkut.

Figura 8: Website Elton Welter – PT/PR



FONTE: www.welter.org.br

Seu Orkut já agrega uma boa quantidade de amigos, possíveis eleitores (26/07/2010), como podemos ver abaixo:

Figura 09: Orkut Elton Welter – PT/PR



FONTE: <http://www.orkut.com.br/Main#Profile?rl=ls&uid=1168210684553639707>

Porém, é no Twitter que podemos ver a efetiva contribuição do político para a comunicação com seus eleitores, sendo que percebemos, por essa ferramenta, que o deputado, apesar de ter criado seu Twitter há pouco tempo, já possui 418 postagens, como podemos ver a seguir:

Figura 10: Twitter Elton Welter – PT/PR

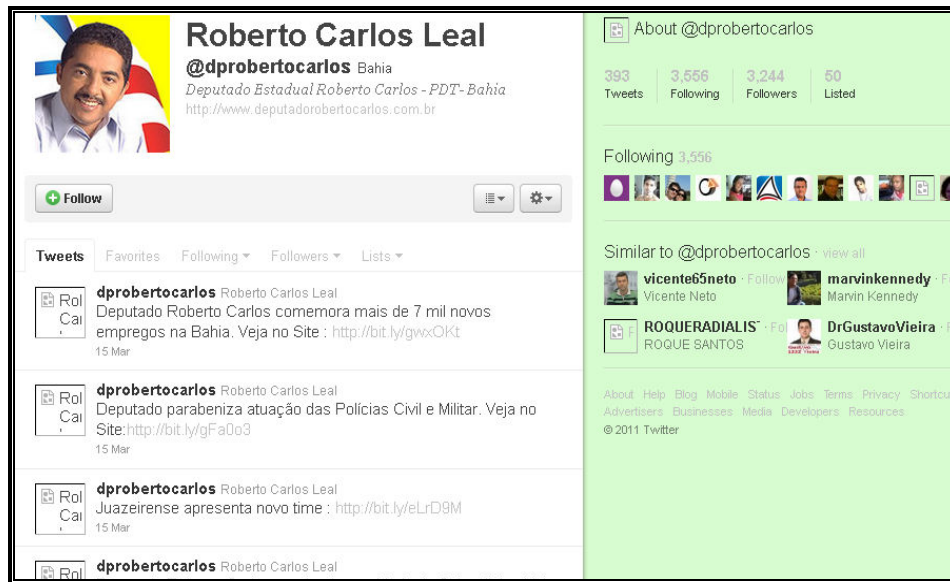


FONTE: <http://twitter.com/EltonWelter>

Porém, o número de seguidores ainda é baixo, quando comparado ao número de amigos no seu Orkut: são 557 seguidores no dia 26/07/2010.

Focando nosso trabalho no Twitter, temos alguns deputados extremamente influentes na rede, como se segue:

Figura 11: Twitter Roberto Carlos Leal – PDT/BA



Fonte: www.twitter.com/dprobertocarlos

Como podemos ver acima, o deputado é seguido por um número razoável de pessoas (3.244), e também já postou diversas mensagens (393). Além disso, tal deputado mantém um site no formato de blog, como podemos ver abaixo, demonstrando interesse considerável em redes sociais:

Figura 12: Site Roberto Carlos – PDT/BA



Fonte: <http://www.deputadorobertocarlos.com.br/site/>

Abaixo temos o Twitter do deputado Patrício, do PT do Distrito Federal:

Figura 13: Twitter Patrício – PT/DF



Fonte: www.twitter.com/dep_patricio

Este deputado utiliza mais frequentemente o Twitter para postar mensagens (999), e possui outras redes sociais com igual sucesso, como podemos ver abaixo:

Figura 14: Website Patrício – PT/DF

escolas públicas já visitaram exposição sobre Brasília

A exposição Brasília - Meio Século da Capital do Brasil, montada no foyer do Plenário da Câmara Legislativa, recebeu a visita de 712 estudantes de 13 escolas da rede pública de ensino apenas entre os dias 2 e 24 de maio.

micro e pequenas empresas

Na última quarta-feira (25), o Governo do Distrito Federal abriu, no Palácio do Buriti, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte local.

Mais notícias

- 27/05** - Mais de 700 alunos de escolas públicas já visitaram exposição sobre Brasília
- 26/05** - Patrício apóia fórum de micro e pequenas empresas
- 26/05** - Patrício representa o DF na 15ª Conferência da Unale
- 20/05** - Companhia de Operações Especiais homenageia Patrício
- 20/05** - Comunidade do P Sul é recebida por Patrício

VÍDEOS



REDES SOCIAIS

-  PATRÍCIO NO YOUTUBE
-  PATRÍCIO NO ORKUT
-  PATRÍCIO NO TWITTER
-  PATRÍCIO NO FLICKR

Fonte: <http://www.deputadopatricio.com.br/>

Posta com igual vigor notícias em seu website, demonstrando preocupação em informar e interagir com seus eleitores via web.

Já seu companheiro de partido deputado Chico Leite, é mais ativo em seu Twitter, sendo um dos deputados com mais de 1000 posts, como detectamos anteriormente:

Figura 15: Twitter Chico Leite – PT-DF



Chico Leite

@chicoleite Brasília - DF

Twitter da transparência
<http://www.chicoleite.org.br>

Follow

Tweets

Favorites

Following

Followers

Lists



chicoleite Chico Leite

Nossa meta é garantir condições de trabalho dignas para os guardiões dos direitos das crianças e adolescentes

21 May



chicoleite Chico Leite

O nosso governo conhece as dificuldades que os conselhos tutelares enfrentam, até porque denunciarmos esse abandono nos governos anteriores

21 May



chicoleite Chico Leite

Para 2011, há uma reserva de R\$ 2,3 milhões para os conselhos tutelares

21 May

About @chicoleite

1,528

2,497

2,748

137

Tweets

Following

Followers

Listed

Following 2,497

Connections

You both follow @DanielHenrique7 and @rafinhabastos



FACITEC Follow

FACITEC



robertarios Follow

Roberta Rios



jairvilasboas Follow

jairvilasboas



ju_figueiredo Follow

Juliana Figueiredo

About Help Blog Mobile Status Jobs Terms Privacy Shortcuts

Advertisers Businesses Media Developers Resources

© 2011 Twitter

Fonte: www.twitter.com/chicoleite

Pedro Kemp, do PT do Mato Grosso do Sul então, possui mais de 2000 postagens, e usa frequentemente seu Twitter para exercer a oposição e defender seus eleitores, como podemos ver nas postagens abaixo.

Figura 16: Twitter Pedro Kemp – PT/MS



Fonte: www.twitter.com/PedroKemp

Ruy Muniz, do DEM de Minas Gerais é outro que possui um website pessoal “pobre”, porém compensa seus eleitores no Twitter:

Figura 17: Twitter Ruy Muniz – DEM/MG



Fonte: www.twitter.com/ruy_muniz

Figura 18: Website Ruy Muniz – DEM/MG



Fonte: <http://www.ruymuniz.com.br/>

O deputado Valdir Rossoni (PSDB), atual presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, de forma compatível com seu alto cargo, é aficcionado no Twitter, e possui um bom website pessoal também, com demais redes sociais divulgadas:

Figura 19: Twitter Valdir Rossoni – PSDB/PR



Fonte: www.twitter.com/rossoni

Figura 20: Website Valdir Rossoni – PSDB/PR



Fonte: <http://www.valdirrossoni.com.br/>

Abaixo, vemos outra experiência pioneira de um deputado estadual que conseguiu mobilizar diversas pessoas, especialmente famosos (entre eles a cantora Fernanda Abreu, os atores Wagner Moura, Marcelo Serrado, André Matos e Maria Ribeiro e o cineasta José

Padilha), que se engajaram em sua campanha, tornando-o um dos deputados mais populares do estado do Rio de Janeiro (ele possui mais de 15 mil seguidores no Twitter, marca que não foi alcançada por nenhum dos deputados aqui estudados). Trata-se de Marcelo Freixo, do PSOL, que além de postar informações gerais, interage em certa medida com seus eleitores, como podemos ver abaixo:

Figura 21: Twitter Marcelo Freixo – PSOL/RJ



Fonte: www.twitter.com/MarceloFreixo

Seu website também é considerado um dos melhores entre os deputados estaduais brasileiros, possuindo diversas redes sociais:

Figura 22: Website Marcelo Freixo – PSOL/RJ



Fonte: <http://www.marcelofreixo.com.br/site/home.php>

O deputado catarinense do PT, Jailson Lima, não posta tanto, porém possui um número considerável de seguidores (1374):

Figura 23: Twitter Jailson Lima – PT/SC



Fonte: www.twitter.com/deputadojailson

Bruno Covas, do PSDB de São Paulo, configura-se como um dos deputados mais populares pelo seu estado na rede (6441 seguidores), tendo postado mais de 2000 mensagens, sendo seu website um exemplo a ser seguido igualmente:

Figura 24: Twitter Bruno Covas – PSDB/SP



Fonte: www.twitter.com/brunocovas

Figura 25: Website Bruno Covas – PSDB/SP



Fonte: <http://brunocovas.com.br/>

Maria Lúcia Prandi, do PT de São Paulo, é um exemplo entre as mulheres, e também usa a rede para alargar seu poder de oposição. Porém, seu website encontra-se fora do ar:

Figura 26: Twitter Maria Lúcia Prandi – PT/SP



Fonte: www.twitter.com/DeputadaPrandi

Ênio Tatto, do PT de São Paulo, mostra-se igualmente eficaz na rede social e em seu website:

Figura 27: Twitter Ênio Tatto – PT/SP



Fonte: www.twitter.com/EnioTatto

Figura 28 – Website Ênio Tatto – PT/SP



Fonte: <http://www.eniotatto.com.br/>

Listamos aqui diversas experiências bem sucedidas por parte dos deputados estaduais brasileiros na Internet, seja em redes sociais, seja em seus websites pessoais, divulgando

adequadamente suas disseminações na web. Ainda falta muito para uma adequada utilização de todas as ferramentas disponíveis, mais sem dúvida alguma, o primeiro passo foi dado.

5. Conclusão Geral

Podemos enunciar sinteticamente algumas das conclusões advindas da presente pesquisa.

Contrariando algumas avaliações iniciais excessivamente otimistas, quase eufóricas, sobre os impactos da Internet no funcionamento dos sistemas políticos democráticos contemporâneos, estudos mais recentes têm apontado vários problemas no uso desse recurso tecnológico (tais como a utilização ainda deficiente, pelos representantes eleitos, de sites pessoais para divulgar suas atividades; a “saturação” do processamento de mensagens enviadas por e-mail; a “monopolização” de listas de debates por indivíduos não comprometidos com os valores cívicos que possibilitem uma adequada convivência democrática), que colocam a necessidade de estudos empíricos mais sistemáticos para avaliar os reais impactos dessa mídia no sistema político. No entanto, há um certo consenso na literatura em se observar que consideráveis avanços foram feitos no funcionamento das democracias através do emprego dos recursos tecnológico propiciados pela Internet. O uso de *websites* pessoais bem organizados, por exemplo, pode ser um importante fator de comunicação dos políticos, candidatos e órgãos da administração pública com o cidadão comum e, por outro lado, um eficiente recurso de acompanhamento e fiscalização do poder público por parte da população. Pode também vir a se transformar num importante instrumento de campanha eleitoral, desde que adequadamente utilizado. Uma porcentagem significativa de parlamentares já se utilizam de *web sites* para divulgar suas atividades, porcentagem superior à verificada por estudos anteriores sobre o tema em outros órgãos legislativos, evidenciando que há uma crescente preocupação dos representantes eleitos nos vários níveis de governo em se utilizarem da Internet para divulgar suas atividades para o cidadão comum.

Vimos também que são os parlamentares com orientação de esquerda aqueles que mais e melhor utilizaram a internet na última legislatura para divulgarem informações diversas. Verificamos que fatores relacionados a filiação ideológica ao partido político a que pertence o deputado também influenciam de maneira positiva não apenas a frequência do uso da web, mas o tipo e a “intensidade” desse uso.

Nesse sentido, embora as relações encontradas entre padrões de recrutamento e de uso da internet nos parlamentares nos permitam observar a existência de um “digital divide” pelos

deputados estaduais brasileiros, as variáveis políticas também estão associadas aos padrões diferenciais de uso da web pelos diferentes grupos de parlamentares.

Por fim, temos uma evidência adicional de que o fator político que mais influenciou o uso das ferramentas pela internet pelos deputados estaduais foram os vínculos mais estreitos com organizações políticas mais institucionalizadas e possuidoras de maiores recursos políticos. Pelos dados, podemos observar a ausência de associação entre patrimônio dos deputados e uso da internet, mas há uma forte associação entre gasto declarado e uso dos recursos virtuais. Como via de regra os partidos que declaram maiores gastos previstos à justiça eleitoral são aqueles com mais recursos políticos e que efetuam maiores dispêndios, podemos inferir mais uma vez que a intensidade do uso da web pelos deputados é sempre mediada pelos partidos e por organizações mais institucionalizadas e por suas políticas de incentivo ao uso dos recursos virtuais pelos deputados.

Nesse sentido, embora o deputado estadual mediano ainda não esteja usando as ferramentas digitais e os recursos da internet para estabelecer com a opinião pública graus mais elevados de representação política fundando em uma aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência e accountability, assim como no estímulo à participação/mobilização/deliberação política dos cidadãos, existem algumas experiências de vanguarda empreendidas por subgrupos bem característicos de deputados que nos permitem antever padrões mais avançados de representação política estabelecidos pelas novas tecnologias digitais, especialmente pela internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLAN, R.. Parliament, Elected Representatives and Technology 1997–2005—Good in Parts? In: Parliamentary Affairs Vol. 59, No. 2, p. 360–365, 2006.
- ALPERIN D., J., SCHULTZ, D. E-Democracy: Legislative-Constituent Communications in Minnesota and Wisconsin. Prepared for delivery at the 2003 Annual Meeting of the American Political Science Association, August, 2003.
- BEETHAM, D. Parliament and democracy in the twenty-first century: a guide to good practice. Geneva, Switzerland: Inter-Parliamentary Union, 2006.
- BRAGA, S. S. O papel das TICs na institucionalização das democracias; um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil. Brasília: Plenarium/CEDI, 2007. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/portal_seminario2007/material.html. Acesso em: 25 de abril de 2010.
- BRAGA, S. S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. In: 2007
- BRAGA, S. S; NICOLAS, M. A. Como os parlamentares do Mercosul estão usando a internet para se comunicar e interagir com a opinião pública? In: II Compolítica, 2007, Belo Horizonte, 2007.
- BRAGA, S. S; NICOLAS, M. A. Prosopografia a partir da Web; avaliando e mensurando as fontes para o estudo dos deputados estaduais brasileiros na internet. In: Revista de Sociologia e Política, v. 16, p. 107-130, 2008.
- BRAGA, S. S; NICOLAS, M. A. The parliament and the Internet: sociopolitical profile and use of the internet by the parliamentary elites of Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay, Venezuela and Chile. In: XXI IPSA World Congress of Political Science, 2009, Santiago. Anais do XXI IPSA World Congress of Political Science, 2009.
- BRAGA, S. S. Internet and Representative Institutions in Brazil: Information Technology in Brazilian Houses of Representatives (2007-2011). In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research. Essex: ECPR, 2009.
- BRAGA, S. S; NICOLAS, M. A; CRUZ, L. C. ¿Representantes Web 2.0? Perfil sociopolítico y uso de internet por los parlamentarios sudamericanos. Alacip/2010.
- BRAGA, S. S; FRANÇA, A. S. T; CRUZ, L. C. Como os políticos brasileiros estão usando a internet para se comunicar e interagir com o eleitor? Um estudo sobre o uso da internet pelos candidatos às eleições de outubro de 2006 na região Sul do Brasil. Política & Sociedade. , v.6, p.219 - 242, 2007.
- BRAGA, S.; FRANÇA, A. S. T.; NICOLAS, M. A.. Mecanismos de participação política e falas cidadãos nos websites dos candidatos a prefeito nas eleições de outubro 2008 nas

- regiões sul e sudeste do Brasil. In: III Congresso da Associação de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2009, São Paulo. Anais da III Compolítica, 2009. [disponível em: http://www.pucsp.br/compolitica/internas/pdfs/braga_francanicolas.pdf].
- CARDOSO, G; CUNHA, C; NASCIMENTO, S. O parlamento português na construção de uma Democracia digital. In: Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 42, p. 113-140, 2003.
- CARDOSO, G; MORGADO, A. A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet. Lisboa: Home page: <http://iscte.pt/~galc/>, 2003. Disponível em: http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf.
- CARDOSO, G; MORGADO, A. A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet. In: II Congresso da SOPCOM "Rumos da Sociedade de Comunicação", 2001. Disponível em: http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf. Acesso em: 02/06/10.
- CASTELLS, M. A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHADWICK, A. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. In: A Journal of Law and Policy for the Information Society. 2009.
- CODATO, A; PERISSINOTTO, R. O Marxismo como Ciência Social. 2010.
- CRUZ, L. C; BRAGA, S. S. A Justiça Eleitoral e o uso da internet pelos candidatos às eleições de outubro de 2006 na região Sul do Brasil. Revista Paraná Eleitoral nº 63. Janeiro/2007.
- CRUZ, L. C. Elites Parlamentares, Internet e Democracia: Uma análise exploratória do perfil dos parlamentares com e sem website da 16ª Legistlatura das Assembléias Legislativas brasileiras (2007-2010). Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da UFPR. 2008.
- CRUZ, L. C. Representantes Web 2.0? Um estudo sobre o uso das NTICs pelos deputados estaduais brasileiros na 16ª Legislatura. Paper apresentado no 34º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu/MG. 25 a 29 de outubro de 2010.
- CUNHA, M. A. V. C. DA. Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo. Santiago de Chile: Digitado, 2005. 25 p. Paper apresentado no X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 18-21 Oct.
- D'ABREU, V. Parliaments in the Digital Age: The Portuguese Parliament in the Digital Age. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. Anais... UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- DADER, J. L. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). In: Telos, Madrid, n. 55, 2003 <http://www.campusred.net/telos/articuloexperiencia.asp?idarticulo=1&rev=55>. Acesso em: agosto de 2010.
- DAVIS, R. The web of politics: the internet's impact on the American political system. New York, Oxford University Press, 1999.
- EISENBERG, J; CEPIK, M. (Orgs). Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

- EISENBERG, J.. Internet, Democracia e República. In: Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, p. 491 a 511, Vol. 46, nº3, 2003.
- FERNANDEZ, R. G. Campanhas eleitorais na internet. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IFCH, UNICAMP, Campinas. 136f.
- FISHKIN, J. S. Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via Internet. In: EISENBERG, J; CEPIK, M. (Orgs). Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG. P. 17-45.
- FRANÇA, A; NICOLÁS, A. Participação democrática nos websites dos candidatos a prefeito das capitais da região sul. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.
- FRICK, M. La Ciencia Política Electrónica. Introducción a un nuevo campo de Investigación. In: Revista Uruguaya de Ciencia Política, Nº 15, p.175-184, 2006.
- GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos VII (3), p. 214-222, setembro/dezembro 2005.
- GOMES, W. Democracia Digital: Que democracia? In: II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. GT: Internet e Política. Belo Horizonte/MG. 2009. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007.html>>. Acesso em: 3 Jul 2010.
- GOMES, Wilson. “Politics 2.0”: a campanha online de Barack Obama em 2008. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 17, n. 34, Oct. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782009000300004&lng=en&nrm=iso Acessado em 19/01/2010.
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HELD, D. Modelos de democracia. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- IASULAITIS, S.. Internet e propaganda política no Brasil: limites e possibilidades. In: Estudos de Sociologia, Araraquara, v.12, n.23, p.153-172, 2007.
- JACKSON, N. Na MP's in the Internet Era – The Impact of E-newsletters. In: The Journal of Legislative Studies, vol. 12, nº2, June 2006, p 223-242, 2006.
- KAKABADSE, A; KAKABADSE, N; KOUZMINA, A. Reinventing the democratic governance project information technology? A growing agenda for debate. In: Public Administration Review, v.63, n.1, p.44-60, 2003.
- LESTON-BANDEIRA, C. The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. In: Parliamentary Affairs Vol. 60 No. 4, 2007.
- LESTON-BANDEIRA, C; WARD, S. Parliaments in the Digital Age. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. Anais... UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- LESTON-BANDEIRA, C. Parliamentary functions portrayed on European Parliaments' Websites. In: CEUS Research Working Paper 2/2009. UK.
- LILLEKER, D, G; JACKSON, N. A. Interacting and Representing: can Web 2.0 enhance the roles of an MP? In: ECPR Joint Sessions, Lisbon, 2009. The Journal of Legislative Studies, vol. 13, nº3, September 2007, p 2354-369, 2007.

- LUSOLI, W; WARD, S; GIBSON, R. (Re)connecting Politics? Parliament, the Public and the Internet. In: Parliamentary Affairs Vol. 59 No. 1, p. 24-42, 2006.
- MANIN, B; PRZEWORSKI, A; STOKES, S. C. Eleições e representação. In: Lua Nova, n°.67, p.105-138, 2006.
- MARENCO DOS SANTOS, A. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- MARENCO, S; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais. In: RBCS, vol. 22, n° 64, 2007.
- MARENCO, S. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRS/ IFCH, Porto Alegre, 2000.
- MARGOLIS, M; RESNICK, D. Politics as Usual. The Cyberspace Revolution. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.
- MARINHO, F. H. Estratégias Online da campanha presidencial de Barack Obama. Artigo apresentado à disciplina de Novas Mídias e Representação Política, do Mestrado de Ciência Política da UFPR, 2010.
- MARQUES, F. P. J. Níveis de participação dos cidadãos na internet; um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. Curitiba: Disponível no site do XVI Compós. Acesso: julho de 2010. 26 p. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.
- MARQUES, F. P. J; MIOLA, E. Internet e Parlamento: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-Compós. Vol. 9, 2007.
- MARQUES, F. P. J. Participação Política e Internet: Meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA, Salvador 2008.
- MARQUES, F. P. J. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Unisinos. 12(2): 82-94, maio/agosto 2010.
- MARQUES, F. P. J. Internet e oportunidades de participação política – Um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Unisinos. IX(3): 155-166, set/dez 2007b.
- MCMILLIAN, P. Education Policy and Contemporary Politics. 2002.
- MESSENBERG, D. A ELITE PARLAMENTAR BRASILEIRA (1989-2004). In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, 2007.
- MIGUEL, L. F. Mito e Discurso Político. Editora Imprensa Oficial. 2000.
- MIGUEL, L. F. Representação política em 3-d. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: RBCS, Vol. 18 n°. 51, p. 123-193, fevereiro/2003.

- MOCELLIM, Alan. Internet e Identidade: um estudo sobre o website Orkut. Revista TESE (Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC). Vol. 3 n. 2 (2), Janeiro-julho/2007, p.100-121.
- NICOLAS, M. A. Internet e Política: Graus de Representação Política e Uso da Internet pelas elites parlamentares da América do Sul. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Sociologia, da UFPR. 2009.
- NICOLAU, J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. In: DADOS, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, pp. 219 a 236, 2002.
- NORRIS, P. A virtuous circle: political communications in post-industrial societies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NORRIS, P. Digital divide; Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NORRIS, P. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. In: Party Politics, 9(1): 21–45, 2003.
- NORRIS, P. The impact of the Internet on political activism: Evidence from Europe. In: International Journal of Electronic Government Research. 1(1): 20-39, 2005.
- NORRIS, P. Democratic Divide? The impact of the internet on Parliaments Worldwide. Harvard University: John Kennedy School of Government. Paper apresentado no Congresso da APSA e disponível no site da autora: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/acrobat/apsa2000demdiv.pdf> (acesso em 10 abr. 2010).
- NORTON, P. Four Models of Political Representation: British MPs and the Use of ICT. In: The Journal of Legislative Studies, vol. 13, nº3, september 2007, p 354-369, 2007.
- OLIVEIRA, L. H. H. Presidencialismos em Perspectiva Comparada. In: Dados. Rio de Janeiro, v. 49, p. 301-343, 2006.
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. & MANIN B. (eds).1999. Democracy, Accountability and Representation. Cambridge: Cambridge University Press.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo: Publifolha, 2006.
- RÖMMELE, A. Political Parties, Party Communication and New Information and Communication Technologies. In: Party Politics, 9:1, p.10, 2003.
- RIJN, P. Parliaments in the Digital Age: Parliament and Internet: The Case of the Netherlands House of Representatives Website. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. Anais... UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. In: Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.149-172.
- ROY, D. Parliaments in the Digital Age: The Case of the French Senate's Website. In: The workshop Parliaments in the Digital Age. UK: 2007. Anais... UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.
- SCHMITTER, P. C; KIES, R; MENDEZ, F; TRECHSEL, A.H. Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe. Luxemburg: Lars Bosche, 2003.

- SETALA, M; GRONLUND, K. Parliamentary Websites: Theoretical and Comparatives Perspectives. In: *Information Polity* 11. 2006.
- SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. In: *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 450-468, outubro de 2005.
- TRECHSEL, Alexander H., 2003. "Perspektiven der e-democracy in der EU", in Andreas Auer, Thomas Koller & Alexander H. Trechsel (Hsg.) *E-voting. Actes du colloque Informatique juridique 2002*. Bern: Stämpfli, pp. 367-387.
- WARD, S, GIBSON, R, K, NIXON, P. Parties and the internet: An overview. In R. K. Gibson & P. Nixon & S. Ward (Eds.), *Political parties and the Internet: Net gain?* London, Routledge, p. 9-37, 2003.
- WARD, S; LUSOLI, W. From Weird to Wired': Parlamentares, the Internet and Representative Politics in the UK. In: *The Journal of Legislative Studies*, Vol.11, No.1, pp.57-81, 2005.
- WARD, S; GIBSON, R; LUSOLI, W. Old Politics, New Media: Parliament, the Public and the Internet. Paper apresentado para a Political Studies Association Conferences. University of Leeds, 5-7 Abril 2005.
- WARD, S; VEDEL, T. Introduction: The Potential of the Internet Revisited. In: *Parliamentary Affairs*, Vol. 59 No. 2, 2006.
- WARD, S. & LESTON-BANDEIRA, C. 'Parliaments and the Internet', In: Oxford Internet Institute: Oxford. 2008.
- WILLIAMSON, A. MPs online: Connecting with constituents. In: Hansard Society, London, 2009.
- ZITTEL, T. Political Representation in the Networked Society: The Americanization of European Systems of Responsible Party Government? In: *Journal for Legislative Studies*, 9: 1-22, 2003.
- ZITTEL, T. Parliaments in the Digital Age: Parliaments and the Internet: A Perspective on the State of Research. In: *The workshop Parliaments in the Digital Age*. UK: 2007. Anais... UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13.

Anexo 1: Modelo de ficha biografia com informações básicas sobre elites parlamentares

MODELO DE PERFIL PARLAMENTAR	
<div>FOTO DO PARLAMENTAR</div>	Nome completo: Nome parlamentar: Partido: Gabinete: Fone: Email: Website pessoal:
Nascimento: Local de nascimento: Estado Civil: Profissões: Filiação: Escolaridade dos pais: Profissão dos pais: Estudos e Graus Universitários: Atividades Profissionais: Religião:	
Forma de entrada na política: Trajetória Política: Legislaturas: Filiações Partidárias: Cargos executivos e administrativos ocupados: Atividades Parlamentares na atual legislatura:	
Vínculos com associações civis e políticas: Atividade intelectual:	
Total de votos: Soma de receitas declaradas: Soma das despesas declaradas: Soma dos bens declarados:	

	OTM		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	
I) PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS [ATRIBUTOS INATOS E ADQUIRIDOS]	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Parlamentares com foto**2	200,0	100,0	100,0	0,0	100,0	66,7	100,0	97,8	100,0	96,7	100,0	100,0	100,0	95,8	91,7	92,7	88,9	100,0	90,0	100,0	77,1	100,0	0,0	
Informações satisfatórias sobre ano em que se formou/1,5	150,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Informa escolaridade dos pais***0/5	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0	
Informações satisfatórias sobre escolaridade/2	200,0	100,0	0,0	0,0	37,5	0,0	71,4	41,3	50,0	26,7	29,3	2,4	7,8	12,5	8,3	12,2	2,8	20,4	40,0	35,2	20,0	20,8	0,0	
Informa profissão dos pais***0/5	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,7	4,2	3,3	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	10,2	10,0	0,0	12,9	12,5	0,0	
Informa nome dos pais***0/5	50,0	100,0	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0	43,5	4,2	3,3	95,1	0,0	0,0	8,3	8,3	2,4	11,1	14,3	36,7	0,0	14,3	16,7	0,0	
Tem informações sobre atividade profissional/2	200,0	100,0	95,8	0,0	20,8	87,5	7,9	41,3	20,8	43,3	24,4	0,0	67,5	41,7	58,3	87,8	77,8	46,9	63,3	1,9	51,4	20,8	0,0	
Informa estado civil/2	200,0	100,0	54,2	0,0	87,5	0,0	79,4	41,3	45,8	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0	37,5	4,9	61,1	12,2	33,3	35,2	12,9	95,8	0,0	
Informa data de nascimento***2	200,0	100,0	29,2	0,0	37,5	0,0	100,0	30,4	45,8	0,0	95,1	0,0	100,0	12,5	16,7	2,4	2,8	20,4	50,0	63,0	64,3	100,0	0,0	
Informa local de nascimento***2	200,0	100,0	0,0	0,0	79,2	0,0	100,0	56,5	91,7	36,7	100,0	0,0	100,0	62,5	91,7	9,8	2,8	30,6	66,7	92,6	70,0	95,8	0,0	
Média ponderada (15)	46,7	100,0	16,7	0,0	28,5	11,1	45,2	35,1	27,1	21,7	38,6	17,1	18,0	19,4	18,1	17,9	17,6	24,5	29,4	22,5	20,7	25,7	0,0	
Média ponderada (15)	100,0	100,0	27,9	0,0	39,6	15,4	55,9	38,0	36,7	22,0	55,1	10,2	37,5	23,3	31,3	21,2	25,0	25,7	39,0	32,8	32,3	46,7	0,0	
III) TRAJETÓRIA POLÍTICA																								
Informa votação no perfil/2,0	200,0	100,0	100,0	0,0	100,0	66,7	100,0	97,8	100,0	96,7	100,0	100,0	100,0	95,8	91,7	92,7	88,9	100,0	90,0	100,0	77,1	100,0	0,0	
Informações satisfatórias sobre entrada na política/2,0	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	23,3	90,2	0,0	94,8	50,0	50,0	0,0	0,0	40,8	10,0	59,3	20,0	70,8	0,0	
Informações sobre local de entrada/2,0	200,0	100,0	0,0	0,0	91,7	0,0	100,0	78,3	100,0	86,7	97,6	2,4	100,0	79,2	66,7	80,5	0,0	100,0	63,3	88,9	51,4	100,0	0,0	
Informações sobre 1º cargo ocupado anteriormente/2,0	200,0	100,0	0,0	0,0	95,8	0,0	100,0	97,8	100,0	96,7	97,6	2,4	98,7	91,7	91,7	82,9	0,0	98,0	76,7	90,7	65,7	91,7	0,0	
Informa com clareza primeiro mandato eleito/0,5	150,0	100,0	0,0	0,0	91,7	0,0	100,0	63,0	100,0	73,3	97,6	2,4	99,4	83,3	41,7	75,6	2,8	100,0	70,0	87,0	42,9	79,2	0,0	
Destaque para mandatos de deputados estadual/2,0	200,0	100,0	66,7	0,0	25,0	100,0	100,0	45,7	0,0	30,0	80,5	0,0	100,0	66,7	70,8	0,0	8,3	98,0	63,3	57,4	38,6	54,2	0,0	
Destaque para cargos administrativos*/1,0	100,0	100,0	0,0	0,0	4,2	0,0	47,6	23,9	0,0	66,7	12,2	0,0	9,1	37,5	16,7	0,0	0,0	34,7	20,0	27,8	7,1	70,8	0,0	
Destaque para filiações partidárias anteriores*/1,0	100,0	100,0	79,2	0,0	12,5	0,0	100,0	15,2	0,0	13,3	0,0	0,0	57,1	8,3	33,3	0,0	0,0	2,0	6,7	25,9	18,6	58,3	0,0	
Vnculos com movimentos associativos*/0,5	50,0	100,0	0,0	0,0	62,5	0,0	12,7	8,7	62,5	36,7	56,1	0,0	58,4	4,2	0,0	26,8	0,0	53,1	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0	
Informa sobre atividade intelectual/0,5	50,0	100,0	0,0	0,0	8,3	0,0	11,1	4,3	0,0	4,9	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	10,0	0,0	10,0	4,2	0,0	
Informações sobre plataforma eleitoral/0,5	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	45,8	23,3	4,9	0,0	2,6	12,5	70,8	0,0	0,0	49,0	0,0	59,3	48,6	37,5	0,0	
Médias	100,0	100,0	22,3	0,0	44,7	15,2	61,0	48,6	50,8	49,7	58,3	9,7	65,5	48,1	48,5	32,6	9,1	61,8	37,3	54,2	34,5	61,0	0,0	
IV) COMPORTAMENTO POLÍTICO (1)																								
Tem website/4	400,0	100,0	8,3	0,0	16,7	12,5	28,6	0,0	45,8	13,3	14,6	4,8	23,4	54,2	16,7	2,4	8,3	8,2	0,0	27,8	18,6	20,8	0,0	
Link para outras proposições além de PL*/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	52,8	0,0	93,3	0,0	0,0	4,2	0,0	
Tem e-mail para contato/3	300,0	100,0	58,3	0,0	91,7	100,0	100,0	8,7	95,8	96,7	97,6	92,9	96,1	100,0	91,7	92,7	80,6	100,0	90,0	61,1	75,7	95,8	0,0	
Informa endereço de gabinete/3	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	97,6	0,0	98,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	74,3	4,2	0,0	
Disponibiliza fone para contato/3	300,0	100,0	83,3	0,0	100,0	100,0	100,0	15,2	100,0	96,7	97,6	95,2	98,7	91,7	0,0	0,0	63,9	0,0	3,3	100,0	74,3	4,2	0,0	
Informações ou links sobre leis aprovadas/2	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	95,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	
Destques para cargo ocupado na casa/2	200,0	100,0	4,2	0,0	33,3	0,0	100,0	60,9	79,2	0,0	4,9	0,0	100,0	25,0	41,7	0,0	0,0	98,0	40,0	0,0	28,6	91,7	0,0	
Link para pls a partir dos perfis/2	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,5	0,0	91,7	0,0	0,0	2,4	100,0	0,0	0,0	90,2	0,0	2,0	93,3	0,0	0,0	0,0	0,0	
Apresenta link para discursos/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0	
Link para requerimentos/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	100,0	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	
Tem link para presença em plenário/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Tem serviço de clipping individualizado/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	7,3	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
Link para emendas apresentadas ao orçamento/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Link para emendas ao orçamento executadas/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Link para prestação de contas sobre verba indenizatória/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Informa número de funcionário dos gabinetes*/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	OTM		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	
Apresenta link para votações nominais/2	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Gasastos em missões ou gastos para verbas oficiais*/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Link para patrimônio ou evolução patrimonial*/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Informações sobre financiadores de campanha?/0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	100,0	100,0	12,7	0,0	17,1	15,6	24,7	4,3	30,4	15,3	16,0	11,5	40,8	13,5	7,7	9,3	10,3	10,7	21,0	14,4	13,8	11,3	0,0	14,8	40,3	16,1	12,1	40,9	15,6	19,3	
	100,0	100,0	12,7	0,0	17,1	15,6	24,7	4,3	30,4	15,3	16,0	11,5	40,8	13,5	7,7	9,3	10,3	10,7	21,0	14,4	13,6	11,3	0,0	14,8	40,3	16,1	12,1	40,9	15,6	19,3	
V) COMPORTAMENTO POLÍTICO (2)																															
Cargos ocupados a partir do site?/4	400,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	97,8	100,0	100,0	100,0	50,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	75,0		
Proposições apresentadas pelo parlamentar pelo site?/4	400,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	61,9	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	90,2	91,7	100,0	0,0	0,0	100,0	6,0	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	100,0	12,5	52,4	
Leis aprovadas a partir do site [i/c/n]/3	300,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	61,9	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	90,2	91,7	100,0	0,0	0,0	100,0	6,0	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	100,0	12,5	52,4	
Informações agregadas sobre presença em plenário?/2	200,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,1	
Resultados eleitorais do parlamentar a partir do site	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0	0,0	100,0	5,0	0,0	0,0	4,2	13,0
Informações agregadas sobre votação nominal? [s/n]/1	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	14,1	
Presença nas Comissões a partir do site? [s/n]	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	
Emendas orçamentárias a partir do site?	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	
	100,0	100,0	37,5	0,0	37,5	12,5	28,0	12,2	12,5	50,0	37,5	6,3	50,0	12,5	12,5	35,1	36,1	37,5	12,5	12,5	50,0	14,8	12,5	0,0	100,0	14,4	12,5	50,0	16,1	29,3	
	100,0	100,0	37,5	0,0	37,5	12,5	28,0	12,2	12,5	50,0	37,5	6,3	50,0	12,5	12,5	35,1	36,1	37,5	12,5	12,5	50,0	14,8	12,5	0,0	100,0	14,4	12,5	50,0	16,1	29,3	
Média global																															
	125,0	100,0	18,1	0,0	44,6	10,8	53,4	30,4	46,3	37,9	52,9	6,9	64,1	34,2	40,1	21,7	14,6	35,2	34,4	43,4	42,0	45,7	3,1	21,5	61,9	36,9	37,2	37,6	40,6	36,6	
	100,0	100,0	25,1	0,0	34,7	14,7	42,4	25,8	32,6	34,3	41,7	9,4	48,5	24,4	25,0	24,5	20,1	33,9	27,4	28,5	32,6	33,4	3,1	12,2	57,6	31,0	27,1	35,4	26,8	30,2	